

A Defesa Nacional



10 DE MARÇO
1941

NÚMERO
322

Diretores responsáveis:

Gen. Heitor Borges

Maj. Djalma Dias Ribeiro

Maj. Batista Gonçalves

A DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 de Outubro de 1913

Ano XXVIII

Brasil - Rio de Janeiro, 10 de Março de 1941

N.º 322

S U M Á R I O

	Pag.
Editorial	431
A Lei do Serviço Militar — Pelo Cap. Paulo Vieira da Rosa	435
A Infantaria no combate à noite — Pelo Major Jair Dantas Ribeiro	441
Os exames de recrutas e o novo R.E.C.I. — Pelo Ten.-Cel. Alcindo Nunes Pereira	451
Organização da Instrução nos Corpos de Infantaria — Pelo Cel. T. A. Araripe	454
Fuzil de guerra — Arma quasi obsoleta — Pelo Cap. Gerardo L. Amaral	455
Instrução na Cavalaria — Pelo Cap. João de Deus Menna Barreto	459
A História do 75 — Pelo Cap. Luiz Gomes Pinheiro	471
Serviço de campanha, reconhecimento e ocupação de posição — Pelos Caps. Breno Borges Fortes e Amvr Borges Fortes	479
Conservação da arma de fogo — Pelo Cap. Mario Imbiriba	494
Transposição do Piave pelo 24.º Corpo do Exército Austriaco — Gen. Baills — Tradução do Ten. Cel. A. J. Pamphiro	497
A Aviação Moderna e a Defesa Nacional — Pelo Ten. Cel. Henri Marcial Valin	509
Vigilância do ar	519
Defesa Contra a Infantaria do Ar — Pelo Major Nilo Guerreiro Lima	533
Motorização do serviço de Intendência — Pelo Cel. Anapio Gomes	539
Estudo sobre o emprego das reservas — Pelo Cap. Eduardo Peres Campello	545
Comentários à margem da Guerra — Pelo Cap. Hoche Pulcherio	549
Curso de Preparação para admissão à Escola de Estado Maior — Socioiogia — Pelo Cap. Antonio Martins de Almeida	557
Orações Notáveis — Pelos Cel. Renato Baptista Nunes e Ten.-Cel. Mario Travassos	563
Aspectos Marítimos do Problema do Pacífico — Trad. do Cap. Malvino Reis Netto	573
Livros do Exército — 1.º Ten. Umberto Peregrino Noticiário e Legislação	593
	603

Editorial

As lições para a guerra estão na própria guerra.

Na paz se formulam teorias, discutem-se doutrinas, realizam-se organizações, mas tudo isso só tem valor quando corresponde a uma experiência real.

A guerra não admite comparação senão em si mesma. E modernamente, quando o seu ritmo sofre assombrosas mutações, graças aos milagres da técnica, ao desenvolvimento das comunicações, ao jogo das forças económicas e políticas, essa verdade se torna muito mais sensível e sobretudo subjugadora.

Vemos como as campanhas recentes, a da Etiopia, em certa medida a da China, mas principalmente a Guerra Espanhola, foram exploradas para ensaio de novos métodos e novos materiais.

O laboratório, o stand, as manobras dizem muito, porém a última palavra, a palavra defini-

tiva quem dá é o embate real, é a prova vivida da guerra.

No chão e nos ares da Espanha foram testadas muitas máquinas de guerra que agora puderam surgir corrigidas, redobradas em rendimento e poderio. Equipes de especialistas se revesaram metódicamente nos diversos setores de interesse. Oficiais se exercitaram no comando em campanha, observaram tudo, organizaram relatórios preciosos, transmitiram depois pessoalmente as suas impressões, orientaram as providências inauguradas em função de tudo isso.

A vantagem estará do lado, naturalmente, de quem possa ou saiba tirar maior partido de tais situações.

E' no que refletimos em face da atual Guerra Européa, que já vai em um ano e meio. A sua evolução desde o esmagamento da Polônia, a conquista da Noruega, o domínio da Bélgica e Holanda, até o desastre francês, já pertence à História. Mas justamente neste momento a Guerra

se alastrá, assumindo feição extremamente variada: entre as Ilhas Britânicas e a Alemanha a batalha do ar; no front albanez as operações de dois exércitos modernos, conduzidos, em todo caso, sem arrancadas espetaculares, antes nos moldes clássicos, luta em terreno difícil, ainda repleta de oportunidades para a Cavalaria a cavalo, para o cargueiro, para o corpo a corpo; na África a campanha do deserto, violenta, empreendida com equipamentos moderníssimos e pois cheia de dificuldades quanto à sua manutenção.

Ora, de tudo isso só temos notícia pela reportagem fantasiosa dos jornalistas ou pela palavra, sujeita a restrições, dos críticos militares estrangeiros. Entretanto, acreditamos que seria do maior alcance enviarmos quanto antes, para os diferentes teatros de operações, os nossos próprios observadores. Além das informações fieis e imediatas que iríamos recebendo, teríamos uma vantagem com os últimos ensinamentos técnicos e táticos, de modo que finda a guerra disporíamos imediatamente de um núcleo capaz de promover as remodelações in-

dicadas pela experiência dos exércitos que se bateram.

Não esqueçamos também uma consideração de outra ordem — resultará mais econômico mantermos agora um grupo de oficiais observadores, do que fazer vir, após guerra, uma missão estrangeira que por longo prazo se entregue à tarefa de pôr-nos em dia.

Será de todo ocioso insistir numa evidência. O nosso alheamento ao que se passa nas três frentes desta segunda Grande Guerra, colocar-nos-á numa situação de perigosa inferioridade.

O exército brasileiro pode e precisa inteirar-se por si, como fazem os outros exércitos, dos acontecimentos militares do mundo, e ainda por si assimilar as lições dêles decorrentes.

OBSERVADORES MILITARES

WASHINGTON, 19-2-941 (Havas) — O governo norte-americano acaba de nomear três observadores militares para regiões estratégicas asiáticas, sendo um para Sião, outro para Singapura e o terceiro para Batavia, nas Indias Holandesas.

Os três observadores nomeados são o tenente-coronel Campbell e os maiores Jackson e Brink. Todos três se encontram atualmente nas Filipinas, de onde se podem transportar imediatamente para os respectivos postos.



A Lei do Serviço Militar

Pelo Cap. PAULO VIEIRA DA ROSA

A guisa de apresentação para este artigo transcrevemos dois trechos da conferência do Exmo. Srr. Ministro da Guerra:

"O Serviço Militar pelo sorteio é, todavia, simples palliativo na solução da magna questão. Torna-se necessária, no interesse dos próprios cidadãos, a conscrição geral".

"O Serviço Militar obrigatório e pessoal, sem sorteio de espécie alguma; a manufatura de nossas armas, munições e explosivos; todas as facilidades para organização da nossa mobilização industrial; a instrução e a educação da mocidade; o reavivamento da sã conciênciâa nacionalista; uma serena, porém energica atuação sobre a nacionalização dos núcleos coloniais, aliada à alfabetização de todos os nossos patrícios, física e moralmente saudos, eis algumas das nossas principais aspirações".

As palavras de S. Excia. traduzem de forma cristalina um anseio da classe militar que vê, na conscrição geral, a maneira mais objetiva para organizar o Exército em condições de cumprir a sua alta finalidade.

A natureza não dá saltos; aquilo que nos parece subitâneo não é mais do que a eclosão de fatores despercebidos, mas de ação lenta, contínua e gradativa.

Nas relações entre os indivíduos de uma coletividade o princípio da evolução subsiste em toda a sua gradatividade e sómente aqueles que, pensando pouco profundamente, tomam rebelião por revolução, o fenômeno se apresenta como transformações radicais.

As leis são os meios de coordenar e regular essas relações; consequentemente, elas, natais de um determinado ambiente, não contêm um conceito completo, evoluindo com o próprio ambiente que ela melhora. Seu radicalismo pode ser remédio heróico nas graves crises; mas não persiste; a reação avança além do ponto de equilíbrio na fase destrutiva da rotina, mas tende sempre retomá-lo, quando passa à fase construtiva.

A lei do Serviço Militar, subvertendo drásticamente uma ordem de coisas, não podia ser, inicialmente, uma lei de construção, mas apenas de transformação no quadro revolucionário que nos legou o Império; em consequência, ela não poderia ditar para um largo futuro. Sómente o efeito de sua vigência poderia indicar as modificações eficazes e oportunas até atingir o fim colimado, a preparação militar concreta.

Aparecida na áurea época do "lopismo" e da desagregação regionalista, já foi muito o ter nascido. A época era, evidentemente, má para o nascituro; por todos os meios se travou a sua execução; votada em 1908 sómente em 1916, pelo forceps da Guerra Mundial, teve início.

As causas eram claras; a lei representava um fortalecimento do poder central, portanto os interessados na hipertrofia federativa, em que a União só subsistia como garantia econômica dos poucos Estados dominantes, não a podiam receber alegremente.

Num ambiente adverso como esse, a lei nasceu deformada; na impossibilidade de afogá-la, abriram-lhe os interessados brechas por onde pudessem escapar os "eleitos" ao incômodo da caserna. Daí a reserva Kaki.

Milagrosamente nata, milagrosamente foi vencendo, educando a massa, criando ambiente, com a força persistente das fatalidades históricas. E' que, na sua incúria, os dominantes liberais deram à lei a força evolutiva que julgaram negar: — a educação cívica da gente pobre, simples, politicamente pura e no íntimo já divorciada de um regimen que parecia ignorar a sua existência.

Cada ano, essa massa egressa da escola anti-regionalista da caserna, ia formando, no país, a mentalidade que, na falta de mais feliz expressão, chamo de mentalidade de defesa nacional.

Dessa massa saiu o ambiente que possibilitou o decênio revolucionário findo. A lei fôra, na feição liberal, para atingir os párias e os párias mataram a liberal democracia, devolvendo o país, formado e sustentado pelos parcos por isso heróicos avós, à sua grandiosa unidade.

Um ambiente fê-la nascer; ela mesma formou o ambiente para a sua evolução atual. E' tempo, di-lo S. Excia. o Ministro da Guerra.

A lei, pois, em seu histórico tem duas fases bem nítidas; a da solução exclusivamente quantitativa, mas com o imenso valor de fatoração moral, e a de solução qualitativa e ainda quantitativa.

A solução qualitativa, na época da guerra total, quando se exige multiforme especialização e tão alto nível cultural, se torna imperiosamente urgente.

Tres são, nesta solução, os problemas: — o das especializações impostas pelos variados e modernos engenhos bélicos; o dos quadros inferiores; o dos quadros superiores.

Não cabe aqui o estudo sobre o último cuja formação vai belamente em curso se bem que, quantitativamente ainda aquém das nossas necessidades mínimas. Em todo o caso limita-nos a nossa pobreza econômica.

Nos outros, especializações e quadros inferiores, forçoso é convir, estamos em precaríssima situação não só pelo diminuto da reserva como pela má qualidade de sua formação. A asserção é talvez dura, mas é irrefutável.

As causas são conhecidas e só imposições econômicas têm obstado que se as removessem: — qualidade de origem; exiguidade de tempo de serviço e defeituosa formação.

No fundo, é sempre a nossa pobreza econômica, que aparece como fator constante da deformação da lei do Serviço Militar. Impossibilitados, originariamente, em executar a conscrição geral, a massa de que deveria sair todas as nossas reservas foi dividida, segundo o grau de cultura, em duas correntes.

A formação de quadros inferiores e especialistas ocorre, quasi que exclusivamente na caserna onde não vai ter a massa de nível cultural médio, evadida pela brecha da reserva Kaki.

A de nível cultural baixo, muito embora possa ter, por sua pura consciência política e por sua diminuta poluição de literatura e artes dissolventes, melhor formação moral, não possue a base necessária aos conhecimentos exigidos pelo armamento moderno.

Tinhamos, pois, a inferioridade de material humano onde plasmar uma reserva de quadros inferiores e especialistas à altura das exigências da guerra atual; a formação, com este vício de origem, será sempre deficiente.

Além disso a reserva Kaki, no quadro da luta, vai crear colisões perigosas pela superioridade intelectual sobre os que a vão chefiar. E não se diga que o problema é vago e carece de verdadeira importância; a pequena guerra de 1932, principalmente do lado de São Paulo, trouxe boa fonte de estudos a respeito.

Em segundo plano, a exiguidade do tempo de serviço vem agravar mais ainda a qualidade dos quadros inferiores e especialistas.

O nosso RIQT, esmagado pelas imposições econômicas, não pôde fugir a herezias pedagógicas; manda ele formar o mobilizável em quatro meses, no entanto já no segundo mês inicia a formação dos cabos e no terceiro mês a dos especialistas! O quanto podem as contingências! E' como se alguém se matriculasse num educandário superior em meio do curso ginásial.

Salta aos olhos a impossibilidade de, assim, formarmos um bom quadro de cabos; e é destes que se formam os sargentos!

Ocioso é firmar que a gradatividade inexistente nessas formações; e mais ainda, acentuar que sómente após se tornar mobilizável poderia o indivíduo entrar quer para uma formação de cabos quer para a de especialistas.

Não é, porém, o único mal da exiguidade do tempo de serviço.

Na base de tudo está a seleção; esta não é fácil; é necessário conhecer profundamente o indivíduo, estudar suas tendências, medir suas aptidões, pesar suas qualidades ativas e potenciais. Nos quadros, principalmente, há que atender a qualidade inata para a chefia que independe dos conhecimentos e que o ato reflexo não forma com perfeição.

Ora, evidentemente, o Capitão, chefe selecionador por excelência, não o pode fazer no diminuto prazo que lhe dá o regulamento.

Em 1932, em S. Paulo, comecei com órgãos de comando que ao fim de um mês de luta não subsistiam mais; por outro lado o meu Pelotão Extranumerário passara a ser uma máquina suave, fácil, precisa e de forte rendimento. A campanha fizera a seleção; mas isso ocorreu numa defensiva estática. Estática até à inércia !

Tenho observado duas condutas que me parecem erradas na formação dos especialistas e, particularmente, dos quadros: — a inexistência da instrução de aplicação, quando justamente ela vai criar os atos reflexos e a idéia de supor os quadros como monitores e não como chefes.

A instrução de aplicação deve ser sistemática e carinhosamente cuidada; tudo aquilo que foi apreendido na formação é apenas uma capa teórica; somente os exercícios continuados de após formação impressionarão firmemente o subconsciente, garantindo a persistência no longo período de vida civil. Não há que negar; no curto prazo destinado à formação não se pode criar os atos reflexos necessários.

Por outro lado a instrução não é um fim, mas um meio; ela objetiva a preparação para a guerra; esta, sim, é o fim; não existisse não existiriam as Fôrças Armadas. Encarar os quadros como meros auxiliares de instrução é tirar-lhes a iniciativa, o desembaraço, é matar-lhes as qualidades de chefes, é reduzi-los à tremenda força da rotina. Os quadros devem ser constantemente deixados à sua iniciativa, nos exercícios.

E' nos órgãos de comando, essa maquinária confusa para muitos, que a má formação dos especialistas e quadros inferiores mais se destaca. Não temos, para êles, em absoluto, reservas capazes.

A nova lei do Serviço Militar, é fácil concluir, visará, pois, não só a **conscrição geral** como o prolongamento de tempo de serviço na caserna.

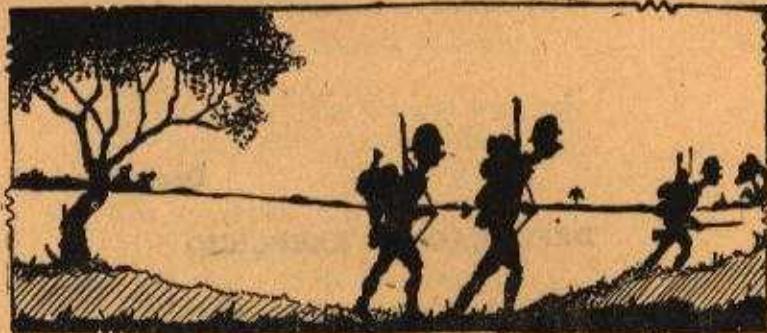
Com isso teremos as seguintes consequências solucionadoras do problema da parte qualitativa:

- a) obrigar à caserna a classe de cultura média;
 - b) serviço de 18 meses, suficiente para a formação sólida e gradativa do soldado, do especialista, dos quadros.
 - c) maior possibilidade de seleção por parte dos capitães.
 - d) sobra de tempo para a instrução de aplicação, principalmente para os elementos dos órgãos de comando.
-

MOBILISAÇÃO DO PESSOAL E DO MATERIAL

“O recrutamento”, disse Hore-Belisha, “está muito bem, mas no momento, é mais uma fórmula do que uma realidade... Não posso convocar todos os homens sorteados porque não tenho equipamento para dar-lhes, nem oficiais para os instruir”.

(Do livro “Tragédia na França”, de André Maurois)



A Infantaria no combate à noite

Pelo Major JAIR DANTAS RIBEIRO
Instr. de Inf. da E. E. M.

O presente trabalho foi objeto de estudo na E.E.M., no ano de 1939.

Nele vemos explanado com proficiencia, um assunto da mais alta importância e que merece e deve ser pensado por todo oficial.

Ao par de sua excelência sobre o aspecto técnico profissional, o seu autor nos mostra a forma e o metodo seguido no seu curso na E.E.M.

I — REPERTÓRIO DOS DOCUMENTOS:

- Doc. n.º 1 — Definição do exercício.
- Doc. n.º 2 — Quadro do exercício.
- Doc. n.º 3 — Ordem de execução.
- Doc. n.º 4 — Desenvolvimento do exercício.
- Doc. n.º 5 — Ficha solução.

Anexos: 2 calcos.

II — CARTAS NECESSÁRIAS:

- Distrito Federal 1:50.000.
- Vila Militar 1:20.000.

Documento n.º 1

DEFINIÇÃO DO EXERCÍCIO

- I — ASSUNTO -- A Infantaria no combate à noite.
 II — NATUREZA:

1.ª Parte

- a) Fundamentos que condicionam a conduta das operações à noite. (Sob a forma de conferência);
- b) Exame de dois casos "vividos" da Grande Guerra.

2.ª Parte

Estudo de um caso concreto. (Sob a forma de exercício em sala).

III — OBJETIVO:

- a) Recordar os processos gerais para a realização das "operações à noite".
- b) Apreciar as consequências de sua boa ou má aplicação em dois casos "vividos" da Guerra de 1914-18.
- c) Aplicá-los, por fim, no estudo de um "caso concreto".

IV — PONTOS A ESTUDAR:

- a) Generalidades sobre as "operações à noite".
- b) Combate ofensivo.
- c) Combate defensivo.

V — ENSINAMENTOS VISADOS:

- a) De ordem geral:

- 1 — Problemas favorecidos pela noite;

- 2 — Problemas que a noite restringe;
- 3 — Condições impostas pela noite.

b) Nas operações ofensivas:

- 1 — O que a noite impõe;
- 2 — O que a noite restringe;
- 3 — O que a noite impede.

c) Nas operações defensivas:

- 1 — O que a noite impõe;
- 2 — O que a noite permite.

VI — DOCUMENTAÇÃO A CONSULTAR:

- R.S.C. (1932) : ns. 691 a 699;
- R.E.C.I., 2.^a parte (1932) : ns. 653 a 661;
- Instruction sur l'emploi tactique des grandes unités (1938) : ns. 476 a 479;
- Règlement de l'infanterie, 2e. partie (1939) : ns. 430 a 444.

Documento n.º 2

QUADRO DO EXERCÍCIO

I — SITUAÇÃO GERAL:

Após uma batalha travada no dia 29 de Agosto, a L. da linha geral IRAJÁ — MADUREIRA, pelas forças Azuis de L. contra forças Vermelhas invasoras de W., estas batem em retirada.

Na extremidade S. do 1.º Ex. Azul (ala esquerda), opera a 1.ª D.I. que recebe a missão de efetuar, nesse mesmo dia, o aproveitamento do êxito na direção de VILA PROLETÁRIA — REALENGO — BANGÚ.

Por diversos documentos que lhe chegam às mãos, o Cmt. da 1.ª D.I. fica inteirado de que o Comando Azul tem a intenção de tomar a ofensiva, logo nos primeiros dias de Setembro, contra o grosso das forças Vermelhas que operam ao N. da Serra de MADUREIRA (GERICINÓ), cobrindo-se, porém, preliminarmente do lado Sul.

Para isso a 1.ª D.I., em ligação ao N. com a 2.ª D.I., deverá repelir energeticamente os Vermelhos para W. de CAMPO GRANDE, ficando posteriormente em condições de interdizer-lhes, em quaisquer circunstâncias, o acesso aos desfiladeiros de SANTÍSSIMO.

Os movimentos dessas G.U., todavia, se processam vagarosamente, devido tanto à ação eficiente dos destacamentos retardadores opostos pelo adversário, como às dificuldades encontradas para o início da progressão.

II — SITUAÇÃO PARTICULAR:

Na manhã do dia 30 de Agosto as Vanguardas da 1.ª D.I., após repelirem todos os elementos leigos opostos pelo inimigo à sua progressão, chegam ao contacto com uma linha de fogos balisada por: — Encostas W. de PALMEIRA QUEBRADA — Orlas W. de DEODORO — Mº Cel. MA-

GALHAES — Col. DUAS MANGUEIRAS — Orlas W. de PORTUGAL PEQUENO —

Em cumprimento às ordens recebidas, o Cmt. da 1.^a D.I. resolve empenhar suas Vgs., com o fim de conquistar, ainda nessa jornada, pelo menos a linha de alturas de M° do CAPIM — Col. ACAMPAMENTO — CAPISTRANO — Col. CINCO MANGUEIRAS —

Às 14 hs. 30 o ataque parte. Dos lados N. e S., por ser o terreno muito limpo, a progressão torna-se desde logo absolutamente impossível, ao passo que no centro a Infantaria obtem algum sucesso.

Céreca de 16 hs. 30, porém, as Vgs. estão detidas diante de uma linha continua de fogos. A essa hora, a situação da 1.^a D.I. e, bem assim, as resistências inimigas, até então reveladas pelos diferentes órgãos de busca, são as constantes dos calcos 1 e 2, anexos.

III — INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

- O Sol nasce às 6 horas e pôe-se às 18 horas.
- Lua cheia no dia 28 de Agosto.
- Tempo bom e seco; forte cerração nas manhãs dos dias 28, 29 e 30 de Agosto, até 8 horas.
- Aviação inimiga muito ativa, mas pouco agressiva contra as tropas terrestres.
- A 1.^a D.I. participou das últimas operações ofensivas dos Azues; suas perdas foram fracas.
- A tropa é disciplinada e instruída; seu moral é excelente e seu estado físico é satisfatório.
- As cartas indicadas representam fielmente o terreno da região.

Documento n.º 3

ORDEM DE EXECUÇÃO

O Cmt. da 1.^a D.I., em vista dos documentos recebidos, está autorizado a realizar as operações preliminares que julgar convenientes. Para isso, visando a conquista de uma base de partida mais propícia ao ataque da jornada de 31 de Agosto, decide apossar-se, ainda na noite de 30/31, da linha de alturas de Col. ACAMPAMENTO — CAPISTRANO — Col. CINCO MANGUEIRAS, pelo que faz expedir a seguinte ordem:

Dest. Ex. Azul

1. ^a D.I.	P. C. na Par. SAPÉ, 30 (trinta) de
E. M./3. ^a Seção	Agosto de 1940, às 16 (dezesseis) horas
N.º N + 1	e 45 (quarenta e cinco) minutos.

ORDEM PARTICULAR AO 1.^º R.I. N.º....

(Ataque na noite de 30/31)

(Conf. de ordens verbais e telefônicas dadas até 16.15).

I — SITUAÇÃO:

O inimigo oferece nova resistência na posição balisada por..... M^º do CAPIM — Col. da OLARIA — Orlas L. de VILA MILITAR — Col. ACAMPAMENTO — CAPISTRANO — Col. CINCO MANGUEIRAS — (Ver calcos 1 e 2).

Foram assinalados trabalhos de organização do terreno, ainda esparsos e pouco desenvolvidos, em Col. ACAMPAMENTO — CAPISTRANO — Col. CINCO MANGUEIRAS — M^º dos AFONSOS — M^º do GIRANTE — M^º das FITAS — M^º do CAPÃO — (ver calc 2).

O conjunto das informações colhidas parece indicar que a Divisão se acha em presença de elementos de cobertura (P.A.?) do inimigo.

II — MISSÃO DA DIVISÃO:

A 1.^a D.I., em ligação ao N. com a 2.^a D.I., atacará amanhã a nova posição mantida pelos Vermelhos, referida no item anterior. Esse ataque será objeto de ordem ulterior.

III — MISSÃO DO 1.^º R.I.:

A fim de conquistar uma base de partida mais favorável para o desembocar do ataque de que trata o item acima, o 1.^º R.I. atacará e apossar-se-á na noite de hoje (30/31) das alturas de Col. ACAMPAMENTO — CAPISTRANO — COL. CINCO MANGUEIRAS (objetivo único).

Zona de ação: ver calco 1.

Os pormenores da execução dessa operação serão regulados pelo Cmt. do 1.^º R.I., que disporá de todos os seus meios orgânicos e fará os entendimentos que julgar convenientes.

Todavia, o Cmt. do R.I. não deverá empenhar nesse ataque, efetivo superior ao valor de 2 Btis.

IV — ARTILHARIA:

O 1.^º R.I. disporá de todo Ag. A₁ (3 grs. 75). Os entendimentos com o Ag. A. deverão processar-se antes das 17 hs. 30 (dezessete e trinta) de hoje (30).

O restante da A.D./1 se encarregará da proteção do ataque

A munição a consumir não deve exceder 1/5 U.F., durante a noite de 30/31.

V — COBERTURA DO ATAQUE:

Ao S., o grosso do R.C.D. baterá com seus fogos:

- desde o início da preparação de Art. até a partida do ataque: as organizações e armas inimigas reveladas em Col. CINCO MANGUEIRAS, Escola de Aviação Militar e alturas logo a S.W.;
- desde a partida do ataque até o sinal de objetivo atingido, lançado pela tropa atacante: as organizações e armas reveladas na COTA 40 a N.E. do

Mº dos AFONSOS e neste morro, que puderem ser batidas.

Ao N., o 1/2.º R.I. tomará sob seus fogos as orlas L. de VILA MILITAR, desde a preparação pela Art. até o sinal de ter sido atingido o objetivo fixado.

VI — CONDUTA:

Conquistada a linha de alturas balisada pela Col. ACAMPAMENTO — CAPISTRANO — Col. CINCO MANGUEIRAS, a Inf. nela instalar-se-á por forma a manter sua posse a todo custo. Nenhum elemento da tropa atacante ultrapassará, porém, sem nova ordem, o caminho prolongado pela cerca de arame que corre a W. de Col. ACAMPAMENTO — CAPISTRANO (Calco 2 — A. A₁).

No caso de insucesso da operação, a Inf. atacante deverá poder ser acolhida por elementos mantidos nas posições atualmente ocupadas.

VII — LIGAÇÕES E TRANSMISSÕES:

- Postos de comando: sem alteração.
- P.C. do 1.º R.I.: desde a partida do ataque, no Mº Cel. MAGALHÃES.
- C.A.I.: a partir das 18 (dezoito) horas de hoje (30), na Est. de VILA PROLETÁRIA (Mal. HERMES).

VIII — PARTIDA DO ATAQUE:

(A fixar)

Confére:

(a) Gen. Y

Cel. X

Cmt. da 1.ª D.I.

Chefe do E.M.

Destinatários (como lembrança).

Documento n.º 4

DESENVOLVIMENTO DO EXERCÍCIO

I — CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

- a) Duas jornadas de trabalho.
- b) Duração prevista:

1.ª jornada: 2 tempos de 50 minutos	1 h. 40
2.ª jornada: 3 tempos de 50 minutos	2 h. 30

TOTAL	4 h. 10
------------------------	----------------

II — TRABALHO A EXECUTAR:

- a) Em domicílio:

- Redigir a ordem ou as ordens dadas pelo Cmt. do 1.º R. I. para o ataque na noite de 30/31 (inclusive o entendimento com o Cmt. da Ag. A.).
- Entrega na 1.ª jornada de trabalho.

- b) Em sala:

1.ª jornada:

- Exposição sucinta dos "Fundamentos que condicionam a conduta das operações à noite".
- Apreciação sumária de dois "casos vividos" da Grande Guerra.

2.ª jornada:

Exercício em sala, sob a forma de "discussão dirigida", visando estabelecer uma solução para o tema proposto.

(Continua)



Os exames de recrutas e o novo R. E. C. I.

(Com vistas à Comissão designada para rever o R. E. C. I.)

Pelo Ten. Cel. Alcindo Nunes Pereira

A revisão em curso do Regulamento de Infantaria oferece-nos ensejo para focalizar algumas idéias oriundas de observações práticas.

E' pouco satisfatória a fórmula pela qual se processam atualmente os exames de 1.º período na Infantaria: complexos, fastidiosos, demorados e inexpressivos.

Artifícios diversos e engenhosos têm sido aplicados para vencer as dificuldades na verificação das numerosas partes de instrução, em unidades de grande efetivo e nos limitados prazos concedidos. O resultado dessas tentativas ficam, todavia, muito aquém do que é de desejar.

E' indispensável simplificá-los ao ponto de permitir às unidades mais pesadas (R. I) uma verificação fácil e rápida.

A circunstância de ser a instrução dividida em partes por força da sucessão inevitável dos ensinamentos a ministrar e por necessidade de simplificar a aprendizagem, não justifica a verificação parcelada dos conhecimentos e do adestramento dos homens e da tropa.

O número de partes a examinar deve ser restrita ao mínimo indispensável a um juízo sobre o aproveitamento obtido.

A instrução tática, como ramo principal, condensa em si um certo número de assuntos que são ensinados em separado, mas que podem e devem ser verificados em ação con-

junta ou combinada. Das ações de combate, cuja verificação é possível, apenas as de fogo, não podem ser correntemente efetuadas num exercício de combate.

As noções ou adestramentos de natureza técnica apreciáveis na execução de um exercício tático, não necessitam de verificação a parte no fim do período. E' o caso da maneabilidade e da organização do terreno: as formações, o mecanismo dos movimentos e a construção de obras elementares de organização do terreno, etc... podem perfeitamente ser evidenciadas num exercício de combate.

O fato de não se poder apreciar em um só exercício êsses diversos aspectos, não ocasiona maior inconveniente do que o atualmente resultante da impossibilidade de ver-se mais de uma fase ou forma de combate por unidade.

Por demonstrações parciais e diferentes pode-se ter uma impressão não apenas do grau de instrução dos homens e frações, como também do desenvolvimento geral da instrução da unidade.

Não apresenta vantagens o sistema de estabelecer um exercício único para ser executado por todos os pelotões, a título de competição. Melhor será acabar com essa forma de julgamento, que, por inevitáveis imperfeições, mais concorrem para causar desânimos e descontentamentos, do que para criar estímulos.

E a educação física necessita de exame especial para ser avaliada? Parece-nos que a rigor bastariam os resultados do exercício de combate e da marcha de resistência. No primeiro ver-se-ia o treinamento obtido na adaptação às especialidades e na última a resistência à fadiga. O exame das fichas de educação física, permitirá ainda completar a impressão sobre os resultados individuais.

Não se nos afigura razoável fazer provas de instrução física e de adaptação às especialidades (art. 112, letra a, R. E. C. I.). Nada exprime uma prova de flexionamentos, saltos, escaladas, etc...; quando muito se pode admitir uma prova de adaptação às especialidades para completar uma impressão deficiente deixada pela prova tática.

No que concerne ao tiro, não obstante o prescrito na letra c, art. 112, vê-se muitas vezes constar de planos de exames a verificação de noções de ordem tática e de ades-tramento dos homens. Nenhum interesse pôde isso oferecer, salvo em face de máus resultados de tiro, com o objetivo de precisar as causas e apurar responsabilidades.

Os exames de 1.º período devem resumir-se às partes essenciais da instrução tática, deixando-se de lado tudo o que se puder aquilatar pela prova tática.

Não é possível, num R. I. de três batalhões, efetuar com todos os pelotões a série interminável de exames parciais, de fôrma satisfatória e em tempo limitado.

Parece suficiente exigir:

- 1 — Uma prova tática (combate ou serviço em campanha) no quadro do pelotão ou secção;
- 2 — Uma prova de marcha de 24 km., no quadro da Cia. ou Btl.;
- 3 — Verificação dos resultados de tiro;
- 4 — Uma prova de ordem unidade no quadro do pelotão.

Os conhecimentos gerais ministrados na instrução geral e moral, no ensino do armamento e outros materiais não constarão desses exames; serão objeto das verificações de fim de fases.

Do Capítulo "Porque as questões pessoais estorvam a direção da guerra" —

"Acham-se tão atarefados êsses dois homens em fazer a guerra um ao outro", disse em certa ocasião um general inglês, "que não têm tempo para fazer a guerra aos alemães".

(Do livro "Tragédia na França" de André Maurois)



FUZIL DE GUERRA

ARMA QUASI OBSOLETA

Cap. GERARDO L. AMARAL

Este artigo, complemento de um outro publicado no número de Janeiro, convida a meditação.

Tudo está indicando a decadência do fuzil de guerra. Assente esta verdade, é oportuno lançarmos sem perda de tempo útil, um golpe de vista sobre as suas consequências, todas dignas de estudo.

Uma, entre elas, particularmente, parece-nos pedir providências imediatas: é a da transformação ou adaptação da nossa indústria especializada na fabricação de canos para fuzil.

O debate foi aberto por quem podia fazê-lo. E já era tempo disso: — está-se fazendo o nosso reaparelhamento material e é esta a oportunidade para ser o assunto objeto de acurado estudo.

“O que abunda não prejudica...” mormente quando se trata de um grãozinho de areia. E é só o que pretendemos aumentar à montanha de argumentos de ordem tática e técnica apresentados, de maneira irretorquível, pelo Snr. Cel. Dilemundo de Assis ao tratar da decadência do fuzil de guerra. (1)

A nossa contribuição é composta por outros argumentos que bem sabemos serem de segunda ordem mas, ainda assim, amparados pelo aforismo latino.

(1) Publicado no número de Janeiro deste ano.

A guerra moderna determina o progresso constante pois que nada foge às exigências da guerra total e, para que ela se realize, impõe-se uma vertiginosa corrida pelo progresso de todos os ramos das atividades humanas inclusive as de ordem afetiva. Estas se manifestam pela elevação crescente do valor das fôrças morais — seja das populações civis suportando com calma socrática as vagas de bombardeiros; seja dos combatentes sujeitando-se aos horrores apocalíticos dos embates terrestres, aéreos ou navais com toda sua sequência de sacrifícios físicos e morais.

Para êstes últimos — os combatentes — todo progresso, por menor que seja, é de extraordinário valor. Quantos penas lhes serão poupadoss com a diminuição do peso e do comprimento de sua arma individual ou com qualquer outro aligeiramento na sua impedimenta.

A arma, porém, é o que nos interessa no momento.

Qual o oficial de infantaria que ainda não observou a dificuldade que tem o soldado em encontrar uma posição cômoda para conduzir seu fuzil, longo e pesado, depois de alguns quilômetros de marcha? Ora num ombro, ora no outro, vai êle desajeitadamente carregando sua cruz, quando não procura levá-la em posições não regulamentares (atravessando na nuca como vara de peixeiro ou numa das mãos como caçador).

As recentes manobras do Vale do Paraíba em que fizemos longas marchas sob sól causticante, ou à noite, debaixo de verdadeiras tempestades, bem nos mostraram o "trambolho" que é o fuzil de guerra para o pobre infante.

O servente de metralhadoras, então, sofre situações horríveis quando tem a tiracolo ou em bandeirola seu mosquetão (ou fz.). Todos seus movimentos são dificultados pela incômoda arma que, vez por outra, mimosea-o com uma valente pancada na cabeça. Nas competições, muito comuns nos Corpos e tão úteis para o desembaraço das guarnições, (carregar e desmontar o material, etc.) raro é o servente que não sofre uma agressão de sua arma de defesa (!) individual.

Nos desfiles de fuzileiros o ponto nevrálgico é o alinhamento e a cobertura das armas; nas metralhadoras cuida-se para que as coronhas e os canos não toquem nos muares já alertados pelo bulício da cidade.

Nos exercícios de combate e serviço em campanha quantas vezes o homem tropeça e cai, partindo, sem culpa, a coronha de seu fuzil ou êste se embaraça na ramagem, denunciando a sua presença.

Há ainda a considerar o lado administrativo da questão. O fuzil é uma arma cara, de conservação difícil e dispendiosa. À volta de cada instrução no exterior do quartel impõe-se uma limpeza sumária que será completada às quartas-feiras e sábados.

A limpeza é difícil porque, para ser feita como deve, demanda tempo, trabalho paciente e, principalmente, amor à arma, qualidades estas que nem sempre encontramos reunidas num soldado recruta ou antigo. Dispendiosa porque o material consumido semanalmente em valor sempre crescente e por isso, talvez, é cada vez mais parcimoniosa a distribuição dêle. A fiscalização — desenvolvida pelos oficiais, sub-ten., graduados e praças especializadas — é de suma importância para evitar o emprégo de meios prejudiciais como sejam a vareta da própria arma e a lixa grossa, ambas tão do agrado das praças. Temos encontrado fuzis em que mal se lê o seu número e série e em que são enormes as diferenças dos calibres da boca, do interior do cano e da câmara, defeitos estes atribuídos ao uso das varetas de aço.

Estamos, pois, entre os que vêm no fuzil, assim como o temos, uma arma quasi obsoleta: — grande e pesado, portanto incômodo; de manuseio difícil por ser incomôdo; caro pelo seu preço e pelas despesas que acarreta sua conservação; e, finalmente, por ser uma arma em desacôrdo com a

guerra moderna em que os aviões atingem velocidades superiores à velocidade inicial dos projétils; em que as populações das cidades bombardeadas se mudam para o sub-solo e nos seus abrigos retomam tôdas suas atividades quotidianas inerentes, ou não, ao prosseguimento da guerra; em que a artilharia atinge com seus obuzes distâncias inacreditáveis; em que a arma automática é leve, pequena e satisfaz a tôdas as exigências que lhe são impostas; e, em que a arma individual só é empregada, em tese, nas ações finais da batalha — no assalto e no corpo a corpo — depois de o infante haver progredido sob a proteção dos carros e de nuvens de aviões, vivendo horas de mais intensa emoção até que conquiste e ocupe o objetivo final para consolidar a vitória. Nos momentos finais, críticos mesmo, uma arma longa e pesada como o fuzil torna-se ridícula. O ambiente é para uma arma mais leve, mais curta, automática ou semi-automática que permita ao seu portador movimentos tão rápidos como as ações da guerra moderna.

Desapareça, pois, o fuzil e em seu lugar venha a arma que dará ao infante a certeza da segurança pessoal a par de um mínimo de esforços.

"Pode dizer-se hoje que esta guerra estava perdida, para a França, desde o minuto em que começou.

Estava perdida porque não tínhamos bastante aviões, bastante carros de assaltos, bastante canhões anti-aéreos, usinas para construir o que nos faltava".

(Do livro "Tragédia na França" de André Maurois)



InSTRUÇÃO na Cavalaria

Pelo Cap. JOÃO DE DEUS MENNA BARRETO

Nada mais interessante que o debate e a crítica construtora sobre tema profissional, quando as paixões não entram em liga e o tom é elevado e respeitoso.

E é o caso do assunto em foco: escreveu sobre ele, com elegância e conhecimento, o nosso brilhante camarada Cap. Enio da Cunha Garcia; vem agora, colaborando e com igual distinção, expôr os seus pontos de vista, o "ardoroso cavaleirano de todo terreno" Cap. João de Deus Menna Barreto e, depois, passaremos a palavra ao entusiasmo de um jovem tenente.

De tudo isto responda o desejo sadio de construir, no campo da instrução da Cavalaria, obra sólida e perfeita.

Diante do meu livro recentemente publicado "A Instrução na Cavalaria" — Programa do R.C. — cuidava em não voltar ao assunto, de vez que no aludido trabalho, encontrarão os leitores, "sem espírito de inovação", toda a matéria referente ao 1.º período, tratada pormenorizadamente, a respeito de "como devem ser encarados e arquitetados os programas de instrução no R.C.", com "empenho de coordenação, de método e clareza, com vistas à utilização para a vida na tropa", a par de "indicações complementares" e considerações acerca da conveniência de adoção (ao meu ver) pelo E.M.E.) de um "programa geral", único ou básico para todas as unidades da mesma arma.

Acontece, porém, que alguns entusiastas da pena, aliás amparados por justas e merecidas credenciais, continuam abordando o assunto em causa como se tratasse de matéria nova entre nós, não já vastamente explanada nos regula-

mentos, e, assim procedendo, mudam nomes, dão divisão nova a seu modo, a par de divagações em que são citados autores de novos métodos, psicólogistas, pedagogos, etc., etc.; narrativa interessante para conferências a título de ilustração, mas pouco objetiva para os que labutam na tropa e que têm de cingir-se aos preceitos regulamentares.

Outros, mais ardorosos, discípulos de velhos e insignes mestres, amarram-se a velhas praxes e por puro comodismo, falseando pela estagnação mental os ensinamentos desses mesmos mestres, não querem enxergar nada além daquilo que aprenderam e que por isso mesmo consideram-no intangível, insusceptível de evolução, raciocínio e experiência.

E para justificarem sua aversão à adoção do programa único, geral ou básico apresentam argumentos inconsistentes, aumentando assim a confusão reinante no assunto e perturbando o trabalho dos que ainda não se acham senhores do terreno e que laboriosamente vão acompanhando as novas idéias. Não desanimem êstes, pois, a boa orientação vai-se impondo pela conscientiosa aplicação na tropa, premiada com os melhores resultados.

E sobretudo é contraproducente inquinar o programa único da eiva de comodismo. Muito mais se evidencia o comodismo do fato de não no querer: deixemos como está, campo aberto, comodamente aos caprichos de cada qual em cingir-se a êstes ou àqueles dispositivos regulamentares, vista grossa sobre os que não lhe apetecem...

Com a adoção do "programa geral", a progressão do assunto relativa à instrução; os "preliminares do problema" que sintetizam o que diz respeito às características da arma, cuja criação e desenvolvimento constituem o objetivo final da instrução; os "fatores gerais e locais" que condicionam a tarefa da instrução, alguns deles fora do alcance dos comandantes, outros em condições de receberem sua atuação remediadora, desde que haja recursos pecuniários, boa vontade e capacidade de trabalho; os "objetivos gerais" a que a instrução deve atingir, tendo em vista os diferentes elementos a instruir (homens, cavalos e unidades); os "objetivos

parciais" em que por sua vez se decompõem êsses objetivos gerais, sua seriação no tempo, e finalmente as "atribuições dos oficiais, sargentos e graduados" na organização, execução e fiscalização da instrução; tudo isso ficará ao alcance de qualquer um, não haverá mais novidade, a orientação da instrução será uma única para todos, não haverá margem para interpretações diferentes, como atualmente acontece, acabar-se-á finalmente com as "surpresas" e distinções neste particular.

Cada qual, na sua esfera de ação, não terá mais que adaptar à sua unidade, o "programa geral", tendo em vista os fatores locais e ocasionais que intervêm no problema da instrução, pois que absolutamente não se trata de estabelecer "modelo rígido".

A universalidade dessas considerações que tem de levar em conta um programa de instrução, sejam quais forem as condições particulares do corpo de tropa, é absolutamente regulamentar e não idealizada por quem organiza o programa.

O "programa geral", único ou básico outra cousa não é senão uma forma adequada de apresentação das determinações regulamentares atinentes à instrução, forma prática, própria para execução sem omissões nem falsas interpretações.

Na hipótese irreal de existir um Regimento com todos os recursos e tôdas as condições ideais, teria aplicação ao pé da letra, do começo ao fim, tal "programa geral".

Nos casos reais, dos Regimentos que se caracterizam pela diversidade de recursos e de condições, cumprirá que cada qual, fruindo a imensa comodidade do programa único, determine esforçadamente quais as fundadas modificações a observar; fruição que permitirá grande economia de tempo, bemvinda economia, para a qual não faltará em que aplicá-la.

... No cumprimento dêste "programa único", em que figura a instrução de fato necessária e mínima que pelos regulamentos importa dar ao homem que vai passar menos de

um ano na caserna, e não o programa arquitetado sob orientações diferentes, segundo a interpretação de cada um, é que não há lugar para comodismos, pois, exige por parte dos órgãos dirigentes e auxiliares, muita dedicação e esforço, a fim de tornar real, o mais fielmente possível, o cumprimento integral do aludido programa. E na ausência, por parte do corpo, de alguma das condições para as quais ele foi traçado, bastará um artigo em Boletim que com a correspondente justificação, suprimirá esta ou aquela parte do "programa geral", até que seja preenchida tal condição. Portanto, o programa terá de ser executado na medida de suas possibilidades, isto é, dos recursos em pessoal, animais e material que possuam os corpos.

Se, porém por exemplo, o recruta já trouxer grande desembaraço a cavalo, como acontece com boa parte do contingente de recrutas dos corpos de cavalaria localizados no Rio Grande do Sul, ainda assim não se modificará o nosso "programa único", geral ou básico. Desde que os objetivos atingidos não se afastem das fases intermediárias, o Cap. poderá passar adiante no ensino das semanas e poderá mesmo acabar na 1.^a semana, toda a instrução da 1.^a fase intermediária. Tanto melhor, ficará com o restante do tempo para aperfeiçoamento da instrução ministrada e mais tempo, portanto, para desenvolver as outras partes (principalmente instrução a pé, geral, etc., etc.). Não haverá motivo para alteração no "programa geral" do Regimento, nem do cap., o que haverá é, apenas, maior tempo para aperfeiçoamento da instrução ministrada (criação do reflexo ou automatismo e da perícia ou destreza) com repercussão na dosagem dos tempos médios" e nos "planos semanais de trabalho" do cap. Analogamente reage também sobre os planos semanais de trabalho o mau tempo.

E' preciso também não haver confusão do "programa geral", único ou básico com "programa-progressão", nem "plano semanal de trabalho" e muito menos "sessão" de instrução. Esses sim, são documentos variáveis dentro de um

mesmo Regimento. Refiro-me únicamente a "programa" de período, tanto do Regimento como do Esq.

Passemos agora, a fim de melhor esclarecer a confusão reinante, a definir os documentos regulamentares básicos de instrução dos quadros e da tropa que realizam praticamente a unidade de instrução:

Diretriz — Documento das Regiões e Divisões para execução pelos Regimentos. Linhas gerais sobre a coordenação, objetivos e progressão da instrução, acompanhada especialmente de "calendários" com as datas previstas das inspeções, tendo em vista a fiscalização da execução dos programas, para que nas épocas determinadas pelo regulamento sejam alcançados os objetivos previstos pelo mesmo. As "intenções" do chefe da grande unidade são também consignadas nesse documento e a meu ver pouca divergência deve existir entre elas, pois, não deverão ir de encontro aos "métodos", organização e execução da instrução previstos nos regulamentos; bem como ir de encontro à "doutrina de guerra" estabelecida pelo E. M. E.. Assim, não vejo motivos para que essas "intenções" constituam fator decisivo na organização de um "programa" e muito menos na do "programa único". Já é tempo de os nossos chefes lerem do mesmo modo os preceitos regulamentares, caminhando assim para atingir o ideal em matéria de "doutrinas" e "métodos", como acontece com os Exércitos modernos.

Programa (de período) — Resenha de tudo que a respeito da instrução dispõem os regulamentos em vigor no Exército, mas coordenado, seriado, ajustado, sob o ponto de vista da aptidão para acionar a máquina.

E como os regulamentos não devem mudar todos os anos, segue-se que o programa de instrução deve ser correspondente imutável. **ESTE, programa único** deve ser "uma espécie de paradigma da concatenação dos múltiplos e complexos preceitos que regulam a feitura dos programas de instrução, preceitos consignados no R.I.Q.T. e no R.E.C.C., os quais assim, por essa expressão prática, sucetível

de fácil adaptação, seriam grandemente fortalecidos, porque ilustrados, interpretados, coordenados e ajustados.

Deverá ser êle estabelecido pelo cmd. da unidade para um espaço de tempo e com uma auséncia de minúcias tanto maior quanto mais elevada fôr a unidade, e visando tôdas as categorias de instrução dos: homens (quadros, candidatos a sargentos e a graduados, especialistas, artífices, empregados, recrutas, praças prontas); cavalos; e unidades. Por esta razão, aliás tão lógica que dispensa comentários, vemos o cmd. de um Regimento elaborar o seu "plano de ação". (R.I.Q.T. n.º 93) um programa "geralmente por periodos", em que determina os objetivos a atingir nas diferentes categorias de instruendos e nas sucessivas fases; e vemos o cmt. de um Esq. desenvolvê-lo para execução, pormenorizando e dosando por semana o assunto a ser ministrado para alcançar êstes objetivos.

De um modo geral, porém, um programa para qualquer categoria ou grupamento de instruendos, seja qual fôr o tempo de duração e o escalão, deve sempre indicar de modo claro e preciso:

- Os objetivos finais e sucessivos a atingir em cada um dos assuntos do ensino;
- Os assuntos a serem ministrados em cada ramo da instrução;
- A época em que cada assunto da instrução deve ser iniciado, tendo em vista a progressão nas diferentes fases intermediárias e semanas, bem como a ordem de urgência;
- As datas sucessivas em que os objetivos devem ser atingidos;
- Os "tempos médios" a dedicar a cada ramo e categoria de instrução, em cada fase;
- Os meios necessários à instrução postos à disposição da unidade a instruir;
- As verificações da instrução e datas dos exames finais.

"O programa não deve tratar de pormenores de execução, pois isso seria tolher a iniciativa dos subordinados; deve,

entretanto, ser bastante claro, explícito, a fim de que os escalões a que se destina não sejam obrigados a recorrer ao estabelecido pelas unidades superiores (exemplo: o cmt. Esq. ter que recorrer à Diretriz da Divisão).

Plano semestral de trabalho — (Preferimos a expressão “plano semanal” de trabalho à de “quadro semanal”, não só para fugir à exquisitice duma aplicação — “quadro semanal de trabalho de quadro” — como porque “plano” diz melhor da natureza do documento, tanto mais que o R.I.Q.T., n.º 93, muito acertadamente vê no programa um “plano de ação”). Contem esse documento a matéria predominante da instrução dos recrutas, com a competente distribuição do tempo (dias e horas) e das categorias de instrução, bem como dos outros serviços. Mostra tal plano, além dos outros trabalhos que não instrução (limpeza e revistas), os dias e as horas para os diferentes ramos da instrução a ser ministrada aos soldados, com a indicação do local, instrutor, monitor, e o assunto que deverá ser dado na semana.

Todos os “fatores” reagem sobre o “plano semanal de trabalho”, notadamente o mau tempo. Daí figurar em cada “plano semanal” semelhante previsão de alteração, com preocupação consequente de introduzir nos futuros planos, tão pronto quanto possível, a necessária compensação, de maneira que no fim das contas, sejam atingidos os objetivos.

Sessão de instrução — Dosagem dos assuntos a serem dados na jornada, para cada um dos diversos ramos da instrução tendo em vista fixar a “ração” que deve receber o instruendo por dia, tendo sempre em vista o “programa” e o “plano semanal” de trabalho. As “sessões” de instrução dentro da mesma unidade podem ser diferentes entre os grupos da mesma categoria de instruendos, pois que dependem de vários fatores, notadamente do nível em que se encontram os homens, isto é, do ponto atingido pela instrução.

Em princípio, toda “sessão” de instrução deve ser preparada e escrita e nela deverão figurar de modo claro e preciso:

- o ponto atingido pela instrução;
- o ponto a atingir (objetivo da sessão);
- meios empregados para alcançar êsse objetivo;
- assunto da sessão;
- preparação da sessão (material e intelectual);
- execução da sessão.

Toda "sessão" de instrução é, pois, variável dependendo dos elementos intelectual e material que possuam os corpos, bem como a natureza ou classe (grupamento) dos instruidos.

Geralmente deve figurar em cada "sessão", na parte referente à "preparação" do trabalho (intelectual), a indicação das partes do regulamento correspondentes à instrução a ser ministrada, a-fim de serem estudados pelos instrutores e monitores (oficiais, sargentos e cabos).

O ideal seria que essas "partes" do regulamento estivessem tôdas em cada Esq. organizadas sob a forma de "fichas".

Quaisquer encarregados de instrução, desde o Cmt. R. devem organizar as suas "sessões" de instrução.

Essas "sessões" de instrução devem sempre ser redigidas com antecedência, para que o oficial:

- fique bem senhor do assunto a ser tratado;
- tenha presente o ponto atingido e aquele que, em consequência, deva ser atingido na sessão;
- tenha presente as prescrições diversas referentes a uniformes, equipamento, armamento, arrejamento e mais material;
- assegure a bôa preparação do exercício, intelectual: referente às fichas ou partes de regulamento a serem estudados pelos instrutores (sargentos e cabos); e material:
- referente ao material de instrução (castiçais, varas, bonecos, etc., etc.);
- finalmente, assente o desenvolvimento da "sessão", para o que fixará:
 - a) os exercícios a serem executados;
 - b) a duração de cada um;
 - c) as observações essenciais a respeito dêles.

Assim é que o Cmt. da unidade organiza e publica em Boletim, com a devida antecedência (penúltimo dia útil da semana), além do "plano semanal" de instrução dos oficiais, as "sessões" de instrução a seu cargo; os Cmt. Esq., por sua vez, publicam também em seu Boletim, com a mesma antecedência, além do "plano semanal" da instrução dos quadros subalternos do Esq., as "sessões" de instrução que deverão ser ministradas aos seus sargentos e cabos; finalmente os Tens. subalternos de cada Esq. organizam para a jornada do Esq. as suas "sessões" de instrução, isto é, dosam o assunto a ser dado nesse dia para cada uma das matérias de que vai tratar a instrução dos recrutas nos diversos ramos:

Física, a cavalo, a pé, geral e moral; e as submetam à apreciação do Cmt. do Esq.

— **Ficha** — A ficha nada mais é do que "simplificação, facilidade, organização, manejó rápido, idéia principal" — e traz a vantagem da uniformização da instrução na unidade, pois a "ficha", ao contrário da "sessão", é fixa e serve para a instrução em qualquer unidade da mesma arma.

Essas fichas devem ser organizadas pelos respectivos Esq. (cap. e subalternos; R.I.Q.T. n.º 98) onde cada oficial se encarregará de determinados assuntos; depois deverão ser revistas por uma comissão, de que fará parte como presidente o sub-cmt.

Uma vez organizadas as "fichas", que devem constituir capital preocupação dos cmts. (Reg. e Esq.), toda a execução da instrução na unidade estará uniformizada. Nelas repousa o "método" de instrução, daí a sua capital importância.

Feliz da unidade que possuir o seu fichário de instrução completo.

Constituirá o maior serviço que a sua oficialidade poderá prestar à instrução da tropa, por conseguinte ao Exército.

Todos os instrutores (e monitores) podem levar para a instrução o regulamento ou ficha correspondente e não devem ter cerimônia de consultá-los sempre que surgir alguma dúvida.

— **Programa-progressão** — E' o total da obra a empreender, delineada com vistas à execução gradual e sucessiva (planos semanais) sob o critério da coordenação, no tempo e no espaço, por ordem de urgência e de importância (seleção e seriação) das matérias. Praticamente, na realidade, o programa-progressão vem taxativo, preciso, com todas as determinações a respeito necessárias e bastantes, contidas no próprio programa geral do Regimento; está êle, por extenso, nas disposições essenciais referentes à distribuição das matérias de ensino, selecionadas e seriadas, através das fases e fases intermediárias. E isso é que representa o recurso decisivo para assentar a uniformidade do ensino e de sua progressão, dentro do Regimento.

Dai é que saem os "planos semanais" de trabalho do cap., que especialmente leva em conta, para cada semana, o grau de instrução atingido (ponto de partida); a aquisição de conhecimentos objetivada para a semana (etapa a vencer).

Intervém nesse trabalho, de inicio, para orientação a respeito do ponto atingido, o registo da instrução que realmente foi dada.

Os "planos semanais" é que são verdadeiros instrumentos de "progressão", pois, efcompletados pelo registo da instrução realmente dada, poderá o cmt. Esq. graduar o seu trabalho futuro e no ano seguinte ajustar essa progressão (aumentando ou diminuindo os assuntos da semana), sem, entretanto, modificar os objetivos que deverão ser atingidos nas diferentes fases designadas pelo Cel. as quais (fases e objetivos) foram calcados no regulamento.

O programa progressão, em si, nada mais é, portanto, que obra de "selecionamento" e "seriação" das matérias do ensino, marcando o competente momento e o devido espaço, levando em conta que tais assuntos, mais diretamente conduzem ao objetivo final e ainda entre êles tais e tais partes são mais importantes.

Concluindo e resumindo:

I — Para fidelidade aos preceitos regulamentares, ati-

nentes à instrução, e por isso para uniformidade da mesma, deve ser adotado um programa único, geral ou básico (de período), para todas as unidades da mesma arma.

II — Compete ao cmt. do corpo reportar-se, sem literatura e sem perda de tempo, a esse "programa único" e especificar com sucinta justificação, as modificações impostas pelas condições particulares, permanentes ou momentâneas, do Regimento.

III — Os "planos semanais" de trabalho e as "sessões" de instrução são documentos variáveis dentro de cada Regimento e de cada Esq.; entretanto é necessário organizar os "modelos" desses documentos, bem como das fichas, a fim de que haja uniformidade e fácil fiscalização da instrução.

(Continua)



GILLETTE AZUL
a melhor lâmina
até hoje fabricada

Gillette

Gillette

C-10



A História do 75

Pelo Cap. LUIZ GOMES PINHEIRO

Inst. da Escola de Estado Maior

O canhão 75 tiro rápido é dos materiais mais familiares aos oficiais brasileiros, canhão cujas virtudes conhecem intimamente, de própria observação, de própria experiência e manéjo, há cerca de 40 anos, através dos KRUPP modelos 1905, 1908 e finalmente 1937.

Por outro lado, o histórico da ação gloriosa e decisiva do originário 75 tiro rápido de campanha, o seu homônimo francês, teve grande divulgação e repereussão no meio brasileiro, particularmente no ambiente militar.

Na constatação dêsses dois fatos crêmos encontrar justificativa para a curiosidade em conhecer-se a sua origem, em divulgar-se a sua gênese.

Trata-se de um artigo inserto na "L'Illustration", número de 6 de Fevereiro de 1915, meio anos após a eclosão da conflagração européia de 1914, assinado por SOUVEROCHE, e do qual damos a seguir uma tradução atualizada.

AS PRIMEIRAS PESQUISAS

As pesquisas que antecederam a criação do 75 tiro rápido remontam a uma época bem afastada. Desde 1890 os artilheiros franceses preocupavam-se em dotar a sua artilharia com um material de campanha, de tiro rápido, capaz de apresentar os mesmos resultados que já se obtivera com

o material de bordo. Trazer ao campo de batalha canhões capazes de rivalizar, em rapidez de tiro, com os HO-TCHKISS e os CANET dos couraçados, tal era o problema que se propunham realizar.

Os canhões em uso nessa época e, logo em primeiro plano, os canhões de calibre 90, do Coronel DE BANGE, que haviam atingido a uma potência considerável e a uma precisão jamais ultrapassada não correspondiam à expectativa por motivo da lentidão do seu tiro. A velocidade de tiro do material de 1877 era, com efeito, quasi duas vezes menor que a do canhão de alma lisa "à la suédoise" de GUSTAVO ADOLFO.

Para antepôr-se a um adversário cuja principal preocupação era, cada vez mais, de tornar-se invencível, necessário tornava-se renunciar aos antigos processos e dotar a artilharia de um canhão que permitisse varrer rapidamente o terreno com um tiro razante, facilmente orientável.

Era preciso crear um canhão que fosse capaz, não de ficar completamente imóvel durante o disparo (resultado mecânicamente irrealisável), porém de voltar à mesma posição depois da partida de cada tiro. Não mais se desfazendo a pontaria, a rapidez de tiro poderia tornar-se tão grande quanto necessário fosse.

A solução do problema consistia em construir-se um reparo que ancorasse ao solo tão sólidamente e não mais desse durante o tempo em que o canhão a ele ligado por um sistema elástico amortecedor, recuasse sobre corrediças convenientemente dispostas.

Tentativas nesse sentido foram feitas por diversos oficiais e notadamente pelo Capitão LOCARD, da Fundição de BOURGES, sem no entanto chegarem a um resultado satisfatório, ao menos no que se referia ao material de campanha. A solução teórica do problema parecia evidente, procurava-se no entanto chegar à realização prática.

Foi quando se produziu um incidente curioso e bastante ignorado, que exerceu sobre a criação do atual canhão, uma influência decisiva.

CONSEQUENCIAS DE UMA INFORMAÇÃO INEXATA

O General MATHIEU, então diretor de artilharia, foi informado pelo serviço secreto, que um engenheiro alemão, alias muito conhecido, M. HAUSSNER, tinha estabelecido nas fábricas KRUPP um modelo de canhão a longo recuo, como chamavam os franceses, ou na linguagem dos técnicos alemães — a recuo sobre o reparo.

Dizia-se ainda que depois das experiências a casa KRUPP não hesitara em dar inicio à construção do novo material. O General MATHIEU, conhecedor de seus homens, chamou o Comandante DEPORT, então diretor da Fábrica de PUTEAUX, e lhe perguntou se acreditava poder realizar, por sua vez, um canhão baseado no princípio do longo recuo. O Comandante DEPORT, conhecedor da questão, respondeu, depois de refletir, que estava em vias de resolver o problema proposto, e, em 1894 apresentava ao Ministro da Guerra, General MERCIER, um canhão de campanha que alcançava um máximo de 25 tiros por minuto. Sua precisão era perfeita e a estabilidade era tal que os dois principais serventes podiam permanecer, durante o tiro, sentados em bancos que faziam parte integrante do reparo. O canhão 75 acabava de nascer e realizava todos os desiderato que o artilheiro mais exigente poderia propôr.

Mas a sua criação havia sido das mais laboriosas. Durante meses o Comandante DEPORT se havia esgotado sobre cada um dos detalhes de construção do novo engenho, não triunfando com ingentes esforços de uma dificuldade senão para achar-se em face de outra e vendo recuar sem cessar, deante de si, a solução final.

Depois de ter preparado um sistema de fechamento de culatra rápido, derivado da culatra NORDENFELT, tornou-se necessário crear um freio hidropneumático, de grande recuo (1,20 ms.), que amortecia progressivamente o canhão em seu recuo para o reenviar em seguida à sua posição de partida, sob a ação de um recuperador a ar comprimido que desenvolvia uma pressão superior a 100 atmosferas.

Ainda foi necessário adaptar à nova peça o sistema chamado de alça independente, que permitia conservar o canhão sempre apontado, podendo modificar-se as suas graduações durante a execução do próprio tiro. E não lembramos aqui senão os principais problemas.

Se imaginássemos que quanto o Comandante DEPORT chegava a êsses resultados a artilharia alemã, por sua vez, coroava de êxito a sua tarefa enganar-nos-iamos redondamente. A artilharia alemã nada havia feito; havia até retrogradado em virtude de haver-se encaminhado por uma orientação falsa. E' que eram falsas, por mais paradoxal que possa parecer, as informações fornecidas ao General MATHIEU e que haviam sido a causa estimulante da criação do 75.

O engenheiro HAUSSNER de fato estabelecera um projeto de canhão; êsse projeto fôra posto em execução em ESSEN, mas as experiências, mal dirigidas, talvez propositalmente, haviam chegado a resultados negativos e a casa KRUPP, radiante do insucesso de uma invenção que muito se afastava de suas tradições, havia despedido o engenheiro HAUSSNER, que em seguida partira a tentar fortuna na AMÉRICA DO SUL.

A casa KRUPP talvez perdesse a mais bela oportunidade que se lhe havia apresentado, e graças à sua invencível birra, não mais a encontraria, felizmente para a FRANÇA.

A CONSTRUÇÃO DO 75

Vê-se que as informações inexatas fornecidas ao General MATHIEU tiveram para a FRANÇA consequências singularmente felizes, animando o Comandante DEPORT no caminho da sua genial descoberta.

Este, promovido a Ten. Coronel, com uma idade que não mais lhe deixava grandes esperanças na sua carreira, resignou-se a pedir reforma e entrou na Companhia de Fundição CHATILLON-COMMENTRY, onde a guerra de 1914 o encontrou como diretor do serviço de artilharia.

Aí ele ainda executou uma ótima tarefa; com efeito, nessa Fundição empreendeu as pesquisas que chegaram por um lado à adoção do canhão 65 de montanha pela artilharia francesa e por outro lado, a do canhão com grande campo de tiro horizontal pela artilharia italiana.

A montagem do 75, que deveria sem demora tornar-se o canhão modelo 1897, foi completada pelo Capitão SAINTE-CLAIRES DEVILLE (em 1914 já General), depois do Coronel DEPORT haver-se reformado.

O então Capitão SAINTE-CLAIRES DEVILLE completou a construção do material, creando o carro de munição à cambota, tão cômodo para abrigar o pessoal e distribuir as munições, bem como o regulador automático que permitia preparar os schrapnels em tempo útil, fosse qual fosse a rapidez do tiro. Este oficial foi poderosamente ajudado na sua tarefa por outro que teria, pouco depois, a sua hora de celebridade — o então Capitão RIMAILHO, criador do canhão de tiro rápido 155 curto de campanha.

COMO PODE SER GUARDADO O SEGREDO

Não se tratava sómente de crear um material; era necessário ainda fazê-lo adotar pelo Exército; necessário tornava-se achar o meio de impôr ao Parlamento a despesa formidável de sua construção; era preciso, ainda acima de tudo, esconder a sua existência aos adversários da FRANÇA.

Esta foi a tarefa do General DELOYE.

Diretor de Artilharia depois do General MATHIEU, o Gen. DELOYE, espírito extremamente observador e singularmente sutil, bem rápido chegou à conclusão de que não seria possível guardar o segredo por muito tempo da existência de um material novo, a não ser que encaminhasse os curiosos por uma falsa senda.

Por uma série de engenhosos fracassos, de sábias indiscreções e de exibições misteriosas, conseguiu fazer crer a todos e em particular aos espiões alemães, em geral bem informados, que o futuro material de artilharia francês deve-

ria ser um material, ademais bastante interessante, que o Capitão DUCROS estudava há já bastante tempo, paralelamente ao estudo do 75.

A artilharia alemã deixára levar-se por esta pista e, em 1896, radiante de haver precedido a francesa, apressava-se em apresentar um canhão de tiro acelerado, análogo ao do Capitão DUCROS.

Feito isto e uma vez muito comprometidos para poderem voltar atrás, aproveitou-se o Gen. DELOYE, rompendo de um modo completo com os êrros do passado, e fazendo com que fosse aprovado pelo Parlamento, em sigilo, a adoção do 75, sem hesitar deante da responsabilidade enorme que lhe caberia com a entrada em serviço de um material inteiramente novo. Ele teve ainda um mérito maior, pois escrupuloso que era, não hesitou em fazer construir grande parte do material sem nenhum crédito, não recuando diante das dificuldades administrativas para achar os fundos necessários sem precisar recorrer às Câmaras. Coroou sua obra, pouco mais tarde, persuadindo o Parlamento de custear a construção do 75 com a verba provinda da venda dos terrenos do campo entrincheirado de PARIS !

Esse papel tão importante desempenhado pelo General DELOYE, homem tão modesto na sua profissão quanto o Cel. DEPORT, ficou quasi completamente ignorado. Uma breve alusão a élé foi feita, todavia, na tribuna da Câmara pelo Gen. GELIFEET, a 20 de Fevereiro de 1900, nos seguintes termos:

“Vós tendes diante de vós o homem ao qual jamais sабereis manifestar suficientemente o vosso reconhecimento — é o Gen. DELOYE.

E' a élé que devemos a renovação do material de artilharia . . . ”

A despeito dêsse testemunho público, não se lhe havia rendido até 1915, ao grande homem de bem e ao bom cidadão, a justiça que merecia.

E', com efeito, singularmente feliz o acaso que permitiu à FRANÇA, há cerca de meio século, ter ao mesmo tempo o Cel. DEPORT no Arsenal de PUTEAUX e o Gen. DELOYE na Diretoria de Artilharia, pois que foi do labôr comum dêsses dois homens que saiu, com o canhão de 75, a sua salvação em 1914.

“O próprio general Giraud, um homem valente, que não temia riscos, achava que antes de 1941 não estariam em condições de tomar a ofensiva:

— “E' triste dizer-lo, mas a verdade é que nos falta tanta coisa ! Aeroplanos principalmente! Sabe de quantos disponho, eu, comandante de um exército ? Oito ! Oito apenas ! E' claro que contamos com a Real Fôrça Aérea, que é magnifica; mas se eu quizer que se faça para mim um vôo de reconhecimento, preciso pedir ao General orge, que pedirá ao General Gamelin, que solicitará ao Marechal Barrat, o qual por sua vez transmitirá o pedido ao vice-marechal Blant, que finalmente, ordenará que se efetue o vôo, quando já fôr tarde demais para utilizá-lo”.

(Do livro “Tragédia na França”, de André Maurois)



Serviço de campanha, reconhecimento e ocupação de posição

Pelos Capitães BRENO BORGES FORTES
e AMYR BORGES FORTES

O presente trabalho está calcado inteiramente em notas apanhadas no curso de Artilharia da Escola das Armas, nas aulas e trabalhos práticos ministrados pelo instrutor de Serviço em Campanha, Cap. Dario Coelho.

A êsse camarada, agradecemos aqui a bôa vontade com que, sabedor da nossa intenção de publicar estas notas, revisou-as, orientando-as no sentido de tornar o trabalho o mais prático possível.

Talvez o presente trabalho não seja de grande interesse para os capitães que, habituados aos misteres da tropa, estejam perfeitamente senhores de tôdas as providências e ordens a dar para o reconhecimento e ocupação de posição. Entretanto, aqueles que, servindo em repartições, fábricas, afastados enfim, de suas baterias, encontrarão, por certo, nestas notas, uma orientação a seguir no reconhecimento de uma posição de bia e respectiva ocupação.

Procuramos, seguindo a orientação do Cap. Dario, dar um cunho essencialmente prático a êsse trabalho, cujo fim foi coordenar uma série de medidas e atitudes, que o capitão deve sempre procurar seguir. Qualquer modificação a ser introduzida na sequênciâ das operações, será ditada pela pró-

pria circunstância que provocar a modificação, nunca, porém, deve o capitão iniciar o seu trabalho com a idéia preconcebida de agir de modo diferente (salvo casos excepcionais), pois dêsse modo, nunca procederá de maneira rápida em seus trabalhos, não creando reflexos, tão necessários, dado o grande número de providências que deve tomar em campanha, um comandante de bateria.

OCUPAÇÃO DE POSIÇÃO NUMA SITUAÇÃO DE MOVIMENTO — TRABALHO DO CAPITÃO

I — TRABALHO PREPARATÓRIO

1. Equipar a carta (de acordo com a missão a cumprir):
 - a) Situação do inimigo (de modo geral).
 - b) Zona de ação.
 - c) Zona de procura das posições.
 - d) Zona dos observatórios.
 - e) Medir o lançamento da direção de vigilância e das tangentes interiores, isto é, das linhas que unem a direita e a esquerda da Z. de procura à esquerda e direita da Z. A.
2. Calcular: $A = T_s + S$ (Vê nota explicativa mais adiante)
3. Calcular o desenfiamento das possíveis posições (se fôr o caso).
4. Estudar e "iluminar", na carta, os possíveis itinerários para a zona de procura, examinando-os cuidadosamente, sob o ponto de vista de desenfiamento e viabilidade.
5. Determinar as partes vistas e ocultas, no caso de ser prefixado o observatório, se houver tempo.

II — ANTES DE PARTIR (Na posição de espera ou em marcha)

6. Chamar os oficiais e os sargentos de tiro e mecânico.
7. Dar ao Sgt. de tiro a composição do 1.º escalão de reconhecimento e o material a levar:

1.º Escalão:

Sgt. de tiro.

Sgt. dos armões (este comandará o escalão se fôr mais graduado ou mais antigo que o Sgt. de tiro).

2 cabos esclarecedores-observadores (levam o G.B. e a prancheta).

1.º cabo telefonista (+).

2 telefonistas montados (levam 2 bobinas, a desenroladeira e 1 telef.).

2 clarins (um dêles levará o G.B. do Cmt. da L.F. se este fôr junto com o Cap. — Designar um dêstes clarins para ficar à disposição do Sgt. dos armões, para fazer a ligação da L. Arm. com a L.F.).

Ordenança.

8. Dar ao Sgt. mecânico a composição do 2.º escalão:

a) **2.º Escalão:**

Sgt. mecânico.

2.º cabo telefonista (com a viatura telef. e demais telefonistas).

1 clarim.

- b) Designar ao Sgt. mecânico o itinerário a seguir e um ponto de espera que deve ser atingido pelo 2.º escalão.
- c) Fixar a andadura para êsse deslocamento, a hora de partida e fazer recomendações sôbre os cuidados de desenfiamento das vistas aéreas e terrestres.

9. Liberar os Sgts. de tiro e mecânico, recomendando que montem e mandem montar seu pessoal tão logo tenham organizado seus escalões e providenciado sôbre o material a levar.

10. Transmitir aos Cmts. da L.F. e de Secções:

- a) A missão da Bia. (mostra e manda consignar nas respectivas cartas).

- b) Zona de procura das posições.
- c) Zona de ação da Bia.
- d) Zona dos P.O.
- e) Itinerário a seguir pela coluna.
- f) Designa os oficiais que o acompanham no reconhecimento (geralmente apenas o Cmt. da L. F.).
- g) Designa, em consequência, o Cmt. da coluna.
- h) A êste dará instruções sobre a partida da coluna (à ordem verbal ou escrita, ou segundo horário que estabelecerá precisamente, em horas e minutos) — se fôr o caso, designará uma posição de espera intermediária, onde a coluna deve aguardar a ordem de ocupação.

III — DURANTE O RECONHECIMENTO

- 11. Parte então para a zona de procura. Ao chegar, corre-a rapidamente, não devendo esquecer que sua posição ficará subordinada ao observatório. Terá o maximo cuidado em disseminar o pessoal de reconhecimento que levou, pela vegetação, abrigando-o das vistas terrestres e aéreas.
- 12. Se, quando em marcha para a posição, verificou a existência de algum lugar em condições, para lhe servir de linha de armões, manda o respectivo sgt. reconhecê-lo.
- 13. No local em que julga obter melhores posições, tendo percorrido toda a Z. de procura, decide pelo lugar que melhores condições ofereça, tudo isso auxiliado pelo L.F.
 - a) Verifica com a bússola, as direções limites de tiro.
 - b) Subtrai do Valor de A, já determinado (n.º 2), o espaço imediato, calculado a grosso-modo) da massa mais alta, que servirá de massa cobridora, em milésimos (t).

- c) Méde com o sitogoniômetro, o sítio da massa mais alta e verifica se é menor do que: A — t.
 - d) Se fôr menor, essa posição servirá, dêsse ponto para trás.
 - e) Escolher, do mesmo modo, mais uma ou duas posições.
 - f) Fixar a que deve ser ocupada (a melhor) e a que ficará para "posição de sobressalente", em segundo lugar, atendendo:
 - ao acesso fácil,
 - à segurança
 - ao conforto e
 - às melhores possibilidades de tiro.
 - g) Designar, em consequência, o lugar da Pd. e determinar a frente a ocupar.
14. Verifica se o Sgt. dos armões reconheceu o local para os mesmos (deve ficar a mais de 400m. da L.F. e fóra do eixo de tiro). Determinar:
- a) Itinerário da L.F. para a posição de armões (se fôr o caso).
 - b) Que o Sgt. dos armões seja acompanhado pelo clarim que lhe foi pôsto à disposição e que fará a ligação entre a L.F. e a Posição de armões.
 - c) Se fôr o caso, ao clarim o modo de ocupação de posição e a direção do observatório.
 - d) Libera-os.
15. Ao 1.º cabo telefonista indica o lugar do telefone da L. F. e a direção do P. O. e manda iniciar o estendimento de linha para o observatório. Indica ainda o local para a viat. telef. e o destino do armão (linha de armões). Libera-o.
16. Ao Sgt. mecânico:
- a) Indica o local para os 5.º e 6.º carros (à retaguarda da L.F. cerca de 50 a 100m. e fóra do eixo de tiro).

- b) Determina-lhe que escolha e prepare os abrigos das munições.
 - c) Libera-o para reconhecer o local e vir dar conhecimento ao Capitão das condições do mesmo.
17. Faz a "Ordem de Ocupação de Posição" (Vd. em anexo).

NOTA: É claro que a ordem de ocupação, o capitão já levará consigo, batida à máquina, faltando preencher os diversos itens, abandonando aqueles que não sejam necessários.

18. Entrega a ordem ao Sgt. mecânico, que a levará à coluna.
19. Parte então para o P.O., após ter dado ao L.F. a missão que lhe cabe:
- a) determinar os lugares das 2.^a, 3.^a e 4.^a peças, dentro do intervalo determinado.
 - b) o lançamento da D. V.
 - c) liberá-lo para iniciar a colocação em direção e a formação do feixe.
20. Fazendo-se acompanhar do Sgt. de tiro, cabos esclarecedores, 1.^º cabo telefonista e ordenança, chega ao local dos P.O. onde decide, após cuidadoso reconhecimento, pelo lugar que melhores condições ofereça para o fim a que se destina. Isto feito, indica ao cabo telef. o lugar onde quer seu telefone e manda-o para a região onde ficou seu pessoal, para continuar o trabalho já iniciado (n. 15).
21. Materializa no terreno sua direção de vigilância (utilizando a bússola), bem como os limites de sua Z. A.
22. Indica ao 1.^º cabo escl. obs. um ponto nítido da Z. A. e determina que inicie seu croquis panorâmico a partir desse ponto e até tal outro ponto (indica também).
23. Indica precisamente ao Sgt. de tiro o local do observatório, mandando-o orientar o trabalho dos cabos escl-obs. e iniciar a confecção da prancheta de tiro.

IV — APÓS O RECONHECIMENTO

24. Tudo reconhecido e determinado, coloca a Pd. em direção (se fôr o caso).
25. Organiza o seu tiro.
26. Estuda minuciosamente a sua Z. A. quanto aos prováveis objetivos, pontos importantes, etc.
27. Faz o "Relatório" ao Cmt do Grupo:

RELATÓRIO

- I — Hora da Bia. pronta.
- II — Possibilidades de tiro (anexar um calco) contendo a curva de alcance mínimo.
- III — Possibilidades de observação (calco).
- IV — Coordenadas da peça diretriz e do observatório.
- V — Medidas de defesa aproximada.
- VI — Plano de localização das peças (ampliação da carta).

NOTA: No caso de abertura de fogo imediata, o relatório será enviado igualmente apenas com as informações possíveis e que serão completadas posteriormente.

MODO DE PROCEDER NOS ITENS ACIMA

I — TRABALHO PREPARATÓRIO

1. **Equipar a carta** — Com lapis de côn iluminar a carta, sem preocupação artística, destacando a zona de procura das posições, a zona de ação da bia, a zona dos observatórios. Colocar a carta no porta-cartas, de modo a poder consultá-la facilmente. Levar consigo, no porta-cartas:
 - 2 cartas (uma será entregue ao cabo escl-obs.).
 - bússola, sitogoniômetro, lapis, borracha, caderneta, tabela de tiro, etc.
 - registrar na caderneta: o lançamento de sua D.V.

medindo-o na carta, bem como os limites extremos da Z.A. em relação à zona de procura.

2. Calcular: $A = T_a + S$:

T = ângulo de tiro para o limite curto da zona dos objetivos.

a = correção a introduzir na distância relativa a T é igual a 12 % dessa distância. Seja 4.000m a distância entre a posição da bia. e o limite curto da zona dos objetivos prováveis. De 4.000 subtrairemos 12 % ou sejam 480m.

Procuraremos para valor de T_a o ângulo de tiro relativo à distância 3.520 (4.000 — 480).

S = ângulo de sítio da zona dos objetivos, calculado para a diferença entre a maior altura da crista cobridora e a menor do limite curto da zona dos objetivos.

NOTA: Para maior compreensão, tomemos um exemplo completo.

— Seja uma bia. Schneider de Dorso, que vai ocupar posição e atirar com Gr. 17.

Distância do limite curto da zona dos objetivos à posição: 4.500m.

Altitude do ponto mais alto da massa cobridora 30m.
Altitude do ponto mais baixo do limite curto: 5 mts.

$$— T_a = 4.500 - 540 = 3.960 = 158''$$

$$— S = \frac{30 - 5}{4,5} = \frac{250}{45} = 6''$$

$$— A = 158 - 6. = 152''.$$

3. **Desenfiamento** — Para calcular o desenfiamento das possíveis posições, usar a fórmula geral: $PC = d$

(S — S). Esse desenfiamento será calculado para várias direções.

4. **Itinerário** — O Capitão estudará na carta, os possíveis itinerários, marcando-os com lapis de côn, e escolhendo-os de acordo com os declives, condições de desenfiamento, extensões, terrenos marginais, possibilidades de abrigar a coluna das vistas aéreas, etc.
5. **Determinar as partes vistas e ocultas** — Se o observatório fôr fixado previamente, o Capitão poderá, tendo tempo, fazer um estudo das partes vistas e ocultas, em relação ao seu observatório, consignando-as em um calco.

II — ANTES DE PARTIR

6. Durante a sua marcha, ou na posição de espera que escolher, o capitão dirá: Bia, em reconhecimento! Oficiais comigo! Sargento de tiro e Sargento mecânico, comigo!

Procederá então como ficou dito nos números 7, 8, 9 e 10.

Quando verificar que os dois escalões de reconhecimento estão montados, conforme determinou no n.º 9, e tendo terminado suas instruções ao L.F. e Cmts. de Secs. partirá em andadura compatível com o tempo disponível.

III — DURANTE O RECONHECIMENTO

11. Durante o reconhecimento, acompanhado do Sgt. de tiro que levará a tabela de tiro, procederá como ficou dito no n.º 13. O Sgt. de tiro, consultando a tabela, dará o valor de t para cada distância em que o Capitão se colocar da massa cobridora.

Para evitar o cálculo de s no campo, o Capitão poderá preparar com antecedência o seguinte quadro, que entregará ao Sgt. de tiro, que com ele procederá como com a tabela de tiro.

Tomemos, para maior clareza, um exemplo. Sabemos que a posição é procurada pela fórmula: $s \leq T_a + S - t$, ou fazendo: $T_a + S = A$, teremos: $s \leq A - t$.

O valor de **A** já sabemos determiná-lo. O valor de **t** será tirado da tabela, para uma série de distâncias, variando de 100 em 100m. Teremos então o quadro abaixo:

A = 130" Krupp. 75 — Gr. F.A. Carga Normal

d	s (A-t)
200m	124"
300m	122
400	119
500	116
...	...
...	...
1.000	100

NOTA: Consultando esse quadro, rapidamente o capitão poderá concluir o seu trabalho.

— O capitão decidirá ocupar a posição que oferecer melhor e mais fácil acesso às viaturas, maior possibilidade de abrigo, etc.

TRABALHO DO CMT. DA LINHA DE FOGO

I — TRABALHO PREPARATÓRIO

Deve fazê-lo juntamente com o capitão, servindo-lhe de auxiliar técnico.

II — ANTES DE PARTIR

Na posição de espera, procurará desenfiar o material às vistas aéreas, escalonando-o em largura e profundidade, abrigando-o na vegetação das margens da estrada.

III — DURANTE O RECONHECIMENTO

1. Acompanhará o capitão, procurando coadjuvar no reconhecimento e escolha da posição.
2. Fixada a posição pelo Capitão, este lhe transmite a ordem de ocupação. Anotará detalhes essenciais dessa ordem: D.V. frente da bia, desenfiamento, etc.).
3. Faz partir o transmissor da ordem de ocupação (geralmente o Sgt. mecânico), com as seguintes recomendações:
 - reconhecer (caso o L.F. não o possa fazer pessoalmente) uma posição de espera intermediária, para a Bia de tiro e a cerca de 100 a 300m. do local de ocupação (se julgar necessário e dentro das disponibilidades de tempo para a abertura de fogo). Esse reconhecimento é feito de passagem e sem prejudicar a transmissão da ordem.
 - momento de partida da posição em que se acha a Bia (geralmente partida imediata).
 - momento que deverá se destacar com os Cmto. Secs. e Chefes de peças, para o reconhecimento das posições. (Se houver posição de espera intermediária, esse será o momento).
 - se a coluna deve ou não ser invertida.
4. Inicia sem perda de tempo e pelo processo mais preciso, dentro do tempo disponível, a colocação em direção e a formação do feixe (o processo ideal é o da dupla-estaca).
5. Transmitir-lhes as seguintes ordens:
 - local das peças e o modo de ocupação.

IV — NO RECONHECIMENTO DOS C/P

5. Transmitir-lhes as seguintes ordens:
 - local das peças e o modo de ocupação.

- direção geral de tiro.
 - entrada na posição (andadura, a pé ou montado).
 - saída dos armões.
 - momento da ocupação (se imediata ou à ordem).
 - no caso de "à ordem", trabalhos a adiantar:
 - meia-lua
 - material para disfarce
 - segurança imediata, etc.
6. A ordem para a ocupação será dada no momento em que o L.F. estiver com seus trabalhos de colocação em direção e formação do feixe, terminados. Deve, o mais rapidamente possível, assegurar a ligação com o Capitão (seja pelo telefone, seja por sinalização a braços ou cadeia de repetidores).
- NOTA — Enquanto todas as operações preliminares não estão terminadas, a Bia fica em posição de espera, desenfiada das vistas do inimigo e atenta, para ocupar posição ao primeiro sinal (I.G.T.A.).
- ## V — DURANTE A OCUPAÇÃO
7. Ao chegar o material, não deve restringir a liberdade de manobra dos:
 - Cmts. de Seções, chefes de peças, Sgt. dos armões e Sgt. mecânico.
 8. Comandará **imediatamente**, às peças, as derivas para apontá-las (+) e mandará logo após:

Determinar a alça de cobertura, deduzida das fornecidas pelos Cmts. de Secs.
 9. Verificará o feixe (por meio de balisas, escudos, ponto afastado, processo "Klinger").
 10. Dará a "alça mínima" ao Capitão, o que equivale a dar o "PRONTO" !
- (+) — No caso do ponto de pontaria, é conveniente o L.F. transmitir o ponto de pontaria aos Cmts. de seções.

11. Assegurar-se-á de que está feita a ligação com a linha de armões (pelo clarim que foi posto à disposição do Sgt. de armões).

NOTA: Entre o momento em que os armões são desengatados e o da partida do primeiro tiro, convenientemente ajustado, não se deve escoar mais de 1 minuto. (IGTA).

VI — APÓS A OCUPAÇÃO

12. Faz executar os comandos que forem dados pelo Capitão, com a máxima brevidade.
13. Determina, sem demora, as coordenadas da peça diretriz, se possível, com êrro inferior ou igual a 50m, por amarração a detalhes da planimetria e as transmite ao capitão e ao P.C. do Grupo (I.G.T.A.).
14. Reúne os cmts. de seções, na primeira folga de tiro e transmite-lhes as prescrições relativas à integridade da posição, defesa contra engenhos blindados, aviação, gases, etc. Organização da posição, decidindo pela urgência dos diferentes trabalhos, em função da situação tática.
15. Reparte entre os cmts. de seções e os chefes de peças, as missões, fixando-as com precisão, bem como fixando as responsabilidades de cada um de seus subordinados (I.G.T.A.).

“O Cmt. da L.F. é o responsável pela precisão e disciplina dos tiros e pela sua exata execução”.

16. Toma as medidas necessárias para que, nas 4 peças as munições estejam em condições o mais semelhantes possível, protegidas das influências externas (sol, chuva, umidade, etc.).

ANEXO

• R. , de de de 194
 • GRUPO horas e minutos ()
 • BATERIA

ORDEM DE OCUPAÇÃO DE POSIÇÃO

- I — Nossa Grupo.
- II — Nossa Bateria.
- III — Zona de ação:
 - normal: Lim. D — " ; Lim. E — "
 - eventual: Lim. D — " ; Lim. E — "
 - Tangentes interiores: " e "
- IV — Deslocamento.
- V — Itinerário:
 - Local da 1.^a peça —
 - Frente: metros. Intervalos.
- VII — Direção de vigilância —
- VIII — Disfarce —
- IX — Posição sobressalente.
- X — Organização do terreno —
- XI — Circulação —
- XII — Pôsto telefônico —
- XIII — Observatório —
- XIV — T.C. —
- XV — Linha de armões —
- XVI — P.C. —
- XVII — Defesa aproximada: Mtrs.
 - Peças de ala.
 - Mosquetões.
- XVIII — Refúgio de feridos —
- XIX — Pôsto de vigia de foguetes —
- XX — Pôsto de vigia dos gases —
- XXI — Remuniciamento —
- XXII — Hora para a Bateria estar pronta horas e minutos.
- XXIII — Estarei a partir de horas e minutos, em de

CONSERVAÇÃO DA ARMA DE FOGO

Cap. Mario Imbiriba

Como Chefe do S. M. B. da 7.^a Região pude tomar conhecimento de uma série de circunstâncias que têm concorrido para o encurtamento exagerado da vida do armamento.

O tempo mínimo de duração de um fuzil Mauser é de 25 anos (Bol. Ex. n.^o 346 de 1925) e só deve ser recolhido ao Arsenal de Guerra para mudança de cano quando o calibre atingir 7,mm08 (Bol. Ex. n.^o 129 de 1923) porque a porcentagem de impactos de costado à distância superior a 50m excede à tolerância de 25%. Entretanto, pude verificar que grande número de fuzis com calibre aceitável (até 7,mm02) dava quasi 100% de impactos de costado a 50m. Isto devido ao mau estado da alma e que atribue:

1.^o — as revoluções nas quais não se tem cuidado da conservação do armamento. Aliás, em muitos corpos, parte do armamento foi recuperado por apreensão ou apanhado do campo por ter sido abandonado pelos primitivos detentores.

2.^o — ao fato do regulamento 74 estar esgotado há muito tempo, hoje raro e as suas prescrições estarem quasi esquecidas.

A arma de fogo é um instrumento de precisão. Todo choque ou desgaste no aparelho de pontaria prejudica-a. DEVE, ALEM DISSO, A ALMA MOSTRAR-SE A INSPEÇÃO LISA E ESPELHANTE. Qualquer embaçamento logo se faz sentir na precisão. Na artilharia o encobramento dá impressão de ferrugem, o processo de limpeza é o projétil desencobreante. Como o seu tiro é feito sobre zona e a ajustagem conduzida pela regulação elimina-se dessa forma a influência do encobramento. O mesmo não acontece com o armamento portátil.

Por facilidade tratarei só do fuzil Mauser cujos cuida-

dos, com pequena variante, se aplicam a todas as outras armas de fogo. Ao que estou informado, as demais regiões, na parte que diz respeito aos fuzis, pouca diferença fazem da situação em que esteve a 7.^a.

Sem um cuidado mínimo, por novo que receba o armamento, em pouco tempo, o corpo estará sem fuzis para atirar a 200m. E' a razão que me leva a tecer estas considerações em torno do que prescreve o reg. 74.

* * *

Além da falta de cuidado, três são os fatores que podem extinguir rapidamente a vida da arma:

- 1.^o — a ação corrosiva dos resíduos da combustão da pólvora.
- 2.^o — o ar salino nos quartéis próximos ao mar.
- 3.^o — a intempérie da campanha.

O primeiro fator pode ser eliminado cumprindo rigorosamente as instruções reiteradas da D. M. B. de lavar com agua de sabão, depois agua pura todas as peças que tiveram contacto com os gases da pólvora, logo depois de usada a arma no tiro. Enxugar cuidadosamente e lubrificar. Na impossibilidade de executar essa prescrição imediatamente passar óleo fino (balistol) nas partes interessadas e proceder a lavagem o mais depressa possível.

Quanto ao 2.^o fator, não deixar, à pretesto algum, de remover o anti-óxido e passar novo, como diz o regulamento 74, de 10 em 10 dias, no armamento que é utilizado nos diferentes exercícios que não o tiro e de 40 dias no armamento que na reserva não é utilizado correntemente.

O guarda-feixo, o cobre-mira resguardam as partes vitais do armamento; entretanto, em campanha, o sereno, a chuva e a poeira têm ação muito nociva. Nesta ocasião se faz sentir a necessidade de uma vigilância ativa do chefe. Deve-se criar no soldado o hábito do zélo pela arma que lhe for distribuída. Prever nos acampamentos serviço de limpeza. Tem então lugar o emprêgo do cordel de limpeza, e o lubrificador de campanha.

Se bem que sejam utensílios previstos no regulamento, raro é o corpo e sem dúvida nem um está provido desses lubrificadores de campanha; não falo já do cordel por ser fácil o corpo prover-se com os seus recursos normais. Isto e a falta do cumprimento das prescrições regulamentares contribuem para as más condições balísticas do fuzil.

* * *

Há duas espécies de limpeza: a do quartel e a de campanha. Esta última, mais sumária, é feita com o cordel de limpeza e o lubrificador de campanha. Tem-se generalizado o emprêgo do cordel para a limpeza do fuzil no quartel. E' insuficiente, tanto mais se houver necessidade de remover alguma ferrugem, do interior do cano.

Tratarei da limpeza no quartel só da parte interna do cano, porque o mau estado de conservação do mesmo exerce maior influência sobre a perda das qualidades balísticas da arma.

Exige obrigatoriamente o emprêgo do torno de limpeza, do falso ferrolho, da vareta de limpeza e do canhamo (estôpa de canhamo ou manilha, quando não houver estôpa de canhamo, pode-se empregar um pedaço de corda comum, ou ponta de um cabo tronco de campanha que se desfia. E' a substância recomendada pelo regulamento para tirar a ferrugem do interior do cano e a única com a qual obtive resultado).

A operação executa-se como recomenda o n.º 156 do Reg. 74. Para se conseguir a limpeza de um cano ligeiramente enferrujado gasta-se seguramente de 6 a 12 horas. E' preciso que a bucha corra lentamente para dar tempo de, no intervalo de uma raia e outro, se dilatar e poder atritar o fundo das raias.

Bôa prática é a sub-unidade ter uma escala interha, redonda, de 3 homens para a limpeza de material bélico. Ficam entregues ao cabo do material bélico e sob a direção do Sub-Ten. de quem recebem instrução sobre o cuidado a ter

com o armamento e como proceder a limpeza do mesmo no quartel e em campanha.

São condenados o uso da lixa, pó de tijolo ou esmeril (art. 149) e jamais permitir o emprêgo da vareta do fuzil atarraxada a duas outras, porque não se ajustam perfeitamente e sendo de aço produzem com a fricção desgaste no raiamento que é muito peor que a ferrugem.

A escala dos 3 homens deu bons resultados na 7.^a Região. Tôdas as praças recebem assim uma instrução prática importante; dispõem-se de pessoal indispensável à substituição do anti-óxido, à limpeza do armamento, além de evitar seja feita em um só dia, distribuindo todo o armamento às praças da sub-unidade que, a-pesar de toda a fiscalização, pela ignorância dos homens, contrariam, não raro, as mais sábias prescrições regulamentares.

REFLEXÕES SÔBRE A AUDACIA

— “Na guerra”, dizia Giraud, “é necessário assumir certos riscos. Riscos razoáveis, bem entendido. Contrariamente ao que muita gente com certeza lhe disse a meu respeito, — não sou temerário, — longe disso. Mas creio infinitamente na audácia refletida”.

(Do livro “Tragedia na França”, de André Maurois)



Transposição do Piave pelo 24.º Corpo do Exército Austriaco — A batalha de Montello (1918)

General BAILLS

Tradução do Ten. Cel. A. J. PAMPHIRO

Instrutor da E. E. M.

D — COLOCAÇÃO A POSTOS DO MATERIAL DE TRANSPOSIÇÃO PARA REALIZA-LA

O transporte e os reconhecimentos nas proximidades do rio começaram a 28 de Maio.

O transporte, feito somente à noite, era fortemente prejudicado pela atividade da artilharia e dos projetores inimigos.

Cada Divisão podia apenas em uma noite transportar e pôr no local no máximo uma equipagem de ponte completa (8 pontões em meios pontões). Esse material era descarregado a cerca de 1500 metros dos locais disfarçados onde ele era depositado.

O transporte das munições de artilharia tinha começado a 18 de Maio.

Constantemente os sapadores vigiavam e reconheciam o rio. A menor mudança em seu leito era assinalada.

Tôdas as noites, audaciosas patrulhas mixtas de infantes e sapadores, procuravam váu aliás em vão. Desses reconhecimentos houve a vantagem de se conhecer com a maior exatidão o perfil da maior parte dos braços do rio, que os Austríacos deviam transpôr.

RESUMO DAS ORDENS DE ATAQUE

1.º Concepção geral.

A ordem de ataque do 24.º C. Ex. assim se resume:
D – dia 15 de Junho.

A partir de 3 horas, preparação de artilharia com gases e explosivos sobre a posição inimiga.

As 5 horas e 30 minutos passagem do Piave por navegação pelas vanguardas das divisões e colocação na base de partida para o assalto.

As 7 h. e 30 min. (hora H) ataque da posição de Montello.

Depois da tomada dessa posição, comêço das pontes, passagem do resto da Infantaria e avanço da Artilharia por escalões, primeiramente até o Piave.

Conquista das 2.ª e 3.ª linhas inimigas.

Passagem do Piave pelo grosso da artilharia. Além disso a ordem previa que em cada sub-setor de regimento devia-se estabelecer, o mais cedo possível, uma passadeira ou um transportador de cabo guia e em cada setor dispor de uma ponte de campanha ao meio-dia.

Durante o lançamento da ponte deve-se continuar a passagem por navegação com o material disponível.

Uma idéia detalhada da operação de passagem do rio é dada pela ordem da 17.ª D.I.. Essa ordem indica primeiro a situação geral, os objetivos, as ligações com os vizinhos, a ordem de passagem dos diversos elementos, as praias de embarque, etc..

Essa parte é, em seu conjunto idêntica a tôdas as ordens de ataque dadas nas muito numerosas operações táticas realizadas de 1914 a 1918.

Por isso reproduziremos sômente a parte dessa ordem

que se refere à transposição do rio, porque se trata de operações que nossos exércitos não tiveram ocasião de fazer em condições comparáveis às de 15 de Junho de 1918, não se tendo até então, parece-nos, publicado ordens dessa natureza.

"A 17.^a D.I. começará a travessia do Piave por navegação às 5 h. 40 minutos (nessa hora o comando dará ordem para levar para a frente os pontões e os botes guardados nos depósitos disfarçados).

A passagem por navegação se fará em dois pontos; além disso em dois outros lugares será lançada uma ponte e far-se-á uma demonstração.

Praia de embarque n.^o 1 (U. St.1) : S.W. de **C. Mercadelli** (banco de areia).

Praia de embarque n.^o 2 (U. St. II) : W. da Igreja de **Mina**, a jusante da casa da comporta de **mina**.

Local da ponte (Br St.) na extremidade do caminho que, partindo da estrada **Mina-Suségana** abaixo de **Mina**, termina no **Piave**.

O Cap. **Sandner** dirigirá todos os trabalhos de transposição. P.C. durante a passagem: ravina de **Mercadelli** junto à casa da comporta.

Diretor da passagem por navegação na praia de embarque n.^o 1: Cap. **Nagy**, comandante da companhia de sapadores 2/17. Dispor das seguintes tropas técnicas: cias. de sapadores 2/17, 2/18 e uma seção da cia. de sapadores 2-9. Essa seção dará os remadores para os pontões. Material técnico à sua disposição: pontões de 3 equipagens (24 pontões em meios-pontões); material de ponte de equipagem para que, depois da passagem da 33.^a Bda. de Infantaria, possa passar sobre portadas a artilharia do grupo (2 seções de obuzeiros de montanha e 2 seções de canhões de campanha); 30 botes (pequenas embarcações carregando 6 homens úteis além dos remadores) e o material necessário (vias e pranchões) destinado à construção de portadas de botes para a passagem das peças de acompanhamento (4 se-

ções de canhões de montanha), sendo essas portadas depois aproveitadas para o transporte de feridos.

Dez botes na ravina de **Mercadelli** se destinarão à passagem dos telefonistas. Equipagens do grupo do capitão **Nagy**.

Diretor da passagem na praia de embarque n.º 2: capitão **Zar**, cmt. da cia. de sapadores 1/17.

Tropas técnicas à sua disposição: cia. de sapadores 1/17 e uma seção da cia. 2/9. Os homens dessa seção serão empregados como remadores dos pontões. Material técnico: pontões de 2 e meia equipagens; 20 vigotas de equipagem; 30 botes; 50 escadas, vigas e pranchões para a construção de portadas de botes destinadas à construção das passadeiras e ao transporte de feridos.

Comandante do lançamento da ponte: capitão **Stiota**, cmt. da cia. de sapadores 3/49.

Tropas técnicas à sua disposição: cia. de sapadores 4/49; material — 3 equipagens de ponte completas, uma equipagem de ponte sem os pontões, 10 botes e material de circunstância para 30 metros de comprimento de ponte.

As tropas encarregadas da demonstração (ten.-cel. **Algya Pap**) disporão, entre a casa **Samoin** e a ponte de **Suségana** de 1 seção da cia. de sapadores 2/9 sob o comando de um oficial ou de um sub-oficial. O pessoal dessa seção será empregado como remador para os botes. Material — 20 botes.

2.º Preparação — Colocação do material. Para a praia de embarque n.º 1, durante as últimas noites precedentes à véspera do dia D e utilizando as viaturas do país, atreladas a 2 cavalos, de **Conegliano** para **Suségana**, os pontões e outro material, serão levados até **Hans** — **Rustica** — **Mina**.

O cap. **Nagy** é encarregado do transporte, do carregamento e da descarga de todo o material. A junção dos meios pontões será feita na noite véspera do ataque assim como a preparação dos petrechos de pontagem e a colocação sem ruído dos pontões nos lugares de onde serão lançados náguas.

Idênticas determinações para a praia de embarque n.º 2, sob a responsabilidade do cap. Zar.

Lançamento da ponte perto de Mina: o material de uma equipagem de ponte avançará para o local da ponte; ficará disfarçado. O resto das 3 equipagens ficará nas aldeias de **Canareggio** e **Mercadelli** e tão perto quanto possível da ponte.

Será disfarçado contra aviões e balões. Todos os trabalhos sob a direção do cap. **Stiota**.

Demonstração — 20 botes postos no dia 11 tão perto quanto possível da cota 73 da estrada **Mina — gare de Suségana**.

Reserva de material — 1.º, Praias de embarque ns. 1 e 2, os pontões de uma meia equipagem de ponte (4 pontões) de positados e mascarados face a **C. Mercadelli** no campo que domina a estrada; trabalho sob a direção do cap. **Nagy** com a companhia de sapadores 2/18.

2.º) Para a construção da ponte: os pontões e o material disponível das praias de embarque 1 e 2.

Reserva de pessoal — 1 seção da cia. 2/9.

Lançamento da ponte — Conforme as ordens recebidas, começará às 7 horas e 40 minutos no dia do ataque, e mesmo mais cedo se a reação inimiga o permitir.

3.º) Execução da passagem (prescrições).

A) **Praia de embarque n.º 1** — Os pontões reunidos e escondidos, a aparelhagem da ponte posta no local. Perto de cada pontão uma turma de sapadores, 1 oficial e 5 praças.

O Cmt. do 39.º Regimento escalará 2 cias. do último batalhão a passar para lançar os 24 pontões e os 20 botes do banco de areia nágua.

Atrás de cada pontão (em meios pontões) seguem os destacamentos de 20 homens.

Logo que os pontões estiverem nágua êles embarcam e atravessam.

As 2 companhias se reunirão a seu batalhão, logo que tôdas as embarcações tiverem sido lançadas nágua.

O reconhecimento mostrou que há dois braços a atravessar por navegação, um braço é vadeável. O braço esquerdo é o braço principal; nêle 14 pontões e 10 botes assegurarão a viagem de ida e volta. O segundo braço é mais estreito, 10 pontões e 10 botes farão a navegação. O terceiro e último braço, na margem direita, é vadeável.

O cap. Nagy se entenderá para todos os detalhes com o Cmt. da 33.^a Bda. e o Cmt. do 39.^º R.I. para utilização das 2 companhias, para a passagem em destacamentos de 20 homens, para o transporte das peças de acompanhamento, etc., etc.. Logo que o primeiro braço tiver sido transposto, sapadores e infantes transportarão a braço 10 pontões e os botes para além da ilha.

B) Praia de embarque n.º 2 — Nenhum braço dá vau, Rampas móveis são necessárias para fazer o lançamento dos pontões à água acima do dique do Piave.

A infantaria se servirá de escadas para embarcar. E' preciso portanto preparar essas rampas e escadas; para o serviço de navegação são precisos no braço principal (terceiro braço) 10 pontões, nos braços secundários (primeiro e segundo) 3 pontões e no quarto 4 pontões.

No fim de certo tempo, nos primeiro, segundo e quarto braços se construirão passadeiras com escadas repousando sobre botes conjugados. Duas cias. do 46 B.I. se incumbirão do transporte e lançamento náqua dos pontões. Essas cias. serão as últimas a passar. Postos náqua os 20 pontões elas se reunirão a seu batalhão. O cap. Zar se entenderá com os cmts. da 33.^a Bda. e 46 R.I. sobre os restantes detalhes.

C) Lançamento da ponte — O eixo da ponte, as duas linhas de ancoragem, os locais de partida dos pontões serão previamente escolhidos de dia e marcados por um sinal imperceptível.

Para o transporte do material de ponte, disseminado em diversos depósitos o Cmt. da ponte disporá de 4 cias. de trabalhadores.

Forma da ponte — Ponte leve de campanha, mixta sem

portada de abertura. Tal sujeição só poderia retardar e prejudicar o trabalho **por falta de sapadores exercitados**. Reunir faxinas para facilitar a passagem no banco de areia da margem esquerda.

Serviço de proteção — Enquanto durar a passagem por navegação, é supérfluo o serviço de proteção da ponte. Terminada essa passagem, o cap. Stiota organizará esse serviço".

Essa ordem é interessante porque é muito completa e por aplicar ao pé da letra a maior parte das prescrições dos regulamentos atuais, francêses e alemães, sobre a transposição dos rios, isto é, primeiro a passagem de elementos a pé por barcos isolados (meios descontínuos), passagem de viaturas em portadas, a construção de meios leves de passagem continua (passadeiras).

Todavia difere desses regulamentos em alguns pontos que convém assinalar.

Os regulamentos, francêses e alemão, só prescrevem o lançamento da ponte de equipagem, depois que o rio estiver fora do alcance da artilharia inimiga.

O regulamento alemão diz mesmo que muitas vezes a artilharia de longo alcance imporá a passagem por navegação, durante muito tempo.

Essa concepção obriga o emprêgo de meios materiais formidáveis, se quizer-se por meios descontínuos alimentar a batalha, cujo reaprovisionamento exige um débito importante desde que a Infantaria progride mais de 4 kms. além do rio e que encontre posições de campanha, mesmo que estejam levemente fortificados (exemplo: rede de arame, embora sem trincheira).

Ora, uma progressão de 4 kms. não põe o rio ao abrigo da reação inimiga.

No caso do Piave o lançamento da ponte da 17.^a D.I. devia começar às 7 h. e 40 minutos, isso é no momento em que as tropas de assalto, partindo da base de partida deviam

atacar o **Montello** e mesmo mais cedo se não houvesse reação inimiga.

Essa prescrição era com efeito racional e de acordo com as necessidades da batalha, devido ao material de que dispunha essa Divisão. Não era possível esperar, por meios descontínuos, renunciar a artilharia.

Pode-se afirmar sem temor que em presença de um defensor do mesmo valor que o assaltante, esse só poderá esperar êxito na transposição de um rio quando puder dominar suficientemente os meios de fogo do inimigo, de maneira a temer dêsse, apenas uma reação impotente para impedir o lançamento imediato das pontes.

Sem essa condição não poderá haver sucesso pela impossibilidade de alimentar a batalha e conquistar uma cabeça de ponte bastante profunda, que permita aferrar-se ao terreno e deter os contra-ataques inimigos.

As reservas previstas de pessoal e material eram fracas. Sob o ponto de vista de material, entretanto, levando-se em conta de um lado que as equipagens de ponte austriacas compreendiam tantos cavaletes quantos os barcos e que, de outro lado a profundidade máxima do rio era de 2 a 3 metros e que havia sómente um braço de corrente rápida, era possível nessas pontes substituir os pontões por cavaletes. Assim sendo as reservas de material para o lançamento das pontes eram suficientes.

Isso explica porque, apesar dos acidentes, sobrevindos ao material flutuante, os sapadores austriacos várias vezes puderam reconstruir as pontes destruídas. A reserva de pessoal, 1 seção, era de fato insuficiente.

Sem dúvida os Austríacos esperavam que a passagem do **Piave** se efetuasse como em manobras de paz, como aliás acontecera aos alemães no **Duna** em Setembro de 1917. Era mal julgar os Italianos e a seus aliados, compará-los aos Russos em plena decomposição moral e governamental, por ocasião da tomada de **Riga**.

A insuficiência de reserva fez-se sentir, durante a passagem.

Enfim a supressão do serviço de proteção das pontes em construção durante todo o tempo da passagem por navegação, era indiscutivelmente uma imprudência.

Essa medida só se explica pelo fato de se poder admitir, que os pontões e botes empregados na navegação, pudessem pelo menos na viagem de volta fazerem esse serviço.

Entretanto nada nas ordens austriacas permite assim pensar.

Deve-se supor contudo que tivesse sido organizado nas margens e ilhas do Piave um serviço de vigilância ao rio, provido de boas ligações com a missão de assinalar qualquer corpo flutuante navegando à deriva e capaz de ameaçar as pontes.

E' de crer entretanto que a falta de meios em pessoal e material tivesse levado os Austriacos a descurarem do serviço de proteção.

EXECUÇÃO DA OPERAÇÃO

A) Sob o ponto de vista tático (croquis 9).

1.º — **Ataque** — A 15 de Junho à 0 hora, infantaria, sapadores, artilheiros estão a postos.

Os movimentos se fizeram sem incidente.

As 3 horas, desencadear-se o tiro fumígeno da artilharia. O inimigo, sem dúvida, foi surpreendido, pois não respondeu ao mesmo. Esse tiro fumígeno foi pouco eficaz como se verificou por ocasião da conquista das linhas inimigas.

Pelas 5 horas a reação inimiga manifestou-se muito ativa não só pela artilharia como por suas minenwerfer e metralhadoras instaladas sob casamatas nos escarpamentos do Montello.

Na noite 14/15 e manhã de 15 de Junho o tempo estava brumoso e úmido e com a ajuda da fumaça do tiro o vale do Piave estava mergulhado no nevoeiro até a altura dos penhascos das margens.

Essa situação perdurou até às 6 horas, de sorte que, a essa hora, apenas se percebia a margem inimiga.

Desfavorável para a artilharia a opacidade da atmosfera era propícia para as reuniões e a passagem.

A passagem por navegação foi rapidamente organizada e as primeiras tropas rápido fizeram a transposição.

Devido à reação inimiga, em quasi toda a parte, os primeiros elementos atravessados lançam-se ao assalto antes da hora marcada e a primeira linha é rapidamente tomada.

O ataque ao **Montello**, eficazmente apoiado por aviões, progride rapidamente.

As 10 horas da manhã é atingida a linha **Collesel della Madonna** — **Collesel della Zarle** — **Collesel dell Sotta**, isto é, progressão em média de 2 quilômetros.

Ao meio dia a reação italiana faz-se forte; os Austríacos em vão atacam **Nervesa**. Já pela manhã as baterias austriacas, pesadas e muito pesadas, vieram tomar posição muito perto da margem esquerda do **Piave**.

Devido às dificuldades da passagem, a artilharia de acompanhamento e de apoio direto não passaram sem perdas.

As 14 horas e 40 minutos sómente a 13.^a D.I. de fuzileiros poude passar toda a sua Infantaria e 3 baterias de montanha.

A artilharia e a aviação italianas batem todos os pontos de passagem e prejudicam consideravelmente a transposição do rio, qualquer que seja o meio empregado (pontes e navegação).

As ligações fazem-se com dificuldade; os melhores meios são os pombos e os aviões.

A ligação Infantaria-Artilharia é das mais precárias devido ao obstáculo do rio.

Os próprios destacamentos de artilharia junto aos batalhões e regimentos, nada podem fazer de útil.

Devido a todas essas circunstâncias um ataque de todo o C. Ex. previsto para as 15 horas a-fim de atingir a linha **Collesel Val d'acqua** — **Gravera** — **Nervesa** não poude ser realizado por não haver ainda bastante tropa na margem oeste.

O rio constitúe um poderoso obstáculo, que torna impossível, no dia 15, a progressão ordenada pelo comandantes austriaco, embora a surpresa realizada e os sucessos já obtidos no setor do XXIV C. Ex. permitissem julgá-la realizável.

Na esquerda do 24.^º C. Ex., a 33.^a D.I., viu aniquilarem-se todos os seus meios de passagem por navegação pelo fogo inimigo e o 10.^º B.I. hungaro que passou a vau ficou isolado na margem oeste. Às 18 horas foi obrigado a voltar para a margem leste.

A 58 D.I. pôde apenas passar pequenos destacamentos para a margem de Oeste, não tendo por isso prestado nenhuma ajuda.

O Cmt. do Ex. decide então reforçar a 31.^a D.I. pela 11.^a D.C., posta a pé a 17 D.I. pela 41 D.I.. Essa última deve engajar-se à esquerda da 17.^a D.I.. O fim é atingir a 16 os objetivos previstos para 15 e progredir até à linha **Collesel — Val d'Acqua — Selva — Cusignana** à meia distância entre as pontes de **Susegana** e **Spresiano**.

Mas, as dificuldades de passagem do rio, pelos múltiplos incidentes causados pelo fogo inimigo e os de ordem técnica são tais que é impossível passar a artilharia necessária para tentar essa operação.

Durante a jornada de 16, os italianos multiplicam seus contra-ataques, mas é em vão. Um novo ataque austriaco contra **Nervesa** não surte efeito.

A 16 os italianos se retraem e a 17.^a D.I. atinge a via-férrea a Leste de **Bavaria**.

A noite 16/17 foi aproveitada para melhora das comunicações acima do Piave, mas a 17 as chuvas e a cheia consequente do rio tornam cada vez mais precárias essas comunicações.

Apesar disso, no dia 17, a progressão austriaca atinge a via férrea e as alturas ao N. de **Giavera**, e as avançadas da segunda posição inimiga, marcando uma progressão total média de 4 quilômetros.

A partir desse momento cessou a progressão austriaca.

Contra-ataques italianos desencadeados a 18, 19 e 20 foram repelidos entretanto, aprisionando os austriacos, homens, armas, munições e víveres.

O relatório austriaco diz mesmo que muitas vezes o número de prisioneiros italianos foi superior ao número de defensores. O 19.º Regimento austriaco serviu-se quasi que exclusivamente de fuzis italianos nos combates de 19 de Junho. Apesar disso, porém, o reabastecimento dos austriacos pela retaguarda é quasi nulo e tudo lhes falta.

No dia 20 discute-se uma solução a tomar: retomar o ataque, instalar-se defensivamente ou bater em retirada, prevalecendo essa última.

2) A retirada — Fez-se nas noites de 20, 21 e 22 de Junho sem ser prejudicada em nada pelos italianos, que perderam o contacto. Na manhã de 23 de Junho a margem direita do **Piave** estava livre dos Austriacos; o material de passagem recoilido na margem esquerda.

Nas primeiras horas dessa manhã, os observadores do 11.º C. Ex. (direita do 24.º C. Ex.), assinalam que os italianos reforçam suas posições na parte Norte do **Montello** e a S. W. de **Nervesa**, construindo novas redes de arame.

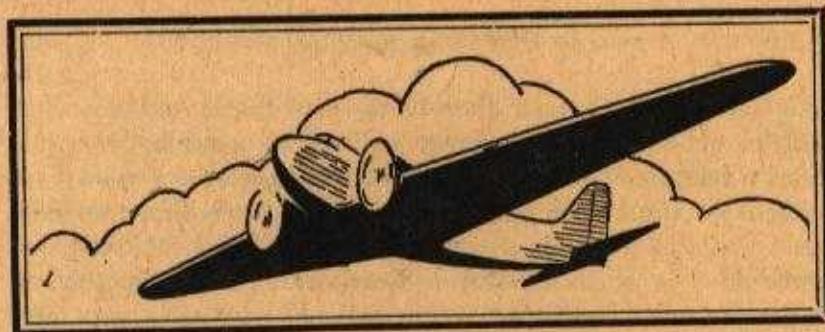
Desde o alvorecer as posições que os Austriacos tinham abandonado foram submetidas a intenso fogo.

Só pelas 10 horas, patrulhas isoladas italianas aventurearam-se além da via férrea a S. W. de **Nervesa** e avançaram lentamente para **Montello**.

Um pouco mais tarde, tropas mais numerosas, apoiadas por vivo fogo de metralhadoras atacam **Collesel della Madonna** sem ter um só inimigo à sua frente.

Só pelas 18 h. 45 min. as primeiras patrulhas inimigas são vistas na margem esquerda do **Piave**. Assim terminou a batalha de **Montello**, na qual por muitas vezes fez-se sentir a influência retardatriz da travessia do **Piave**.

Vamos estudar a parte técnica da operação para se avaliar das reações que, em casos tais, exerce a técnica sobre a tática.



A Aviação Moderna e a Defesa Nacional (Conclusão)

Pelo Ten. Cel. HENRI MARCIAL VALIN
Da M. M.F.

O Ten. Cel. Henri Marcial Valin — combatente de primeira linha na guerra atual — é uma das figuras mais fascinantes que a França enviou para instruir o nosso Exército.

As suas aulas na E.E.M. e os seus artigos nesta Revista, foram sempre marcados por um cunho de particular interesse pelo seu realismo e elevado sabor profissional.

"A Aviação Moderna e a Defesa Nacional" é assunto de interesse tão vital, que pensamos não ser demais recomendar a sua leitura aos responsáveis pela nossa defesa.

III — SEGURANÇA NACIONAL

Na luta das máquinas, estão compreendidas, não sómente as máquinas aéreas, como também as máquinas industriais que funcionam para manter o potencial militar aéreo e terrestre da nação.

Na luta das almas, estão incluídas, não apenas as almas dos aviadores e dos soldados, mas também aquelas do povo da retaguarda que trabalha nos campos e nas usinas. Para evitar a destruição material de umas e a moral de outras, é necessário organizar a segurança nacional. Esta segurança não será nunca absoluta, mas será tanto maior quanto mais eficazes forem as medidas adotadas.

Estas medidas visam:

- a defesa ativa.
- a defesa passiva.

No que diz respeito à defesa ativa, lembraremos sómente

os meios que são: a caça dia e noite, a artilharia anti-aérea, os canhões automáticos de pequeno calibre, as metralhadoras pesadas e leves, os balões de proteção, os projetores, a escuta, os serviços de alerta e de transmissões. Todos êstes elementos não tem valor senão quando concentrados em número suficiente na frente de cada ponto sensível do Território e postos em prática de uma maneira coordenada e racional. É necessário para isto reuní-los sob a mesma direção, desde o tempo de paz, de forma a poder exercitá-los simultaneamente e abastecê-los convenientemente conforme suas necessidades técnicas. A D.C.A., parente pobre da artilharia, não vindo ao ar senão na mobilização e sómente para emprégo, foi, não o esqueçamos, uma das fraquezas dos Aliados no comêço da guerra. Para termos uma idéia dos meios necessários, é suficiente olhar as cartas mundiais e à luz dos ensinamentos da batalha da Inglaterra compreenderemos a vantagem que oferece nas superfícies reduzidas.

Nós já compararmos as ilhas Britânicas com a Alemanha e suas conquistas, olhando mais próximo, compararemos a Argentina com o Brasil.

Cheguemos à defesa passiva e para começar façamos um pequeno retorno ao passado. Em 1939 a maioria dos países europeus tinha sentido a necessidade de organizar, desde o tempo de paz, a proteção das retaguardas contra os bombardeios aéreos.

Mas, na maioria dos casos, defrontava-se uma enorme inércia da parte de alguns Departamentos Ministeriais e de certas coletividades que se negavam a empenhar os meios necessários. E assim é que sem contar as principais cidades, não existiam abrigos seguros na Europa. A guerra fez surgirem trincheiras nas praças públicas das principais cidades, mas tão incômodas e quasi sempre tão distantes que as populações ficavam em suas casas durante as incursões aéreas inimigas. Quanto às aglomerações rurais, elas fugiam completamente às obrigações de alerta e de proteção. Era o mesmo na distribuição das máscaras contra gases e na organização dos serviços de socorros.

Desde o comêço da ofensiva alemã no Oeste pudemos constatar que os aviões germânicos bombardearam, não sómente as grandes cidades, mas também aglomerações sem nenhum obje-

tivo industrial, muito menos militar, e mesmo simples cidades, para conseguirem o pânico que desejavam. Numerosas vítimas que haviam despresado os abrigos ou que não dispunham de nenhum, marcaram tristemente esta nova forma de guerra que se pode qualificar de total.

Não insistiremos mais sobre questões cujas generalidades são conhecidíssimas, bastando apenas acentuar as necessidades postas em evidência pela guerra atual, a saber:

- nas cidades, multiplicar os abrigos de forma a atender à melhor solução que será: um por imóvel.
- nos subúrbios e nos campos, introduzir o abrigo ou pelo menos a trineheira de família.
- organizar uma instrução geral sobre gases e bombas incendiárias.
- manter, desde o tempo de paz, as populações, sob a estrita observância das medidas de defesa passiva para proteção individual, e a extinção das luzes, ensiná-las a utilizar os buracos ou deitar-se de bruços em casos de surpresa.
- estender até cada campanário o serviço de alerta.
- evitar em tempo de guerra o relaxamento devido à fadiga e ao cansaço provocados pela obrigação de tomar dia e noite, muitas vezes na mesma noite, precauções contra um perigo que existe sem cessar; fazer compreender aos cidadãos que sua hora chegará certamente. Os exemplos dos bombardeios de Paris com suas 900 vítimas, os bombardeios de Bordeaux, os bombardeios diários de Londres e Berlim onde desgraçados inocentes se fazem ainda surpreender, estão aí para justificar esta medida.
- fazer a educação moral dos indivíduos, inculcando-lhes consciência de seus deveres, da obediência que devem às autoridades, únicas qualificadas para ordenar a evacuação das cidades e das vilas. É preciso notar que se estas dispõem de meios de proteção ou de senhas bem estabelecidas, a tarefa das autoridades será bastante facilitada.
- Finalmente reunir sob uma mesma direção forte e esclarecida, possuindo a competência técnica necessária, todas as rédeas da defesa aérea.

IV — ECONOMIA NACIONAL

Agora que fizemos luz sobre os efeitos da arma aérea e suas consequências, resta-nos avaliar seus trabalhos, cifrar suas despesas, deduzindo as repercussões sobre a economia nacional.

1.º) Tempo de paz.

E' necessário antes de tudo, desde o tempo de paz:

— prover-se dos meios ativos necessários e preparar sua entrada em ação.

— organizar medidas e realizar as instalações de defesa passiva.

Para os meios ativos, é necessário adquirir, manter e renovar os materiais de maneira a tê-los sempre prontos para agir e capazes de utilizar os processos mais modernos; é preciso equipar o território de acordo com o seu emprêgo.

Comprar ao estrangeiro é depender, é o *rebaixamento progressivo da riqueza do País*. Esta solução não deve ser encarada senão para uma necessidade passageira; numa primeira ação de armamento, por exemplo, ou também em tempo de guerra onde o consumo é maior e o rendimento industrial diminui devido à ação do inimigo.

Comprar "nacional" é um encorajamento do Estado à indústria, e o fardo das despesas parece menos pesado aos cidadãos, pois êles estarão aptos não sómente para a defesa de seu país como ainda para a exploração de suas matérias primas, utilização de sua mão de obra, e seu progresso científico. Os benefícios das indústrias, os salários dos engenheiros e dos operários criam, por outro lado, uma corrente de trocas mútuas que favorece o desenvolvimento da economia nacional. Comprar "nacional" é criar e aumentar seu potencial de guerra. O número de aviões a construir cada ano depende do poder e da situação internacional do país considerado. Sem querer fazer cálculos, nós mostraremos sómente:

— que sobre 100 aviões em linha é preciso 50 a 60 nos órgãos de instrução.

— que as perdas podem ser avaliadas de 30 a 40% por mês.

— que aos aviões e aos canhões da D.C.A., se juntam numerosos materiais custosos: material de equipamento do pessoal, material técnico sobressalente, veículos, reservas;

— que, finalmente, durante as hostilidades, não é suficiente substituir as perdas, mas é indispensável também aumentar o mais que fôr possível seu poder ofensivo e para isto é necessário preparar de comêço o rápido rendimento das fabricações de guerra; é a mobilização industrial que mais interessa o conjunto da defesa nacional.

Quando postos em ação os exércitos do ar, é necessário organizar de principio suas posições estratégicas iniciais e para isto, criar-se no território numerosos campos que serão as bases do tempo de guerra, dotá-las de transmissões, água, de abrigos, de vias de acesso, e organizar estoques de munições e carburantes.

Na França, cada campo de operação possuia dois paióes enterrados e camouflados com capacidade cada um de 50.000 litros e um aprovisionamento de 3 a 4 dias de fogo para um grupo de bombardeio. No Brasil, os problemas de abastecimento em tempo de guerra são diferentes, em razão da falta de vias de comunicação. Considerando uma média de trabalho durante um mês de guerra nós chegaremos às seguintes cifras: 500.000 litros de gazolina e 185 tambores de bombas para um só bombardeio. Calculando-se o necessário para um exército do ar, admitindo dezenas de unidades semelhantes, e conhecendo as dificuldades de concentração e de abastecimento do exército terrestre brasileiro pode-se fazer uma idéia da vastidão do problema aqui existente para a realização da aviação. Este problema se complica, por outro lado, pelo fato de que os carburantes modernos, com alto índice de octana, não se conservam, fazendo-se necessário renová-los periodicamente, e pelo fato também de que a porcentagem do rendimento de óleos brutos varia entre 2 e 20%, resultando a obrigação de manter enormes depósitos destes óleos e de construir refinarias, usinas de chumbo tetra etil e estações de mistura.

Cabe acrescentar ainda, para completar o rol das obrigações criadas pelo exército do ar, a necessidade de prever as unidades especiais para o abastecimento em combustíveis e munições, assim como a manutenção dos campos.

Quanto aos meios passivos, é uma questão de material de construção e de mão de obra para os abrigos; máscaras e laboratórios para os gases, a adução d'água, precauções e bombas para incêndios, hospitais, serviço e pessoal sanitário para os primeiros socorros; órgãos de direção, de redação e de difusão para instrução popular, arquitetura e urbanismo para as cidades em desenvolvimento.

E' difícil calcular as despesas e dificuldades, mas se tomassemos o Rio, a título de exemplo, concluiríamos que a natureza do sub-solo torna praticamente irrealizável a construção de abrigos subterrâneos e cria a necessidade de construí-los em super estrutura. Observaremos também que os principais edifícios público estão amontoados, muito esteticamente, aliás, justamente quando deviam ser espalhados de maneira a evitar que um bombardeio feliz alcançasse de um só golpe os órgãos de direção. Isto pode dar uma idéia do esforço imenso a realizar.

2.º) Tempo de Guerra.

Mas isto não é nada em comparação com que resta a fazer depois do rompimento das hostilidades. Trata-se então de obter o domínio do ar e para isto urge conduzir ao máximo os armamentos aéreos e anti-aéreos, procurando ao mesmo tempo enfraquecer os do inimigo.

E' pedido à indústria nacional o seu esforço máximo, ao mesmo tempo que se faz um apelo ao estrangeiro dentro da medida, evidentemente, em que o bloqueio não intervenha; isto para compensar os efeitos inevitáveis causados na produção nacional pela lentidão e mesmo suspensão do trabalho durante os alarmas, e as destruições possíveis.

Nós sabemos que o exército do ar é um enorme consumidor de gazolina, é necessário portanto:

- realizar acôrdos com os raros países produtores desse precioso combustível.

- aumentar a extração nacional, mesmo com grandes

gastos, e desenvolver a produção da gazolina sintética, apesar do preço elevado de seu custo, se em todo caso as riquezas do sub-solo o permitem: este é o caso do Brasil;

— ao mesmo tempo bombardear as refinarias e os estoques do adversário;

— Esta é exatamente a história da luta aérea anglo-germânica que independentemente das questões de ordem tática é igualmente uma luta industrial formidável.

Temos visto desde Setembro de 1939 a Inglaterra aumentando sua indústria metropolitana, fazer formidáveis encomendas aos Estados Unidos e instalar usinas em seus domínios, sendo porém dois processos de longo prazo.

Se por outro lado, em virtude do bloqueio, a indústria alemã sofre há muito tempo um grande débito, efetivamente na hora atual ela se acha submetida à mesma lentidão que a do adversário, devido aos incessantes ataques aéreos.

Quanto ao que se relaciona com o petróleo é a mesma causa. A Alemanha dispõe da produção rumena e faz grandes sacrifícios para conseguir petróleo russo, cujo transporte é muito dispendioso. Além disso desenvolveu sua produção de gazolina sintética que é magnífica. A Inglaterra por seu lado fez enormes compras à América e pôe em ação uma valiosa frota de navios petroleiros. E' que na guerra moderna a questão dos carburantes é vital.

Se escolhermos de fato, um dia qualquer de combate da Inglaterra, 8 de Agosto por exemplo: 600 aviões alemães atacam as ilhas Britânicas. Fazendo o cálculo do consumo pela duração de uma missão, mais ou menos três horas, acharemos um total de 550.000 litros. E devemos observar que, por casualidade, trata-se dum dia de menor atividade pois que já se chegou a anunciar a cifra de 2.000 aviões assinalados.

Com este regimen conclue-se que uma economia de alguns reais sobre o preço de custo do litro, tem sua importância, e se juntarmos a esta despesa o preço de aviões destruídos, ainda a 8 de agosto, por exemplo, 144 a 1.500 contos cada um, (1) ou

(1) Cifra dos comunicados oficiais ingleses

sejam, em grosso, 216.000 contos; acrescentaremos ainda as bombas: 150 a 200 toneladas quotidianamente, as balas, os obuses: centenas de milhares cada dia; completemos enfim com o montante das destruições, das horas de trabalho perdidas, devido aos efeitos ou pela simples ameaça de bombardeio. Temos assim uma idéia da influência da guerra aérea sobre a economia nacional dos países beligerantes e também do mundo inteiro, pelas repercussões ulteriores. Um exército do ar poderoso e moderno é um abismo onde desaparecem os recursos públicos e privados, mas os povos que o manejam sem medida e sem escrúpulo podem conquistar o domínio do ar bem depressa, e neste caso o domínio do mundo.

* * *

E agora resta-nos a lamentar não termos podido senão delinear alguns esboços naquilo que diz respeito ao grande e belo Brasil, país que não se pode conhecer sem amar. Mas nós não poderíamos fazer melhor, pois verificamos que resta ainda muita cousa a fazer para acabar de resolver o problema da aviação na defesa nacional.

Desgraçadamente o defeito dos povos felizes, é preciso declarar, é serem pacifistas e imaginar sempre que os outros também o são; é também fraqueza dos povos jovens, tardiamente lançados na luta industrial mundial, serem tributários do estrangeiro pela técnica moderna. São estes os principais obstáculos a transpor para constituir a força aérea do Brasil, o qual alhures possue excelentes elementos, esforçando-se para remediar a quantidade insuficiente de pessoal, porque o trabalho e a qualidade valem o mesmo em múltiplas circunstâncias.

Citamos:

— a aviação do Exército composta de equipagens experimentadas, forjadas na rude escola que é esta admirável organização chamada correio aéreo militar, que prossegue brilhantemente a obra de penetração começada por alguns amadores francêses nos tempos heróicos da "linha da América do Sul".

— a direção dos Aéros-Clubs que emprega todas as suas forças para a criação de reservas que sentimos animadas da

fé e do ardor necessários para transmitir à mocidade o senso e o gôsto da aviação, e lhes estimular êste entusiasmo que falta ainda para as questões aeronáuticas;

— a D.C.A. que a despeito de seus fracos meios, tem confiança em sua arma e se volta igualmente para os problemas importantes e delicados da defesa passiva;

— as construções aéreas e as oficinas de reparações, que graças a homens de rara competência obtêm belos resultados técnicos, mas não podem ainda tomar a seu cargo os materiais de guerra, em virtude da ausência de indústria pesada, o que torna desde já tão difícil sua tarefa.

— finalmente os chefes que, irrefletidamente, são tentados a levantar a acusação de imperícia, quando se realizam prodígios de destreza para fazer marchar a instrução, transportar as autoridades civis e militares e equilibrar um orçamento miserável, de parente pobre, que não tem absolutamente em conta o preço elevado das máquinas de guerra aéreas e as obrigações que elas acarretam.

De qualquer maneira falta muito a fazer, e esta não pode ser tarefa senão de uma organização poderosa em um país provido de poderes e créditos excepcionais. Enquanto isto o Brasil fica à mercê duma força aérea qualquer muito fraca e muito pobre. Sua única proteção é a garantia dos tratados, mas os contratos internacionais não são eternos, infelizmente !

E não nos é possível melhor terminar que lembrando o velho ditado:

“Ajuda-te e Deus te ajudará”.

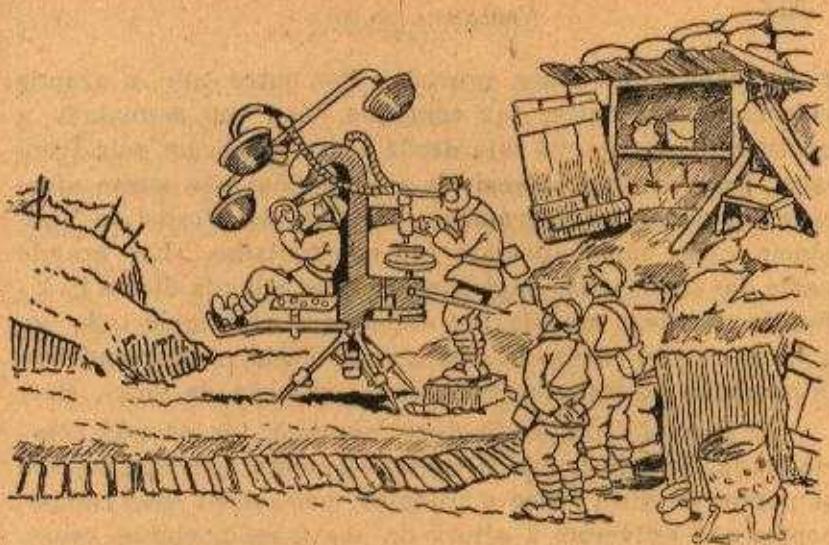
QUADRO I

Comparação das cargas em explosivos dos diversos projetos

Designação	Peso total	Peso dos explosivos	Relação
Obus de Artilharia			
75	6	0,675	0,1
105	14	1,365	0,07
155	43	4,5 a 10,2	0,1 à 0,2
280	205	36 à 63	0,17 à 0,30
370	540	73 à 150	0,13 à 0,3
210 - Bertha	124	9	0,07
Bombas de aviação			
10 quilos	9,100	1,250	0,14
50 "	56	19	0,34
100 "	117	50	0,42
200 "	224	105	0,47
500 "	500	270	0,54
700 " (marinha)	750	390	0,56
900 " (americana)	962	470	0,49

“Na guerra, disse-me o General, a rapidez de ação é tudo”.

(Do liyro “Tragedia na França” de André Maurois)



Vigilância do ar

CAPITULO II

O Serviço de Vigilância do Ar da D. A. Ae. T. — Órgãos constitutivos — Desdobramento — Organização

1 — O Serviço de Vigilância do Ar da D. A. Ae. T., tal como ficou definido no Capítulo I, se exerce através dos Postos de Vigilância e dos Centros de Informações da D. A. Ae. T.

POSTO DE VIGILANCIA

2 — Na base do Serviço de Informações da D. A. Ae. T. acha-se o Posto de Vigilância. É dele que se origina a cadeia de transmissões das informações relativas à atividade aérea do inimigo, cujas manifestações ele é o primeiro a assinalar.

Ao inverso das armas terrestres, nenhum indício precede, em geral o desencadeamento de um ataque aéreo. A penetração do território amigo pelas expedições inimigas não

é, na maioria dos casos, prevista. Por outro lado, a grande velocidade dos aviões faz com que, uma vez assinalada a expedição, mesmo que seja desde a sua passagem pela fronteira, para os pontos sensíveis e as regiões não muito afastadas daquelas, as informações oriundas dos Postos de Vigilância quasi nunca possam ser confrontadas. Em grande parte dos casos, uma simples informação oriunda de um P. V. faz desencadear medidas de defesa que abrangem todo um aparelhamento realizado com grande custo, compreendendo interrupção de trabalho em usinas, extinção de luzes, etc..

O posto de vigilância deve, por isso, ter pessoal especializado, bem instruído e cuidadosamente selecionado, sob os pontos de vista físico e psíquico, pois, se os seus componentes não estiverem à altura da sua missão, muitas vezes, teremos alarmes injustificados, em outras a população visada deixará de ser inquietada; no primeiro caso, teremos fadigas inúteis, diminuição de produção de usinas, dispêndio injustificado de energias e de dinheiro, no segundo caso facilitaremos o sucesso da ação do inimigo, com graves consequências materiais; em ambos os casos cumpre acrescentar repercussões sobre o moral da população e consequente desmoralização do serviço.

Os postos de vigilância podem em certos casos, ser dotados de aparelhos de medida (caso dos postos de altimetria das baterias) e de traçado de rota, que lhes permitem determinar de forma precisa as condições de vôo das aeronaves inimigas.

De mais, seu pessoal está exercitado em identificar as aeronaves e em distinguir as suas características essenciais, quando modelos ainda não conhecidos se apresentam. Alguns postos de vigilância possuem aparelhos de escuta que permitem acompanhar os aviões, à noite, a grandes distâncias. Além disso os observadores devem estar aptos a distinguir as aeronaves pelos ruidos dos seus motores, o que lhes permite assegurar a continuidade da observação, de noite como de dia.

As suas informações, por isto, são preciosas também

para o comando que, graças a elas, está sempre ao par dos processos e meios empregados pelo inimigo. (Vd. cap. IV, informações documentadas).

A localização dos postos de vigilância deve ser cuidadosamente estudada, de modo a obter-se o aproveitamento máximo da vista e do ouvido dos observadores. Na escolha do local, influem também as condições de transmissões das informações.

De nada vale ter um posto de vistas extensas se não houver um meio rápido de transmissão de suas informações.

Um posto é constituído com o seguinte pessoal:

1 sargento, chefe do posto.

4 observadores.

2 telefonistas.

Como material, o posto deve ter:

- binóculo com aumento de 8 vezes;
- bússola;
- eventualmente, aparelhos de escuta e traçadores de rotas;
- cartas da região;
- Caderno de silhuêtas, registro de informações expedidas;
- material de transmissões: telefone, cabo leve, de campanha ou material de reparação de linhas fixas, conforme a natureza da linha telefônica que liga o posto ao C.I. — Eventualmente, um posto de rádiofonia.
- Algumas vezes, material de rancho. (Quando a distância do posto aos pontos de distribuição não permita a distribuição de comida preparada).

CENTRO DE INFORMAÇÕES

4 — O Centro de Informações é o órgão encarregado de coletar as informações provenientes dos P.V., interpretá-las, e retransmí-las aos órgãos de comando, aos órgãos da Defesa Passiva (se fôr o caso) e aos C.I. vizinhos interessados.

As informações chegadas ao C.I., provenientes dos vários postos que a él estão ligados, permitem que no centro se possa estabelecer periódicamente a fisionomia da atividade aérea inimiga em uma zona relativamente extensa.

Achando-se diretamente ligado, de um lado aos P.V., de outro aos comandos da D. A. Ae. ativa, aos órgãos da D.P. e aos Centros de Informações vizinhos, o Centro é o filtro por onde as informações devem passar antes de serem exploradas na zona que él serve.

Quer se trate de um Centro de Informações da D. A. Ae. T., quer se trate de um Centro de unidade de D. C. A. da zona de Guerra, él comprehende:

- a recepção — onde chegam e são registradas as mensagens provenientes dos P.V. ligados ao Centro, ou dos Centros de Informações vizinhos;
- a interpretação — a quem todas as mensagens são dirigidas sem demora. É o órgão mais importante do Centro. Aí as mensagens são estudadas, as informações são materializadas numa carta. O chefe do serviço tira conclusões sobre a marcha das expedições, decorrentes das diversas informações e chegadas e, de acordo com estas, promove a sua exploração e ordena a sua difusão. É o único órgão autorizado a fazer a triagem das informações;
- a difusão — órgão encarregado de transmitir as informações resultantes da interpretação das mensagens recebidas, aos interessados.

O C.I. deve ser dotado de todos os meios de transmissões (em particular uma Central Telefônica) e deve estar ligado diretamente aos P.V. e aos órgãos em proveito dos quais trabalha (pontos sensíveis, comandos, etc.), aos C.I. de D. C. A. e D. A. Ae. T. vizinhos, bem como aos C. A. I. e aos eixos de transmissões mais próximos da rede de comando.

Esquemáticamente, portanto, o C.I. tem a constituição indicada na fig. 1.

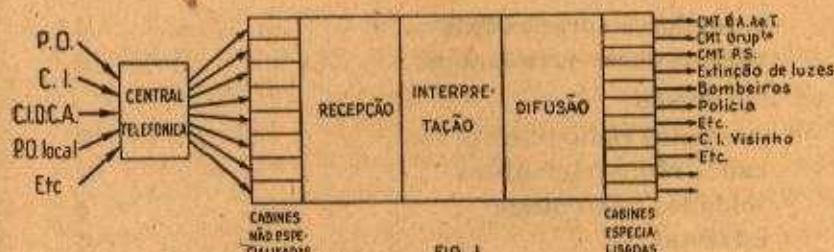


FIG. 1

5 — Para assegurar o seu serviço, o C.I. deve possuir o seguinte pessoal:

- A — 1.^º) — Um oficial, chefe de posto;
 2.^º) — Um oficial interpretador;
 3.^º) — Um oficial de alerta;
 4.^º) — Um oficial de aviação.

B — sargentos, ou graduados em número suficiente, para auxiliarem os oficiais acima, especialmente o interpretador, e para o registro das mensagens na recepção.

C — o pessoal de transmissões necessário para garantir em permanência, os aparelhos do Centro (Central Telefônica, telefones da recepção e da difusão, aparelhos de rádio etc.).

D — estafetas e ordenanças, para levar as mensagens de um para outro órgão e para os serviços gerais do Centro.

O pessoal do Centro deve ser em numero suficiente para manter o seu serviço em permanência e varia com a importância do Centro.

Uma dotação de pessoal para o Centro pode ser a seguinte:

1. ^º) — Recepção:	
soldados telefonistas	8
cabos radio-telefonistas	4
estafetas	2
2. ^º) — Interpretação:	
sargentos	2

operadores (graduados)	4
registradores (graduados)	2
3.º — Difusão:	
sargentos rádio-telefonistas	2
cabos rádio-telefonistas	2
soldados telefonistas	4
estafetas	4

6 — A recepção deve possuir um certo número de cabines telefônicas ligadas à Central Telefônica do Centro. A esta Central vêm ligar-se, por outro lado, diretamente, todos os P. V. que funcionam em proveito do Centro, bem como, tanto quanto possível, todos os C.I. vizinhos.

Na recepção é estabelecido o registro das mensagens recebidas (Vd. modelo em anexo).

A interpretação possue uma grande carta mural que contenha o conjunto dos postos de vigilância ligados ao Centro e outra em que estejam assinalados os Centros de Informações vizinhos. Em princípio, esta carta deve abranger uma região correspondente ao percurso de, pelo menos, uma hora, dos aviões mais velozes do inimigo, antes de chegar a um P.S. que o Centro deva alertar, qualquer que seja a direção de onde provenha o ataque.

Dispõe também o interpretador de todo o material necessário ao registro nas cartas, das informações recebidas (símbolos, reguas, etc.).

Na interpretação são redigidas e registradas as mensagens expedidas pelo Centro. Aí são feitos os recobrimentos das informações proveniente de todas as fontes, e se estabelecem periódicamente os "relatórios da atividade aérea inimiga" (Vd. cap. IV e modelo em anexo).

Na difusão, existem várias cabines telefônicas.

Estas cabines são especializadas, isto é, cada cabine corresponde a um destinatário das mensagens de alerta.

Desdobramento dos órgãos do Serviço de Vigilância da D. A. Ae. T.

7 — A fim de que nenhuma expedição aérea penetre no

território nacional sem ser assinalada, é necessário que toda a fronteira, terrestre e marítima, nas partes que estejam ao alcance daquelas incursões seja guarnecida por postos de vigilância. Dada a existência de pontos sensíveis importantes no litoral, e a-fim de que êsses pontos possam ser alertados bastante tempo antes que as aeronaves os sobrevoem, é necessário também que a vigilância se exerça sobre águas, o mais afastado possível da costa.

8 — Estima-se que dois postos de vigilância colocados à cerca de 10 kms. um do outro, podem assegurar uma vigilância eficaz no seu intervalo.

Pode-se admitir portanto que uma aeronave não atravessará uma linha de postos de vigilância, situados com intervalos médios de 10 kms. sem ser assinalada, pelo menos, por um dos postos.

A distância de dez quilômetros, conquanto não deva ser excedida de muito, não é rígida. Ela pode variar com a configuração do terreno, com as condições de observação, com as possibilidades da escuta no local e da transmissão das informações.

A linha de postos de vigilância ao longo da fronteira não basta. Com efeito, após penetrarem no território, as expedições são livres de tomar qualquer direção. E' necessário que elas sejam, em todo o seu percurso no interior do País, acompanhadas a-fim de:

- a) alertar os órgãos de comando, os da Aeronáutica e D.C.A. e as populações civis interessadas.
- b) deixar em repouso os não ameaçados pela expedição.

E' necessário por isso, que, para o interior, novas linhas de postos, paralelas à primeira, venham a estas se juntar, a-fim de permitir que, periodicamente, a posição e direção das aeronaves inimigas sejam assinaladas.

Em princípio, a distância entre duas linhas consecutivas é de 100 kms., o que corresponde, para os aviões de bombardeio atuais a cerca de 15 minutos de vôo.

Esse conjunto de linhas paralelas não basta, porém: uma

aeronave poderia percorrer durante longo tempo o corredor entre duas delas, sem ser vista ou ouvida por nenhuma.

Precisa-se por isso, estabelecer outras linhas de postos, normais às primeiras, de modo que as aeronaves sejam referidas com a frequência necessária, qualquer que seja a sua direção de vôo.

9 — O dispositivo do serviço de vigilância do ar, toma, então, esquemáticamente a forma de uma rede, de malhas quadrangulares de cerca de 100 kms. de lado.

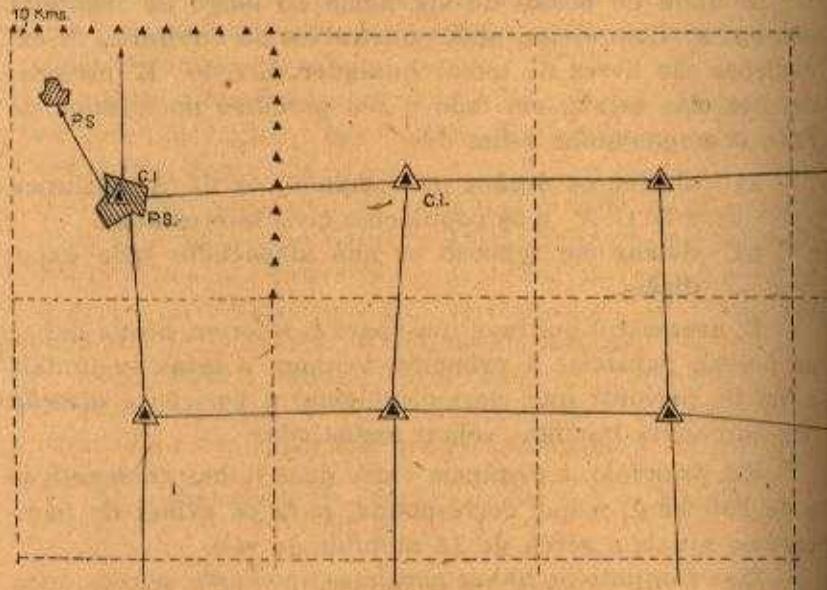
Para a coleta e a difusão das informações dos postos de vigilância, existe, em cada malha um Centro de Informações de D.A.Ae.T. (C.I.D.A.Ae.T.).

No interior de uma malha, pode haver um ou mais pontos sensíveis.

Todos devem estar ligados ao C.I. que é a quem compete alertá-los.

O C.I. é localizado, em geral, no ponto sensível de maior importância da malha.

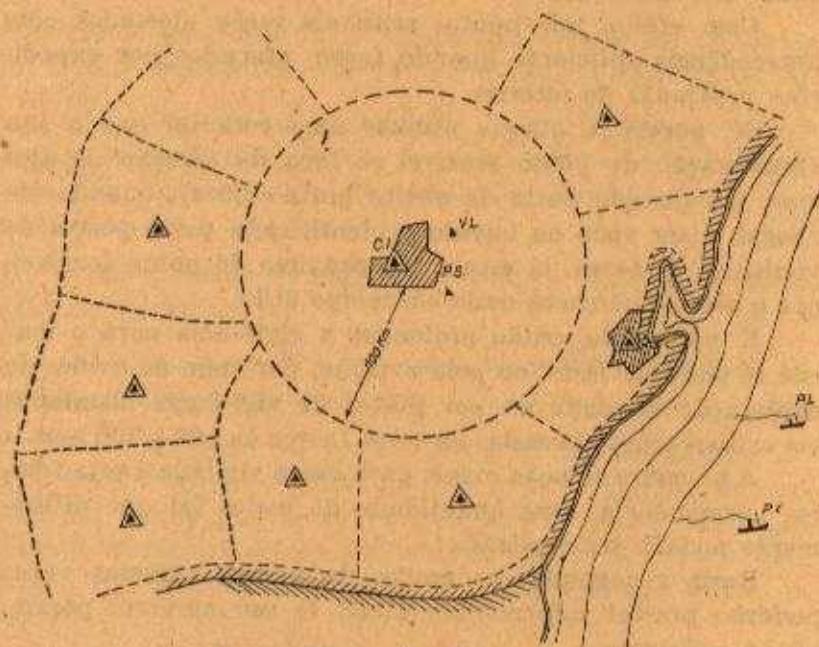
O serviço de vigilância tem, então o dispositivo esquemático da fig. 2.



Esse dispositivo sofre, na prática, deformações resultantes:

- da forma da fronteira;
- da configuração do terreno;
- da rede de transmissões existente desde o tempo de paz que é utilizada, reforçada e adaptada ao funcionamento do Serviço de Vigilância do Ar;
- da presença de pontos sensíveis de grande importância que justifiquem a instalação de uma ou duas linhas de postos a uma certa distância da sua periferia.

O dispositivo pode tomar por exemplo, o aspecto da fig. 3.



LOCALIZAÇÃO DO C. I.

10 — Destinando-se o C.I. a um papel de coleta e difusão de informações, ele deve ser colocado em um nó importante de uma rede de transmissões. Em uma mesma ma-

lha podem existir vários pontos sensíveis. Como em geral, o ponto sensível de maior importância a defender é a localidade de maior importância industrial, comercial e política da malha e, em consequência, o mais importante nó de comunicações telefônicas da região, é nele que se instala o Centro.

VIGILANCIA DO AR NO LITORAL

11 — A linha mais avançada de postos de Vigilância do S.V.D.A.Ae.T., se estende, como já vimos ao longo do litoral. Isto, porém, não basta para colocar ao abrigo da surpresa os pontos sensíveis situados no litoral ou nas proximidades imediatas dêste.

Com efeito, tais pontos sensíveis serão alertados com antecedência suficiente quando forem atacados por expedições provindas do interior.

Se, porém, o ataque utilizar uma rota tal que a sua aproximação do ponto sensível se faça da direção do alto mar, (ou quando parte de navios porta-aviões), quando êle chegar a ser visto ou ouvido e identificado pelos postos de vigilância de terra, já estará tão próximo do ponto sensível, que o alarme não será dado em tempo útil.

E' necessário, então prolongar a vigilância para o mar isto só pode ser feito, ou pela aviação, por meio de aviões de exploração afastada ou por postos de vigilância instalados em embarcações afastadas da costa (cêrca de 100 à 200 kms.).

A primeira solução exige, para que a vigilância seja feita em permanência, uma quantidade de meios tal que dificilmente poderá ser realizada.

Resta a segunda; os navios de guerra algumas vezes poderão prestar informações úteis. O seu número, porém, não é suficiente.

Também as suas missões e as condições de seu emprêgo desaconselham a confiar-se neste meio em exclusividade.

Uma solução possível é equipar-se com postos de rádio-fonia, navios de pesca, de alto mar e especializar parte de suas tripulações no serviço de vigilância do ar.

Isto será possível se se fizer um judicioso aproveitamento do pessoal, discriminando, nesse sentido, as suas obrigações para com a Defesa Passiva, de acordo com as leis e regulamentos respectivos.

Também, caso não seja possível selecionar os vigilantes entre as próprias tripulações dos barcos, poder-se-ia fazer neles embarcar especialistas, além das tripulações normais.

Tal serviço, ficaria subordinado, como o restante do Serviço de Vigilância do Ar, ao cmt. da D.A.Ae.T. mas os seus elementos seriam fornecidos pela Marinha de Guerra.

ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES

12 — As tropas encarregadas do serviço de vigilância do ar, são organizadas em Companhias de Vigilância do Ar.

Cada Companhia é composta de um certo número de Seções de Vigilância do Ar, as seções compreendendo, cada uma, um número variável de postos, em princípio, três a cinco postos.

A cada malha da rede de Vigilância do Ar corresponderá uma companhia.

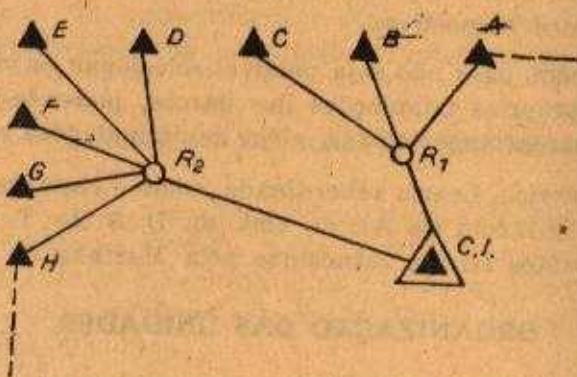
O Comandante da Companhia, assegura, além desse comando, a gestão administrativa do Centro de Informações.

O comandante da Secção, tem uma função administrativa e de instrução. Cabe-lhe fiscalizar a marcha do serviço dos postos que lhe estão afetos, zelar pela conservação da rede de transmissões e assinalar ao Centro os defeitos que, com os telefonistas dos postos de vigilância, não possa remediar.

A distribuição dos P.V. pelas seções se faz tendo em vista as possibilidades de comunicações e de transmissões.

Suponhamos por exemplo, que as transmissões de três postos de uma malha se façam por intermédio de um "rolais" e as de cinco outros postos, por outro.

Os postos A, B, C constituiriam uma seção e os postos D a H constituiriam outra. (fig. 4).



Também a rede de estradas influe para a afetação dos postos a uma ou outra seção.

Um efetivo possível de uma companhia de Vigilância do Ar é o seguinte:

	Homens
Capitão Comandante	1
4 seções de 5 postos: 1.ºs ou 2.ºs Ten. Cmts.	4
Soldados e graduados	140
Guarnição do Centro de Informações	32
Total	177

VIGILANCIA LOCAL

13 — Além dos postos normais da rede geral de vigilância de D.A.Ae.T., existem, nos pontos sensíveis, postos de vigilância local que se destinam a, durante o ataque aos mesmos, informar à D.P. e ao comando sobre a marcha daquele: — início de ataque, evoluções das aeronaves enquanto sobrevoam o ponto sensível, objetivos que estão sendo visados pelo fogo das aeronaves, fim dos ataques, afastamento do atacante.

Esses postos são estabelecidos em pontos dominantes de

ponto sensível e de suas proximidades imediatas e são estabelecidos pela Defesa Passiva.

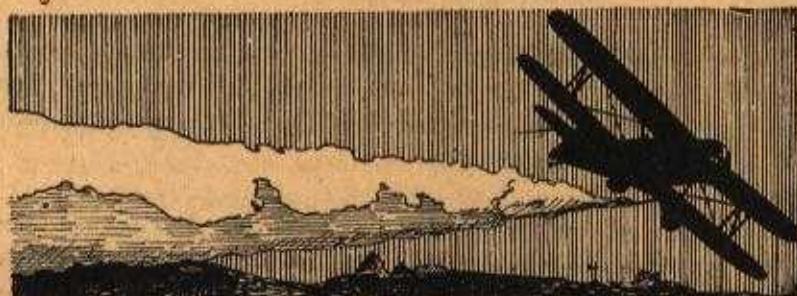
Ficam todos ligados ao Centro de Informações, nos P.S. cm. que o haja.

Quando não houver C.I. de malha, no ponto sensível, êles ficarão ligados diretamente ao C.I. do Cmt. da D.C.A. ou D.A.Ae. da P.S. ou, na falta dêste, ao Delegado de Defesa Passiva local.

“— É difícil abater um avião de bombardeio alemão? perguntei um dia a uma criança de 17 anos, que tinha já várias vitórias a seu crédito.

“— Difícil ?” disse ele. “Não, não é difícil. Basta fazer exatamente o que nos foi ensinado na Escola de Pilotagem. Explicaram-se que se deveria seguir o aparélio inimigo, sem fazer caso dos seus disparos, até que se estivesse a trezentas jardas, depois colocá-lo no centro desse pequeno círculo vermelho que vê pintado no meu para-brisa... Nesse momento, disseram-se, é necessário apertar o botão que comanda ao mesmo tempo as 8 metralhadoras, e o inimigo cai... Segui as instruções a 300 jardas coloquei o aparélio inimigo no centro da minha mira... Apertei o botão e o inimigo caiu... Vê, não é difícil”.

(Do livro “Tragédia na França”, de André Maurois)



Defesa Contra a Infantaria do Ar

Pelo Major NILO GUERREIRO LIMA
Instrutor da E.E.M.

I — Princípios gerais

Em nosso último artigo, tratamos, em linhas gerais, da Infantaria do Ar, procurando, antes de mais nada, chamar a atenção dos infantes estudiosos para a nova modalidade da arma.

Vimos, embora sucintamente, a organização e os processos táticos que parecem presidir o emprêgo dos paraquedistas e da Infantaria aérea de desembarque.

Estamos agora pois, habilitados a esboçar quais os princípios a adotar pelos defensores contra esse novo perigo aéreo.

- a) Como medida inicial deve ser incluído o combate contra a 5.^a coluna. Este pessoal indesejável, dispensa uma classificação mais pormenorizada. A generalidade da expressão “5.^a coluna” é bem entendida hoje por civis e militares e a sua ação subterrânea e discreta representa um dos aspectos interessantes da “guerra invisível”.
- b) Outro grande princípio é que, na defesa contra os paraquedistas, devem tomar parte não só os ele-

mentos das forças armadas, mas também a população civil. Em todos os municípios serão previstos organizações especiais, incluindo os homens válidos não mobilizados.

- c) **A defesa contra a Infantaria do Ar deverá ser aérea e terrestre.** Este terceiro princípio se justifica porque, precedendo o combate no solo, há uma fase inicial de transporte aéreo. Mas para que esta defesa mixta possa produzir um resultado apreciável, capaz de por si só eliminar os efeitos de surpresa procurados pelo adversário, mistér se torna uma ligação íntima e permanente entre os órgãos aéreos e terrestres do defensor, completados por um serviço de vigilância e de alerta eficazes. A Infantaria do Ar é uma arma essencialmente rápida e rápida deve ser a parada contra seus golpes. O sistema defensivo funcionará em permanência, desde o período de tensão política e constituirá parte integrante da Defesa Aérea do território.
- d) **A defesa terrestre contra a Infantaria do Ar exige elementos móveis, incluindo entre êsses últimos, frações motorizadas.**

Só assim o defensor poderá agir com presteza e em tempo útil.

- e) **As reservas deverão ser dispostas no terreno, levando também em consideração a ação possível da Infantaria do Ar contra os flancos ou as retaguardas das posições ou frentes de batalha.**
- f) **A defesa aérea pode ser assegurada pela aviação de caça e pela Artilharia Anti-Aérea.**

A aviação de caça atacará as "formações de transporte" o mais cedo possível. A Artilharia Anti-Aérea só deverá

intervir no momento oportuno, maxime a Artilharia incumbida da defesa dos "pontos sensíveis". Este silêncio prévio se justifica, a-fim de não revelar suas posições aos aviões de reconhecimento inimigos, pois em caso contrário, estas posições reveladas se tornarão o alvo preferido dos aviões de bombardeio, antes e durante a ação da sua Infantaria do Ar.

A organização da defesa aérea é complexa e exige grandes meios (barragens em certas frentes, pontos sensíveis a proteger, escalonamento em profundidade, etc.).

Ora, como os paraquedistas saltam à baixa altura, os defensores deverão dispôr de armas de tiro rápido (metralhadoras e canhões automáticos de pequeno calibre) capazes de atirar não só contra êles, mas também e principalmente contra os aviões transportadores.

Esses são os principais recursos de que pôde lançar mão o defensor.

II — Dificuldades

Nunca se poderá dizer com segurança que a defesa do território esteja ao abrigo completo das tentativas ou ameaças de uma Infantaria do Ar. Por maiores que sejam os meios empregados e por melhores que se apresentem as organizações especializadas, a ameaça permanece. A incerteza dos pontos visados, a ignorância do momento preciso da ação e a vastidão dos territórios, constituem por si só alguns argumentos suficientes para justificar essa afirmação.

E' forçoso pois, admitir que uma Infantaria do Ar, com seus paraquedistas e infantes de desembarque, atinja o solo, sofrendo ou não perdas. Sendo assim é necessário prevêr que a luta continue no solo. E' na terra que a mesma se decide, entre as duas infantarias: a "alada" e a ... "pé de poeira".

Eis porque a defesa terrestre assume um aspecto principal, exigindo uma organização cuidadosa, com **guarnições**

fixas, reservas e elementos móveis, capazes não só de defender os "pontos sensíveis", mas também de retomá-los em contra ataques rápidos e enérgicos. Tendo em vista o armamento poderoso da Infantaria do Ar é preciso dotar os defensores de uma grande potência de fogo e de engenhos moto-mecanizados, incluindo motociclistas e veículos blindados rápidos para transportes, transmissões, etc.

Vê-se pois a que requintes de organização deve-se chegar para esboçar uma defesa eficiente contra esse novo perigo. E é dessa dificuldade que resulta a importância e a eficiência da Infantaria do Ar, cujas possibilidades já estudamos sem exageros, em nosso primeiro artigo publicado no último número da "A Defesa Nacional".

Para despistar ou para incentivar a "guerra de nervos" podem também ser lançados paraquedas sem paraquedistas em certos locais, com o fim de desnortear o defensor ou para fazer afluir os seus meios para pontos não diretamente visados. O campo é vasto para todas as outras concepções de astúcia guerreira...

III — Conclusões

De tudo que escrevemos neste e no outro artigo devemos fixar:

- a) Nos países de vasta extensão territorial a Infantaria do Ar parece ter uma importância especial. As suas multiformes aplicações abrem aos nossos espíritos observadores um horizonte novo e de grande amplitude.
- b) As condições especiais desses países, com vastos teatros de operações, extenso litoral e pequeno número de vias de comunicação, exigem o emprégo, em alta escala dos meios aéreos, neles agora incluídos a Infantaria do Ar.
- c) As operações em grandes frentes que deverão constituir os casos normais sul americanos, poderão

encontrar um elemento essencial de manobra no emprêgo de massas de Infantaria transportadas por via aérea.

- d) As destruições e os atos de sabotagem feitos por paraquedistas, poderão trazer grandes e talvez irreparáveis prejuízos aos transportes e movimentos que antecedem a batalha.
- e) Os desembarques marítimos podem ser muito facilitados pela ação preliminar da Infantaria do Ar.
- f) A defesa contra a nova e móvel Infantaria só é eficaz em territórios densamente povoados, dispondo de grandes meios aéreos e terrestres.
- g) A defesa exige ainda para sua eficiência a cooperação de toda a população civil e a detenção prévia dos estrangeiros indesejáveis e dos indivíduos suspeitos, habitantes do país.
- h) Em muitos casos uma Infantaria do Ar poderá ter necessidade de neutralizar a ação destruidora ou mesmo de lutar contra a outra Infantaria do Ar.
- i) As operações dos carros, por mais profundas que sejam, poderão contar sempre com a proteção da Infantaria transportada por via aérea.
- j) A Infantaria do Ar poderá agir a grandes distâncias e combater isolada durante algum tempo, desde que conte com a Aviação, não só para apoiá-la com seus fogos, como também para reabastecê-la e remuniciá-la.
- k) A Infantaria do Ar constitue a reserva mais móvel que até hoje se conhece. O seu emprêgo como reforço a tropas sitiadas, representa o mais eficaz dos recursos utilizados nesses casos.

Uma sugestão individualismo e lamúrias

Bôa, muito boa, ótima, excelente medida a de exigir-se que todo o cidadão válido seja reservista do Brasil.

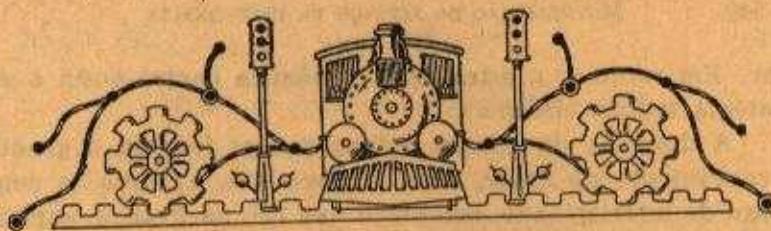
E' óbvio que num país cujo povo fosse medianamente educado moral e cívicamente, não seriam necessárias sanções, para que fosse cumprido o dever sagrado. Mas o individualismo que imitamos de certas nações amigas faz os nossos jovens e as suas famílias pensarem doutra forma.

O fim não é preparar-se para defender a pátria e sim obter um certificado para poder empregar-se. Há diferentes caminhos. Os citadinos, geralmente, alcançam seu objetivo nos tiros de guerra. Os outros, principalmente, os das guarnições longínquas chegam às casernas em misero estado: física, moral e intelectualmente.

De início é uma choradeira dos infernos. Deixou a mulher para morrer com cinco filhos menores. Espera novo rebento. Não tem nem um níquel para mitigar a fome dos seus. E mil outras lamúrias.

Há muito fingimento — fruto da ignorância e da falta de moral dos indivíduos. Há, entretanto, muita verdade.

Um provinciano



Motorização do serviço de Intendência

Pelo Cel. ANAPIO GOMES

II

Ao deflagrar a Grande Guerra (ou a penúltima Grande Guerra) a doutrina de guerra da França estava por assim dizer polarizada na ofensiva e no valor decisivo das cargas de baioneta, doutrina que condizia com a bravura tradicional e o **panache** do soldado gaulês e da qual Foch se constituiria um dos mais ardorosos adéptos. Essa doutrina todavia chocou-se, logo no início da luta, com a realidade desconcertante das armas automáticas e os chefes militares franceses, com aquela admirável acuidade mental que os caracteriza, reconheceram que **não se podia lançar homens contra material**. Daí cincuenta e dois meses de patinação na lama das trincheiras.

Em 1939, tudo nos leva a crer que a França, inspirada na amarga experiência de 1914, estava inteiramente imbuída da idéia da guerra defensiva. A construção da **Linha Maginot** e a inatividade do seu exército de Setembro de 1939 até a **blitzkrieg** alemã em Maio de 1940, mostram claramente que a França substituiria a **doutrina do esmagamento**, de 1914, pela **doutrina do esgotamento**, que era (e é ainda) a **doutrina** de sua aliada, a Inglaterra.

Com efeito, França e Inglaterra, no início do atual conflito, parece que se orientavam completamente pelas teorias de Lidei Hart, que é incontestavelmente o maior doutrinador e comentarista inglês de assuntos militares dos nossos dias e que aconselha a guerra de esgotamento como a única que permitirá à Inglaterra vencer a Alemanha de Hi-

tier. Em resumo: a estratégia econômica contra-posta à estratégia militar clássica.

A doutrina da guerra defensiva tem todavia o grande inconveniente de crear, para o povo que a adota, o complexo de inferioridade, complexo que foi, na França, suplantado por outro não menos perigoso: o da segurança absoluta baseada na invulnerabilidade da Linha Maginot. Transposto ou contornado o famoso sistema de defesa pelos exércitos do Reich, sobreveio o colapso moral e a consequente derrocada do grande povo que foi, durante séculos, um expoente luminoso da latinidade. Porque o estado psicológico de todas as classes, dominado por uma espécie de euforia decorrente do complexo de segurança a que me referi, não pode suportar o choque moral, mixto de espanto e de decepção, causado pela invasão alemã. E' oportuna a transcrição das palavras de um oficial francês (Cap. Reguert, *les Forces Morales*, 5.ª ed., pág. 39/40): "On peut donc dire, qu'à peu de choses près, le moral de l'armée, c'est le moral de la nation. Si celle-ci désespère d'elle-même, il ne faut pas compter trouver chez celle-là cette confiance dans sa force physique et morale, sans laquelle une troupe est vaincue avant même d'avoir engagé le combat".

Não devo e não posso todavia enveredar por um assunto que os contemporâneos não poderão apreciar com justeza e por isso retomo o itinerário que me havia traçado — a motorização do Serviço de Intendência.

Como é lógico, a doutrina de guerra do exército francês e as condições especiais em recursos de meios de transporte do país, não podiam deixar de refletir-se na organização do Serviço de Intendência.

Vejamos a estrutura geral do referido Serviço segundo o último regulamento, a que já fiz alusão na primeira parte deste artigo.

Divisão de Infantaria (tipo normal, motorizada e de montanha), Divisão de Cavalaria e Divisão Leve Mecanizada:

- 1) intendência divisionária;
- 2) grupo de exploração ou gestão de subsistência.

Divisão de Infantaria tipo ultramarino

- 1) intendência divisionária;
- 2) grupo de exploração;
- 3) seção automóvel de reabastecimento de carne verde.

Corpo de Exército (tipo normal ou motorizado)**e Corpo de Cavalaria**

- 1) diretoria de intendência de Corpo do Exército (ou Corpo de Cavalaria);
- 2) intendência de reabastecimento de carne verde;
- 3) companhia de reabastecimento de carne verde (gestão) e seção automóvel de transporte de carne verde;
- 4) intendência
- 5) grupo de exploração (gestão de subsistência) para os elementos orgânicos do Corpo de Exército ou Corpo de Cavalaria.
- 6) reserva de pessoal (escreventes e operários militares de administração) para o Corpo do Exército ou Corpo de Cavalaria, incluído no grupo de exploração.

EXÉRCITO:

- 1) diretoria de intendência de Exército;
- 2) intendência do quartel-general e dos elementos de Exército;
- 3) gestão de subsistência (serviço de aprovisionamento do quarte-general);
- 4) intendência das estações e reservas de reabastecimento;
- 5) gestão das estações e reservas de reabastecimento;
- 6) intendência de reabastecimento de carne verde;
- 7) companhia de reabastecimento de carne verde (gestão) e seção automóvel de transporte de carne;
- 8) destacamento e reserva de escreventes e operários militares de administração de Exército.

Destacamento de Exército

- 1) diretoria de intendência do Destacamento;
- 2) intendência do quartel-general;
- 3) gestão de subsistência do serviço de aprovisionamento do quartel-general.

Grande Quartel-General do Comando em Chefe

- 1) inspetoria geral de intendência dos Exércitos;
- 2) diretoria do serviço de intendência dos Exércitos;
- 3) diretoria de intendência do G.Q.G., da qual dependem:
 - a) intendência administrativa do G.Q.G.;
 - b) gestão de subsistência ou serviço de aprovisionamento do G.Q.G.;
 - c) intendência das tropas de estradas de ferro e das reservas gerais de trem;
 - d) destacamento de escreventes e operários militares de administração.
- 4) elementos de reserva geral, compreendendo:
 - a) intendência de padarias de campanha;
 - b) padarias de campanha (3 seções de 12 fornos cada uma);
 - c) companhias de escreventes e operários militares de administração.

Divisão de Infantaria tipo ultramarino

- 1) intendência divisionária;
- 2) grupo de exploração;
- 3) seção automóvel de reabastecimento de carne verde.

OBSERVAÇÕES GERAIS

- a) Verifica-se que, com exceção da seção automóvel de transporte de carne das D. I. ultra-marinhas, o Serviço de Intendência das divisões francesas não dispõe de órgãos especializados de transporte, ao contrário do que acontece nas divisões alemãs, que contam com órgãos próprios de transporte para o reabastecimento de pão e carne verde, como vimos no artigo anterior.
- b) No Corpo de Exército e no Exército, o Serviço de Intendência conta apenas com a seção automóvel de transporte de carne verde como órgão próprio de transporte.
- c) Com exceção da carne verde, todos os reabastecimentos e reaprovisionamentos a cargo do Serviço de Intendência são assegurados pelos elementos transportadores de Exército e que podem ser hipomóveis (quando se trate de pequenas distâncias ou de transportes de pequena importância), automóveis (para transportes a longa distância ou de caráter urgente) e via-férrea de bitola reduzida (geralmente para cargas pesadas).
- d) Sob o ponto de vista do Serviço de Intendência, as divisões francesas são mais leves que as alemãs.
- e) Mais acentuadamente que no exército alemão, no exército francês o centro de gravidade dos reabastecimentos repousa no escalão Exército.
- f) Em face do regulamento em que estamos nos baseando, pôde-se concluir que nos corpos de tropa franceses as rações se repartem do seguinte modo:
 - 2 de víveres normais nos Trens Regimentais;
 - 1 de víveres normais na cozinha;
 - 1 dia de víveres de reserva com o homem;
 - 1 dia de víveres de reserva no Trem Regimental.

Assim, as divisões francêses podem permanecer durante 5 dias desligadas dos órgãos de reabastecimento da retaguarda e sem contar com recursos locais (no exército alemão, como vimos, essa autonomia se eleva a 6 dias). Isto quando os trens regimentais (T. R., correspondentes aos nossos T.E.) forem mixtos, ou seja dotados de seção hipomóvel e de 1 seção automóvel, porque figuram na organização do exército francês os T.R. inteiramente motorizados e constituídos de uma única seção. Neste caso a dotação do corpo de tropa fica reduzido de uma ração de viveres normais e possivelmente também de uma ração de reserva (o regulamento não é explícito neste ponto).

Para encerrar os apontamentos que venho apreséntando sobre a motorização do Serviço de Intendência (ou antes motorização dos exércitos e seus reflexos sobre a organização e funcionamento do Serviço de Intendência), pretendo tratar ainda da organização e funcionamento dos reabastecimentos do exército italiano na campanha da Etiópia. Tratando-se de um caso concreto e a respeito do qual possuo farta documentação (mesmo de caráter oficial e oficioso), aborda-lo-ei com mais vagar e dar-lhe-ei maior amplitude que a consagrada aos exércitos alemão e francês.

Retificação — Baseado num artigo de André Maurois, traduzido e publicado por um jornal brasileiro, atribui a Foch, no artigo anterior, a frase: **Na guerra faz-se o que se pôde aplicando-se o que se tem**. Suponho não ser bem essa a expressão do grande cabo de guerra e sim a seguinte que encontrei na obra de Lidell Hart — **Foch: Man of Orleans** (coleção **penguin books**, vol. II, pág. 480): **The truth is, no study of war is possible on the battlefield; one does there simply what one can in order to apply what one knows.**

ESTUDO SÔBRE O EMPRÉGO DAS RESERVAS

Pelo Cap. Eduardo Peres Campello

Não temos a veleidade de pensar que o nosso trabalho vá constituir uma obra excepcional e muito menos rara. O nosso estudo baseado no R. E. C. I., por isso que acreditamos que um trabalho só é bem orientado quando êle se firma nos preceitos regulamentares que regem a matéria estudada, nada tem de novidade, constitue mesmo, para a maioria, matéria mais que estudada.

A batalha, diz o R. E. C. I., é constituída pelo conjunto de combates, simultâneos ou sucessivos, travados pela infantaria com o apôio das outras armas.

Entretanto, qualquer que seja o curso tomado pelo desenvolvimento da luta, os comandantes das pequenas unidades percebem apenas uma pequena parte do campo de batalha; a ignorância quasi completa do conjunto dos resultados obtidos é o característico do combate dessas unidades, pois os comandantes devem limitar-se ao cumprimento das missões que lhes forem confiadas.

Sendo assim, a batalha comporta operações estratégicas e operações táticas, operações essas que estão de tal modo ligadas que muitas vezes se confundem.

Pela intervenção do comando ou influenciada pelo peso dos acontecimentos, uma ação tática poderá tomar a envergadura duma manobra estratégica e exercer sua repercusão sôbre todos os elementos da batalha.

Do mesmo modo, tal movimento estratégico poderá achar-se contido e vir, então, a fundir-se no combate para produzir apenas efeitos táticos.

Em última análise, se uma ameaça estratégica é insuficiente para decidir da batalha, é por um golpe de força tática que a vitória será procurada e, neste caso, o golpe de força tático será o coroamento desse movimento estratégico.

Haverá então, sobre o campo de batalha um verdadeiro entrelaçamento da estratégia e da tática.

Mas se, em lugar de encararmos sucessivamente as diferentes operações, procurarmos a lei que preside o seu desencadeamento, constataremos que a batalha comporta, separadamente, um domínio estratégico e um domínio tático.

Ao primeiro diremos ser o conjunto dos fatos que se ligam à conduta geral da batalha.

O domínio tático é a execução pura e simples do combate sobre a frente engajada.

Mesmo o aperfeiçoamento do armamento que exerce decisiva influência sobre a tática tem repercussão sobre a estratégia pois ele contribue para a extensão das frentes.

Feito este breve estudo sobre os dois elementos da batalha, procuremos estudar o assunto principal que nos propuzemos.

E' dever de todo chefe constituir uma reserva, proporcional à unidade que comanda e cujo fim pode ser:

- o de substituir ou reforçar as tropas
- o de intervir nos casos imprevistos.

Em qualquer caso, o emprêgo das reservas é o principal meio de que dispõe o chefe para modificar ou restabelecer a economia do seu sistema de fôrças e intervir pessoalmente no combate.

Dos casos acima referidos deduziremos que uma reserva é tática ou é estratégica segundo o modo de agir e o emprêgo que se lhe dê.

Se desde o começo do combate se deixa fóra de fogo a uma parte das fôrças com intenção de usá-las conforme as exigências da ação, teremos o que denominaremos uma RESERVA TÁTICA.

A sua constituição e o seu emprêgo são determinados pelo R. E. C. I. — 2.^a Parte.

A RESERVA ESTRATÉGICA tem sua organização resultante da aplicação da lei da divisão do trabalho. Quando o chefe estuda o campo de batalha adverso, ele concebe seu plano de manobra.

E' em função d'este plano que ele montará seu sistema de reservas, quer para reforçar um ponto importante em perigo de cair, uma vez que não foi preparado convenientemente, quer para lançar um golpe decisivo sobre o inimigo, no momento desejado pelo chefe.

Lancemos, justificando o que dissemos, um olhar sobre algumas campanhas napoleónicas.

I — Em Wagram, Napoleão forja seu utensílio reunindo a massa de ataque de Macdonald com a qual arrasará o centro austriaco.

A retaguarda desta coluna de assalto, ele dispõe ainda de uma reserva, pronta a fazer face ao imprevisto, prevendo o risco da chegada do arquiduque Jean sobre o campo de batalha.

A ação, iniciada às 4 horas, favoreceu aos austriacos e às 8 horas o Grande Cabo de Guerra recebia más notícias de seu centro e de sua esquerda.

Prescreve, então, a Massena — cmt das Divisões da esquerda, fazer frente aos austriacos e a Bernadotte, cmt do Corpo Saxão, no centro, que se conduza sobre Aderklaa.

O movimento de Massena, entretanto, cria um claro na linha de batalha. Napoleão aí coloca sua reserva e ordena a Macdonald que, à retaguarda, organize uma massa de reserva a qual é lançada sobre Sussenbrunn, ao mesmo tempo que Oudinot é lançado sobre Wagram.

As 15 horas, os austriacos batiam em retirada.

II — Em Bautzen, é com a Guarda, o Corpo de Cavalaria de Latour-Mauborg e sessenta peças de artilharia que Napoleão joga à direita dos aliados.

Esta reserva geral, forte, de cerca de 30.000 homens, foi organizada, desde o início da ação, no valado de Busankwitz, onde se ficava perfeitamente desenfiado das vistas.

Hodiernamente, as reservas estratégicas são mais fáceis

de se locomover em virtude do incremento dado à Moto-Mecanização.

A reserva é pois um meio importante que o chefe dispõe para fazer sentir sua ação em tempo oportuno.

Em resumo, poderemos dizer que a ossatura, a composição de um corpo de batalha, depende, essencialmente, do bom senso.

Como se conduz uma unidade no combate?

O "bom senso" exige que ela se esclareça e se cubra. Pouco importa o termo que se aplica, o importante é que se defina precisamente os serviços de informação e de cobertura, achando os meios práticos de execução.

Além da aviação, um grupo tático comprehende, infantaria, cavalaria e artilharia, uma vez que o bom senso exige que as asas, as armas automáticas, os canhões se associem para atingir o fim colimado.

O chefe deve cumprir uma missão na batalha; o bom senso determina que ele possua um elemento na mão e que no momento oportuno ele lance esse elemento para obter o sucesso.

Uma reserva tática tem o seu emprégo determinado pelo princípio de que uma unidade deve ter uma frente tanto mais estreita e uma profundidade tanto maior, quanto mais considerável forem os esforços que ela tiver de dispensar ou de suportar.

Comentários à margem da Guerra

Pelo Capitão HOCHE PULCHERIO

A guerra atual, ato complementar, e, possivelmente, final da de 1914-1918, colocou em choque, novamente, franceses de um lado e alemães de outro. Mas há agora, também em oposição, além dos povos, regimens diferentes — a democracia e o totalitarismo.

Democracia, na qual, segundo seus partidários, existem e sobrelevam o amor à justiça, o respeito à ordem, o direito à liberdade; totalitarismo, no qual o Estado prepondera sobre o individuo em todas as suas atividades, só não influindo de modo direto sobre o pensamento, e que, no momento atual, a crer nos seus dirigentes, é o único regimen viável.

Certo, qualquer seja o regimen, apresentará vantagens e inconvenientes cujas reações serão sentidas pela grande massa sofredora, aquela que busca sempre, improficiamente, nivelar-se às classes mais beneficiadas, às mais bem ariqueadas nas riquezas.

Improficiamente em verdade, porque, do entrechocar tumultuoso das ambições desenfreadas, a resultante é sempre a mesma, isto é, hoje como ontem, amanhã como hoje, as esperanças, as ilusões e os desenganos se entrelaçarão como sempre e, como sempre, um pequenino grupo se sacrificará nas posições de mando... E sendo como é, tão mesquinho o material humano, dêle não é possível aguardar cousa melhor mesmo porque o aprimoramento das suas qualidades morais e espirituais processa-se em regra muito lentamente, retroagindo às vezes, deslocando-se com rapidez em ocasiões raras...

Seja como fôr a História demonstra à saciedade que as instituições se apresentam tanto mais sólidas e estáveis quanto mais ricos os países onde vigoram e que as trans-

formações bruscas, radicais dos sistemas de governo se operam, via de regra, onde a crise impéra, onde a ânsia de melhorar o padrão de vida predomina. E é interessante notar que realizada a mutação vem o desejo de propagá-la a outros povos e êstes, normalmente se esquivam ao contágio.

Advém, por vezes a guerra o supremo argumento e, no fim, vencedores e vencidos, mau grado a própria vontade, cedem à evidência e muitos dos pontos de vista combatidos com ardor num ou noutro dos campos opositos, são aceitos como princípios razoáveis e humanos.

Modifica-se o fácie social e com êle a posição destacada de muitos que são obrigados a abdicar um pouco ou tôdas as suas prerrogativas, prometendo a si mesmos reavê-las tão logo o possam.

Rejubilam-se os oprimidos da véspera; depois, a pouco e pouco, no decorrer do tempo surgem outras castas, outros donos, e, novamente como outrora, no mesmo ritmo, reviverá a agitação decorrente da ânsia incontida de explorar, de uns, e da defesa instintiva de quem, para viver, precisa reagir...

Se a-pesar-de tudo o regimen se estabiliza, ampliam-se as vistos e, também as ambições. Trata-se, então, de obter o predomínio econômico sobre os demais povos. E, como é natural e humano, já há quem esteja de posse do "bocado" e não o quer largar, novas lutas, de maiores repercussões e cuja amplitude varia com o volume da presa em vista.

Esse é o ciclo normal em que desde há séculos vem se debatendo a Humanidade e que, mercê de DEUS perdurará "per omnia!"...

Mas, se em suas linhas gerais o ciclo é o mesmo, variaram os processos — hoje procura-se "vencer para convencer" quando outrora a convicção devia preceder sempre à vitória. Por outro lado, o fator tempo passou a ser considerado de primeira plana. Com efeito, à proporção que os Exércitos tiveram seus efetivos consideravelmente aumentados e que o material complexo, numeroso e de grande eficiê-

cia lhes acrecia o respectivo poderío, verificava-se também a necessidade de abreviar o mais possível a duração das lutas, sorvedouros insaciáveis de vidas, dinheiro e recursos de tôda a natureza.

Além disso, o fator **moral** foi num crescendo vertiginoso à medida que as exigências cada vez maiores das fôrças em luta obrigavam a maioria das populações a contribuir com o seu esfôrço para a vitória.

Essas verdades tornaram-se evidentes, pela primeira vez quando da guerra de **SECESSÃO** em que os norte-americanos sem o sentir, ou antes, premidos pelas circunstâncias puzeram em prática o princípio da Guerra Total de que participam tôdas as fôrças vivas da Nação.

Em consequência, urge a **DECISÃO** que os partidos em luta buscam com afan, tanto vale dizer a **Vitória**, donde a preocupação dos Estados Maiores em traçar planos de campanha lógicos e simples e de desenvolvimento rápido. Nem sempre porém as esperanças depositadas em planos cuidadosamente estabelecidos se realizam pois que fatores diversos a isso se opõe — incompreensão de chefes na aplicação desses planos, realização imperfeita dos mesmos por deficiencia dos executantes, avaliação errônea do valor moral, espiritual e combativo do adversário — considerado como cidadão e como soldado, etc., etc.

Surgem então as complicações resultantes — escassez de víveres, de munições, de matéria prima; redução em proporções alarmantes dos efetivos impiedosamente ceifados pelos terríveis engenhos de guerra modernos...

Sob a ação desmoralizadora desses diferentes fatores — miséria, fome e abatimento moral consequente — as populações, desvanecida a febre dos primeiros entusiasmos e das esperanças iniciais, e já sob o torpôr resultante das desilusões, reagem silenciosamente, passivamente, com um único objetivo, o de pôr fim a tragédia.

Criam destarte ao lado da grande tragédia do front, uma outra — a da retaguarda. E ela cresce e se avoluma dia a dia; tudo lhe serve de estímulo, de ponto de apôio — o au-

mento do número de mortos; dos trens transportes de feridos; as restrições cada vez maiores nas rações, nos artigos de primeira necessidade, nos combustíveis; o conhecimento cada dia mais generalizado dos horrores da vida nas trincheiras.

Sentimentalistas e derrotistas dão-se os braços... E um dia, diante da incapacidade dos militares em "decidir", os políticos readquirem a posição perdida e iniciam a campanha pela Paz, uns por convicção, outros a sôlido do dinheiro estrangeiro... Nos Parlamentos, na imprensa, nas ruas, sente-se, respira-se o ambiente empestado pelos manejos sutis, pelas traições as mais abjetas, pelos aviltamentos os mais nefandos...

Nessas ocasiões, sómente a energia moral de um predestinado pode fazer frente à onda avassaladora de covardia e de lama...

A guerra mundial apresentou no seu desenvolvimento uma série de ensinamentos em setores vários — no militar, econômico, moral, psicológico, etc.

E não pode haver dúvida de que os povos diretamente engajados na luta foram os que maiores benefícios recolheram de suas próprias experiências tendo em vista a conduta da guerra futura, a de após Versailles.

Veiu ela vinte anos depois... Pela lógica, franceses e ingleses deveriam estar, pelo menos, em condições equivalentes aos alemães, pois que êstes, sob o guante do tratado referido tinham possibilidades infinitamente menores. vieram porém os fatos. E, na sua singeleza, demonstraram, até o presente momento, que os germânicos tinham aproveitado melhor o tempo e os ensinamentos... A que atribuir êsse desfecho, tão surpreendente quanto inesperado? E' cedo ainda, sem dúvida, para que sejam tiradas ilações de caráter definitivo; contudo, elas poderão ser esboçadas em traços largos.

Quando a Alemanha solicitou o armistício em 11 de Novembro de 1940, sucedeu, no âmbito das populações dos países aliados, à nevrose da angústia de 4 anos de horrores,

a doce e suave perspectiva da Paz, obtida à custa de tão ingentes sacrifícios!

Um delírio coletivo se apossou das multidões — ria-se, dansava-se e folgava-se nas casas, nos jardins, nas ruas... Confraternizavam amigos e inimigos...

Enquanto isso, no campo oposto, uma perspectiva mais sombria ainda que a da guerra, se antolhava ao povo — depois da miséria e da fome, o ajuste de contas inevitável, a apuração das responsabilidades do deflagrar da tragédia, ponto até então controvertido mas que agora, certo, se apuraria, a ocupação do território nacional por forças estrangeiras (cousa que durante a campanha não acontecera), tudo isso, ao envez das esperanças, das ilusões por tanto tempo alimentadas...

Firmou-se o tratado. Era, numa palavra, a Lei, a Vontade do Vencedor... E a lei do mais forte não se discute, não se pode discutir, a não ser que se tenha a alma cándida e ingênuá de um poeta...

Mas, se as exteriorizações dos protestos não são viáveis, nem por isso, deixa de viver, de explodir em toda a grandeza de sua plenitude, a alma da Raça que só se curva aparentemente, mas que na realidade ruge e se impacienta pela hora da desforra... E' a Revanche dos franceses, tão cuidadosa, tão bem feita que todos os países de origem latina a ela se associavam, pelo pensamento; é o admirável e quasi milagroso ressurgir da ALEMANHA, em vinte anos e cujo vigor e amplitude assombraram o mundo!

Os vencedores porém, não se lembram em regra dessa grande força mística e também se esquecem das agruras por que passaram, dos perigos dominados, das falhas cometidas, dos revezes suportados... A opinião geral se deixa contaminar pelo contágio, e, breve, todos vêm apenas o objetivo imediato: a Vitória obtida e suas consequências diretas e benéficas.

Quanto aos vencidos, êstes, esmiuçam com vagares de dissecação os desacertos e as falhas havidas durante a luta, indo muitas vezes ao cômulo de se acusarem de maior nú-

mero de êrros e deficiências que os cometidos e as verificadas... E no silêncio dos gabinetes e na vetustez dos laboratórios, técnicos e especialistas em todos os ramos da ciência humana se dedicam porfiadamente na solução de problemas de capital interesse para a reação que pode tardar, mas virá um dia.

Eis porque francêses e inglêses, embriagados por um triunfo, cujas causas determinantes desconheceram ou fingiram ignorar, deixaram-se surpreender lamentavelmente, dando ao mundo uma penosa impressão de imprevidência.

Essa a razão pela qual os alemães se apresentaram tão bem preparados para a luta, em cujo desenrolar se tem verificado que, se a concepção de novos processos de combate foi perfeita, a execução dos mesmos nada tem deixado a desejar.

Releva notar que os inglêses sofreram ainda a ação impatriótica dos governos trabalhistas de após guerra, a obsessão da Home Fleet predominando sobre as cogitações relativas à Aviação e ao Exército (particularmente a questão da motorização), e a inefável tranquilidade obliterante dos que, bem instalados, desconhecem a situação de penúria ou de miséria dos demais...

Quanto à FRANÇA, forçada demograficamente a adotar uma política militar defensiva; dividida, enfraquecida pela política; com um Leon Blum a arrazar-lhe a estrutura moral e espiritual; com o comunismo a destruir-lhe a secular e tradicional unidade da Raça, tantas vezes vitoriosa quando posta à prova; e atribuindo à linha MAGINOT importância militar maior que a presumível, já estava falida, vencida, antes mesmo do inicio da guerra.

A tarefa dos alemães foi destarte grandemente facilitada pelos próprios adversários.

Que inferência tirar dêste rápido estudo? Ingêses e francêses podem inculpar ao regimen a causa de seus fracassos e insucessos?

Podem os alemães atribuir suas vitórias à excelência do nazismo como forma de governo?

A resposta, parece, deve ser negativa. Com efeito, os alemães, vencidos em 1918, sofrendo as consequências desastrosas da luta e da derrota, não poderiam deixar de pensar na desforra e agiriam, certo, nesse sentido, "fosse qual fosse o sistema de governo adotado", mesmo porque os exemplos de GNEISENAU e SCHARNHORST ainda hoje perduram na ALEMANHA.

Por outro lado, o colapso da FRANÇA deve ser levado a conta de fatores vários, independentes da natureza do regimen vigente, tanto que, de sua parte, a INGLATERRA, também democrática, está reagindo brilhantemente às investidas inimigas embora a custo de muitas improvisações e graças, "as ever", ao seu grande e poderoso aliado — o mar.

Dest'arte, e em síntese, pode-se dizer que, no totalitarismo há mais coordenação pois todas as energias convergem num sentido único, ao passo que nas democracias as forças divergem, há menor conjugação de esforços, donde a resultante apresenta, em regra, índice inferior ao desejado.

Mas, não é menos verdade que sem unidade de Raça, sem cultura, inteligência, disciplina e epírito de sacrifício não há regimen que assegure vitórias.

Se assim fosse, ATENAS já estaria em mãos dos fascistas e a RUSSIA dos Soviets já teriam dominado o Mundo.

De qualquer forma, porém, é indubitável que nunca, como agora, estiveram tão periclitantes os destinos dos povos.

Contudo — seja qual for a duração da guerra, sejam quais forem os seus vencedores — sente-se instintivamente, por assim dizer, o advento próximo de uma nova era e que nela, por sem dúvida, transformações radicais serão feitas na estrutura da sociedade.

Nem democracia, nem totalitarismo, mas, qualquer cousa de novo em que deveres e direitos se irmanem judiciosamente para a maior glória dos indivíduos e maior proveito das respectivas Pátrias e pós, em última análise, da Humanidade.

O que é necessário:

- **SER FORTE.** — A nação que não está pronta a morrer pelas suas liberdades, perdê-las-á.
- **AGIR DEPRESSA.** — Dez mil aviões construídos em tempo útil valem mais que cinqüenta mil depois da batalha.
- **DIRIGIR A OPINIÃO.** — Um chefe conduz, não segue os outros homens.
- **MANTER A UNIDADE DO PAÍS.** — Os partidos são passageiros a bordo de um navio: se o fazem sossobrar, todos perecerão.
- **PROTEGER A OPINIÃO PÚBLICA CONTRA OS INTERESSSES DOS GOVERNOS ESTRANGEIROS.** — Defender idéias é legítimo; aceitar dinheiro estrangeiro para defendê-las é um crime.
- **PUNIR IMEDIATAMENTE QUALQUER VIOLENCIA ILÍCITA.** — A provocação à violência é um crime.
- **PROTEGER A JUVENTUDE CONTRA QUALQUER ENSINO CAPAZ DE ENFRAQUECER A UNIDADE DO PAÍS.** — Um Estado que não tenta preaver-se a si mesmo comete verdadeiro suicídio.
- **EXIGIR DOS QUE GOVERNAM UMA VIDA PURA.** — Todo vício expõe o dirigente aos golpes do inimigo.
- **CRER APAIXONADAMENTE NAS IDEIAS E NO MODO DE VIDA PELOS QUAIS NOS BATEMOS.** — E' a fé que cria os exércitos, e até as armas. A liberdade merece ser servida com mais paixão que a tirania.

Do livro "Tragédia na França", de André Maurois.



Curso de Preparação para admissão à Escola de Estado Maior

SOCIOLOGIA

**Pelo Cap.
ANTONIO MARTINS DE ALMEIDA**

Este trabalho, realizado em sala, sob a premência do tempo, tem características diferentes das que publicamos anteriormente, todos elas realizados em domicílio.

A solução do Cap. Martins de Almeida é apresentada "ao natural", isto é, tal qual foi entregue ao professor.

Aliás, teve menção distinta, entre as melhores.

Gracas, portanto, à boa vontade e ao espirito de cooperação dos nossos camaradas que terminaram o Curso de Preparação é que podemos apresentar aos nossos leitores mais uma solução dada às questões do aludido Curso.

Prosseguiremos.

1.º TRABALHO EM SALA

Tempo concedido — 3 hs. 45

A — Em certa região do sul do Brasil (Estado do Paraná) localizou-se uma colônia agrícola composta de **80** famílias polonesas, **100** famílias japonesas, **50** famílias brasileiras e **70** famílias alemãs.

B — Quinze (15) anos depois, deseja-se saber a amalgamação e assimilação desse grupo, e para isso pede-se a organização de um plano de estudo.

No plano a ser organizado, os senhores alunos devem ter em vista não só conhecer a fusão das várias etnias contidas na colônia, como a sua assimilação ao ambiente nacional.

OBSERVAÇÃO:

Os alunos devem se limitar, por uma questão de tempo, aos subsídios que lhes foram fornecidos para o presente trabalho.

SOLUÇÃO

O exame dos dados da questão proposta, nos permite verificar que se trata de uma colônia formada por elementos de etnias diferentes e estas por sua vez são originárias de raças diversas.

Foram reunidas famílias na seguinte percentagem:

Japonesas	33,34 %
Polonesas	26,66 %
Alemães	23,24 %
Brasileiras	16,66 %

Quinze anos após desejamos conhecer o estado de fusão e o grau de assimilação das diferentes etnias.

Quanto à fusão, antecipadamente sabemos que devemos procurá-la entre os próprios emigrantes e brasileiros postos inicialmente em presença, porque dentro dêste curto período de 15 anos, os descendentes dos colonos nascidos no Brasil (ou após a formação da colônia) ainda não atingiram a idade para contrafrem núpcias.

Para o conhecimento da amalgamação e portanto os coeficientes de homogeneidade e de fusão que nos darão um índice de fusibilidade, não poderemos basear o nosso plano no número de famílias e sim, a nossa investigação deverá ser feita sobre os descendentes de cada família.

O sexo e a idade dêstes descendentes nos interessa sobre tudo, pois sabemos de antemão que os filhos dos colonos que vieram com menos de 6 anos de idade e as filhas com menos de 3 anos, não atingiram a idade para os casamentos normais.

Assim a nossa investigação versaria sobre a busca dos dados seguintes:

Número de filhos, filhas de cada família e respectivas idades com que entraram na colônia.

Número de casamentos realizados, especificadas as etnias dos nubentes.

Separado o número de pessoas em condições de contrarem núpcias por etnia, calculada a percentagem para cada etnia estaremos em condições de comparar êstes dados com os que forem fornecidos pelos casamentos realizados dentro de cada etnia e entre elementos de etnia diferentes.

Esta comparação nos fornecerá as proporções desejadas para concluirmos alguma cousa sobre o grau de fusão.

Quanto à assimilação o grau de fusão poderá nos fornecer um elemento.

E' ainda sobre os descendentes dos colonos que vamos fixar uma boa parcial das nossas investigações e neste caso principalmente sobre aqueles que vieram em idade escolar.

A administração da colônia ou a municipalidade nos poderá fornecer dados sobre:

Número de escolas nacionais, número de escolas de cada etnia.

Nacionalidade dos professores por escola.

Frequência dos alunos das diferentes etnias nas escolas nacionais e frequência nas outras escolas.

Número de alunos que falam o português grupados por etnia.

Idem quanto aos que não falam.

Religião dos alunos grupados por etnias.

Conversões para outras religiões.

Média de idade da matrícula por etnia.

Estado de adiantamento com que os alunos das diferentes etnias deixam o curso.

Formas de divertimentos usuais, por etnia na presença dos professores.

Idem fóra das vistas dos professores
Ocupações fóra das horas escolares.

Estes dados se possível seriam conseguidos para cada ano desde o início da colônia.

Quanto aos colonos de um modo geral interessaria ao nosso inquérito:

Dados estatísticos fornecidos pela administração ou pela prefeitura.

Produção anual — valor, diferentes produtos, onde foram vendidos, a quem se possível.

Importação de artigos — valor, espécie e onde foram adquiridos e de quem se possível.

Sociedades existentes.

Igrejas ou cultos existentes — frequência por etnia.

Locais de divertimentos procurados pelos colonos.

Número de colonos que falam o português por etnia.

Jornais e cartas vindas do estrangeiro, nação de origem.

Cooperativas existentes, associações a que estejam filiados os colonos.

Aos colonos chefes de família seria dado para informar um interrogatório do qual constaria as seguintes perguntas:

Nome, sexo, idade, religião. Fala o português?

E outras línguas, quais? Trabalho a que se dedica?

Sabe ler e escrever?

Quantos filhos e filhas? Nome e idade de cada um?
Religião?

Quantos filhos casados — nacionalidade das mulheres.

Quantas filhas casadas — nacionalidade dos maridos.

Onde residem seus filhos? E sua profissão?

Onde residem seus pais?

Quais os produtos que cultiva?

Utiliza o arado, a enxada, faz queimadas?

Normalmente o que compra?

De quem compra?

A quem vende os seus produtos?
 Quais os produtos que vende?
 Pertence a alguma associação cooperativa?
 Pertence a alguma associação benéfica?
 Pertence a alguma associação recreativa?
 Costuma sair da colônia? A passeio? Viagem?
 Quais os divertimentos que prefere?
 Os seus filhos quais os divertimentos que preferem?
 Praticam eles algum esporte? Qual?
 De que consta a sua alimentação?
 Recebe revistas? Qual a nacionalidade?
 Faz visitas? A quem?
 Frequenta algum culto religioso? Qual?
 Recebe jornais, cartas, revistas? De onde?
 Escreve sempre? Para quem e para onde?
 Pretende voltar para sua terra?
 Qual a carreira que deseja para o seu filho?
 O que deseja ou o que precisa para fazer prosperar o seu sítio?

Alem das investigações feitas nas escolas, administração, prefeitura, e com os colonos, seria necessário entrevisitas, visitas e observações locais da vida da colônia nas diversas fases, isto é durante o trabalho, à noite, em dias feriados, nos domingos ou dias de festas. Nos dias de plantio, durante a colheita, etc.

Estes são os dados que nos parecem mais importantes para julgarmos o grau de assimilação em relação ao meio nacional. A localização da colônia, os meios de comunicação e de transporte, as povoações ou colônias vizinhas, segundo a densidade de população nacional ou de etnias diferentes terão uma influência capital para a assimilação.

O isolamento ou insulamento, a proximidade de colônias ou localidades povoadas por elementos de etnia idênticas, a proximidade de colônias ou povoações exclusivamente brasileiras atuarão de maneira diferente.

ORAÇÕES NOTÁVEIS

Cel. RENATO BAPTISTA NUNES
Ten. Cel. MARIO TRAVASSOS

Oração proferida pelo Cel. Renato Batista Nunes, comandante da Escola de Estado Maior, na cerimônia de entrega de diplomas aos Oficiais que terminaram o Curso de Estado Maior no ano de 1940:

Senhores.

Dentre as conquistas que enriquecem o patrimônio moral desta Escola e consolidam o prestígio de que sua própria finalidade já a cercou, ressalta, sem dúvida, essa honrosa, expressiva e sistemática assistência do Chefe Supremo das Forças Armadas da Nação, à solenidade que encerra os trabalhos do ano letivo, com a entrega do diploma aos oficiais que concluem o curso de estado maior.

Quando ao término dessa campanha intelectual, sem tréguas nem diversões, que enche as horas de todos os dias, os dias de todo o ano, e no evolver da qual, não se sabe que mais exaltar, se a dedicação sem pausas nem esmorecimentos com que os instrutores se lançam à sua árdua e discreta missão, se o espírito de sacrifício de seus instruendos, devotados, entregues integralmente e sem murmurações ao duro labor escolar, é reconfortante sentir, Sr. Presidente, que o Chefe está atento, que segue, observa e préza quantos se esforçam e sabem colocar entre os mais sagrados deveres do militar, o de sua preparação profissional para a guerra.

O contacto direto, pessoal, de Chefes e comandados desenvolve e consolida a solidariedade moral imposta pelo dever, mas êsses élos morais se tornam indestrutíveis quando se realiza a aliança estreita de cérebros e corações, condição essencial de toda ação decisiva.

Este que vivemos, Senhores, é um dos momentos singulares em que a união, consciente mas sem restrições, em torno dos Chefes constitui condição de vida ou de morte para as coletividades organizadas.

O fragor horrendo da destruição organizada, os embates que fazem estremecer em seus fundamentos, conquistas materiais e espirituais que se julgavam definitivamente consolidadas, devem acordar para a luta, em todos os setores das atividades e dos conhecimentos humanos as energias adormecidas ou latentes dos que viveram sob a cúpola de um céo maravilhosamente azul, e sonharam em berço esplêndido, embalados pelas carícias de um clima eternamente primaveril.

Não é ainda, o brado de alerta para a luta nos campos de batalha. São as fôrças vivas de uma nação que devem despertar, aos chamamentos avisados do Chefe: não basta que sua voz ecoe pelas vastidões do país; ela deve penetrar o recesso das conciências e das inteligências criadoras, para que na base de tôdas as realizações, das mais modestas às mais grandiosas se encontre sempre e espontâneamente o propósito deliberado de contribuir para a segurança nacional.

Não basta aceitar que os responsáveis pelos destinos de um povo, despertem, coordenem e dirijam as fôrças vivas da nação; mais do que dirigir, é necessário **Comandá-las**. As vitórias pacíficas ou guerreiras, não se conquistam ao sabor das circunstâncias, mas se constroem, como os monumentos.

O ESFORÇO INTEGRAL

E' quasi teórica, a distinção entre soldado e civil. Se ao primeiro cabe julgar o último ato do drama, colher os louros do triunfo ou sofrer a sanção implacável dos êrros ou imprevidências de que não é responsável, ao soldado do tempo de paz, cabe forjar e alimentar o instrumento de guerra. Se ao soldado cumpre morrer com honra, a todos cabe o dever mais proveitoso de viver para a Pátria.

Combatente é hoje todo aquele que coopera para a destruição do adversário, e é esta noção que explica e justifica a deshumana mas necessária destruição dos centros vitais de um país, sem distinguir usinas e residências, porque as máquinas destroçadas podem reconstituir-se em dias, mas o operário e as inteligências operantes custam 20 anos de formação.

Na preparação moral para a guerra é preciso que a mente humana se conforme em aceitar essas verdades cruéis e sem remédio, porque não se pode regulamentar um cataclismo, e a guerra é um cataclismo, — porque amoral não são os processos de guerra, mas a própria guerra. Só o temor à represália reprime as atrocidades.

Longe vai o tempo em que superioridade numérica ou manobreira das forças em presença podiam decidir, na sorte de uma batalha, os destinos de um povo. Por certo, o esmagamento das forças inimigas é ainda a condição essencial da vitória definitiva, mas a massa que esmaga tem de ser impulsionada pelo braço possante de um sistema econômico-industrial tão sólido quanto flexível e bem articulado.

Ação é força, força integral, material e moral, é a idéia objetiva impulsionada pela vontade; realizamos, pela comunhão das vontades, a força integral de que somos as componentes; determinar a direção e o ponto de aplicação das energias integradas é a mais alta prerrogativa do Chefe responsável pelos destinos de uma nacionalidade.

Não se contesta a primazia das forças morais; elas são o liame que enfeixa todas as outras, mas, embora superando-as, não as substituem.

“Não se luta com homens contra material”, dizia Foch.

A PREPARAÇÃO PARA A LUTA

O progresso contínuo das ciências e das indústrias abre novas possibilidades aos processos de guerra e aos processos de combate, mas não pode mudar o coração do homem.

E' certo que a educação da vontade aumenta a capacidade de resistência moral, porque “a coragem é o domínio da vontade sobre o instinto”. Mas o homem, disse o profundo pensador militar — Ardant du Pic —, só é capaz de uma quantidade dada de terror, e só uma força pode contrapor-se ao terror: — a organização. Por organização deve entender-se tudo quanto respeita à preparação integral para a guerra — preparação moral, preparação profissional, preparação material.

Cabe-nos agir nos domínios da preparação profissional; e na base desse imenso problema está a formação de uma hierarquia intelectual, que é a verdadeira expressão da hierarquia dos comandos.

Organizar a máquina de guerra, conceber as modalidades de seu emprêgo, dirigir a execução, é o triplice papel do Chefe, e dêle exige saber profissional sistematizado e profundo. Não é possível criar um organismo sem possuir a idéia nítida e perfeita de sua finalidade, que tudo condicional, nem conceber a manobra e dirigir a execução quando não se tem o conhecimento integral das diferentes modalidades de ação.

Encontram-se nesta sala, Senhores, duas turmas de oficiais uma que inicia sua preparação superior e outra que a aperfeiçoou.

Por esta falará dentro em pouco um de seus representantes. Antes de dirigir-me à primeira, devo abrir um parêntesis para assinalar um fato.

VISÃO RETROSPECTIVA

Completam-se agora 21 anos de ininterrupto labor em prol da instrução superior nesta Escola: — é justo o momento de aludir aqui à conjugação de esforços, à íntima e perfeita cooperação que durante tantos anos se processou entre oficiais franceses e brasileiros, unidos na mais estreita comunhão de ideais em prol da instrução.

Iniciou o ciclo da Missão Militar Francesa, Gamelin, com Derougeuront, os fundadores desta Escola, e de uma nova era de estudos profissionais. Encerrou o ciclo, com chave de ouro, a forte personalidade de Sua Ex. o Sr. General De Lavallade.

Mestre insigne, mentalidade aprimorada, espírito de soldado, somos todos testemunhas de seu devotamento, da firmeza de honestidade de seus propósitos, do interesse contínuo e extremo com que desempenhou sua alta e difícil missão de tornar acessível a tôdas as inteligências os altos e complexos problemas da guerra. Sua última e mais expressiva lição, como bem o assinalou em seu discurso de despe-

dida um oficial do Curso de Alto Comando, foi a de admirável firmeza de ânimo, de absoluta serenidade que só é capaz um lídimo representante dêsse inquebrantável espírito francês, grande na glória e maior ainda na adversidade.

E', pois, em suas honradas mãos que depômos todo o nosso profundo e emocionado reconhecimento a todos quantos conosco trabalharam nesta casa, e que, de mestres, se transformaram em amigos.

A EXPERIÊNCIA DO PASSADO E AS LIÇÕES DO PRESENTE

Camaradas que vindes de terminar o curso de estado-maior:

O mundo acaba de assistir o fim teatral e inesperado dos primeiros átos de um drama de guerra, sobre o qual ainda não caiu o pano. Quais as causas do êxito rápido e decisivo? Novos princípios, nova doutrina de guerra? Falências de ensinamentos do passado, de tudo quanto aprendemos?

Responderemos dentro em pouco essas impressionantes interrogações.

Em duas memoráveis conferências, que precisam ser relidas e meditadas, sobre a doutrina de guerra e processos de combate, o General Gamelin, depois de analizar a evolução dos meios e processos de guerra através da História, concluía que doutrina não é a compilação de princípios, regras ou normas para ganhar vitórias em todas as circunstâncias, porque não há fórmulas que se adaptem à variabilidade incessante dos termos de cada problema particular, nem esquemas que dispensem de raciocinar. Que por doutrina se deve entender a maneira comum de pensar e agir em todas as circunstâncias, de encarar sempre sob o mesmo ângulo os problemas de guerra, para que as iniciativas se exerçam rapidamente e com acerto e as ações convirjam sempre para a realização do objetivo comum. Que a doutrina, "decorrendo da própria essência da guerra pode ser comum a todos os exércitos, como a Verdade, o Belo e o Bem são o domínio comum da humanidade".

Mas, para que ela possa ter esse caráter de permanência e de generalidade, deve assentar sobre bases igualmente gerais e permanentes, que são:

- uma concepção de guerra — luta entre duas vontades, da qual triunfa a mais forte;
- um método de raciocínio, processo mental de análises e sínteses parciais que se integram na "decisão" procurada, e, finalmente,
- um princípio geral, que engloba todos os demais, tudo quanto é da essência mesmo da guerra: o princípio da economia de fôrças.

Com efeito, senhores, quando se sabe o que se quer fazer — missão a cumprir, — quando se avaliou "o que pode fazer o inimigo para impedir a realização de nossa vontade", quando se utilizaram e repartiram os meios necessários para "realizar essa vontade a despeito do inimigo", quando os térmos do raciocínio nem excluem as iniciativas nem esquecem a "diversidade de processos, variáveis com os costumes, os climas e o terreno", que importa se a infantaria se desloca a 4, 40 ou 400 kms. por hora se o motor são as pernas, os autos ou o avião? Que importa se os canhões atiram seus obuzes a 6, 20 ou a centenas de kms. quando lançados por aviões? Que importa se, rompida a frente inimiga, a desarticulação de seu sistema de fôrças se processa sobre 8 ou 10 kms. de profundidade, ou a dezenas e centenas de kms. se se dispõem de unidades mecanizadas para tanto? Se a infantaria que ataca é apoiada pelo canhão, ou se são as bombas de avião que apoiam o avanço dos carros?

Não entram êsses dados, e outros, nos térmos do raciocínio quando se procura definir uma situação, as possibilidades de ação próprias e as do adversário?

O que importa, e isto sim, é **essencial**, é não menosprezar ou desconhecer tais possibilidades de ação do adversário, nem ir à guerra com uma inferioridade original de meios ou de organização, por que êsses são dois caminhos certos para a derrota.

Mas é preciso acentuar, a máquina, por si só, nada representa se a instrução e o moral do homem, do soldado ao Comando em Chefe, não lhes permitir tirar dela tudo quanto é suscetível de produzir. Há exemplos na História de que o valor dos quadros e da tropa pode, em certos termos, surpreender uma deficiência de material; jamais, porém, a abundância d'este supriu a insuficiência do comando.

Se a doutrina de guerra, tal como a concebemos, permanece imutável, pelo menos enquanto a técnica e a tática não sugerem, — no campo da estratégia, — novos meios de guerra e novos processos de guerra, — ou no campo da tática, — novos meios e novos processos de combate, também os princípios essenciais da guerra permanecem verdadeiros através dos tempos.

Sua aplicação é que varia segundo as circunstâncias. "Bater o inimigo antes que ele tenha reunido seus meios, ou romper seu dispositivo e batê-lo por partes, — é um princípio cuja origem remonta a mais de 600 anos antes de Cristo. Quando o último Horacio, superior em força a qualquer dos três Curiacios, mas inferior aos três reunidos, simula uma fuga para distanciar entre si seus três perseguidores, e bruscamente se volta para abatê-los sucessivamente, e decidir assim da sorte de um povo, creou instintivamente aquele princípio dos tempos modernos. "Canes", demonstrou como o duplo envolvimento encerra o adversário numa tenaz que o esmagará infalivelmente, e isto se passou a mais de 200 anos antes de nossa era.

Esses exemplos demonstram, mais uma vez, que *nil novi sub sole*".

Então, Senhores, o que o mundo presenciou foram os resultados da mais perfeita aplicação dos eternos princípios e da doutrina de guerra. Foram os resultados de uma guerra magistral e minuciosamente preparada e executada por uma nação que não se preparou **para a guerra**, e sim para uma **determinada guerra**, que é causa muito diferente.

Foi uma preparação tão vasta e gigantesca que fez surgir no campo das ciências econômicas essa nova modalidade.

que chama "economia de guerra", e para cuja realização não basta conhecer o **princípio**, mas dispôr dos meios para executá-la em tôda a sua plenitude.

Isto permitiu dar às operações de guerra um ritmo e uma intensidade até então insuspeitadas, e realizar uma surpresa técnica de duplo aspecto: quantidade e potência de material.

Conclusão:

— Podeis estar tranquilos, meus Camaradas, e eis a conclusão a que queria chegar: — não foram vãos os vossos esforços nem se invalidaram os conhecimentos até agora adquiridos. Não vos ensinaram fórmulas nem esquemas, mas, a pensar, para agir. Continuai portanto na rota iniciada; continuai a acrescentar àquilo que assimilastes, tudo quanto o progresso da técnica aplicada à guerra introduzir na arte de combater. Lêde e meditai a História Militar. Cultivai o espírito, nutri a inteligência, sob a condição de que "a erudição não mate a reflexão e a letra não mate o espírito" como ensinou o Mestre. E, sobretudo, não percais de vista as características e particularidades da terra e do homem, que devem cimentar as bases gerais de nossa doutrina de guerra. Passai, em tôdas as oportunidades, à segunda fase de vossa preparação, que é a aplicação e a difusão dos conhecimentos adquiridos. Aprender é fazer passar do consciente ao sub-consciente, disse-o Le Bon.

Ensinar, é aprender, exercitar-se constantemente, é crear os reflexos, espécie de ação instintiva da inteligência, que é tudo na guerra. Fortalecei incessantemente vossa personalidade. Batei-vos desassombradamente pela idéia elevada e justa, contra os "particularismos" e "personalismos" nocivos aos altos interesses da coletividade; fugi a influência do homem que se contrapõe à idéia; e até de vós mesmos, de vossos interesses pessoais, em favor da idéia, pois a renúncia é ainda uma das mas altas virtudes militares. Acorrai-vos à idéia, porque o nome, passa, o Exército permanece e o Brasil é perpétuo!

Alocução proferida pelo Tenente Coronel MARIO TRAVASSOS a 27 de Dezembro de 1940, após a inauguração da galeria dos Chefes da Missão Militar Francesa na Escola do Estado Maior.

Exmo. Sr. Gen. CHADEBEC DE LAVALADE !

Bem pôde aquilatar V. Excia. — pelo diuturno convívio com oficiais brasileiros de todos os postos e categorias, durante mais de dois anos — do elevado teor de sinceridade desta singela homenagem que a Escola de Estado Maior presta à Missão Militar Francesa, em exercício junto ao Exército Brasileiro, de 1920 a 1940.

Nessas duas décadas de intenso e apaixonado labôr — do General Gamelin à incisiva personalidade de Chefe de V. Excia. é que o Exército Brasileiro se confirmou como instituição armada, essencialmente porque, então, é que se processou a assimilação profunda e generalizada de uma doutrina de guerra.

Esse é, de resto, o grande, o real serviço que a Missão Militar Francesa prestou ao Exército Brasileiro e, todos quantos estiveram ou estejam em condições de apreciar a elaboração dessa longa e custosa operação, não podem deixar de reconhecer o mérito dos altos chefes do Exército Francês, chamados a dirigir seu empolgante desenvolvimento.

A aclimatação da doutrina de guerra francesa ao ambiente sulamericano; a adaptação dos resultados dessa aclimatação às contingências político-sociais, econômicas e industriais do Brasil e sua manifestação através as possibilidades da estrutura militar brasileira — são complexos problemas cujas soluções, procuradas incessantemente, pôde dizer-se que constituem o próprio fundamento da atuação da Missão Militar Francesa no curso das Escolas e junto ao Alto Comando.

Se acaso ainda não temos a nossa estrita doutrina, em verdade tarefa de nossa competência, somos, entretanto detentores de uma doutrina de guerra já adaptada às nossas circunstâncias. Quanto mais meditarmos sobre ela, e nela nos exercitarmos, mais e mais aptos ficaremos para a elaboração da doutrina que estritamente nos convenha, do mesmo modo que à luz dos seus princípios, métodos e processos já podemos julgar das novas fórmas de guerra, reveladas no conflito armado ainda em curso.

Se bem considerar-se que a Escola de Estado Maior foi o silencioso laboratório experimental no qual se caldearam as pesquisas em busca das soluções àqueles complexos problemas, nada mais compreensível do que o preito de justiça e gratidão que, hoje, a Escola de Estado Maior rende à grande obra da M. M. F.

Exmo. Sr. Gen. de Lavalade !

A galeria dos Chefes da Missão Militar Francesa que ora se inaugura nesta Escola, valerá, para as gerações de oficiais que venham a passar por seus cursos, como testemunho de um ciclo decisivo para a organização militar do Brasil.

Cada uma de suas brilhantes figuras provocará associações de idéias a propósito das sucessivas fases desse ciclo e será permanente estímulo ao trabalho profissional e valioso incitamento à eficiência Militar.

Particularmente a figura de V. Excia. — contemporânea de nossas primeiras Manobras de Grandes Unidades — —brilhará com especial destaque neste simbólico planetário das fecundas atividades da Missão Militar Francesa no Brasil.

No próximo número

Orações naturais do

— Cel. J. BAPTISTA MAGALHÃES

— Cel. OROZIMBO MARTINS



Aspectos Marítimos do Problema do Pacífico

Tradução do Cap. MALVINO REIS NETTO

Agora que o problema do Pacífico está atingindo seu ponto culminante, dada a reciproca e constante inquietação nipo-americana, acha-se que seria interessante fazer a tradução do capítulo relativo ao Oceano Pacífico — da recente obra do Cmt. Giuseppe Fioravanzo, da Marinha de Guerra Italiana, intitulada "Basi Navali nel Mondo" — em que o autor estuda em detalhe as possibilidades dos Estados Unidos Japão, Inglaterra e outras potências "pacificas" em face de um conflito no "Grande Oceano".

- 1 — Situação geral e problemas conexos.
- 2 — Bases navais do Pacífico.

I

O espaço, mais do que a força, está destinado a dominar os acontecimentos no Pacífico: a força não pode manifestar-se não consegue vencer o espaço.

O Pacífico pode ser considerado como um trapézio compreendido entre as duas Américas e a Ásia, com uma largura de mais de 10 mil milhas entre o Canal de Panamá e o mar da China e uma altura de mais de 6 mil milhas entre as Ilhas Aleutas e a Nova Zelândia.

Neste trapézio as terras se condensam para o ocidente, crescendo de densidade e de importância à medida que se avança do levante para o poente: a leste da linha Sacalina — ilhas da Sociedade, que é paralela à costa Americana, existe um enorme deserto de água com poucas ilhotas esparsas aqui e acolá e no qual só existe o importante grupo

das ilhas de Hawaí, a 2100 milhas de S. Francisco, 4700 de Panamá, 3400 do Japão e 4800 do Centro do sistema australiano.

E' a Geografia que diz, portanto, que sómente a parte ocidental do Pacífico pode tornar-se teatro de guerra, uma vez que no deserto de água oriental faltarão às forças, os pontos de reabastecimentos.

Diz-se ainda que (como no Atlântico) nenhuma operação bélica é concebível sem a Marinha, a quem cabe não só a missão de combatente que lhe é própria, mas, também, a de transportar forças terrestres e aéreas para onde seu concurso às operações seja considerado indispensável.

Nenhum dos países interessados no equilíbrio político no Pacífico tem entretanto, fronteiras terrestres comuns: Rússia, Japão, Estados Unidos, Império Britânico, França, Holanda, e Portugal se protegem através zonas de oceano mais ou menos ampla.

A atual situação político-territorial do Grande Oceano é o resultado dos acontecimentos dos últimos 150 anos, isto é, desde quando o Pacífico entrou verdadeiramente na história.

As posições que as várias Nações ocupam podem ser assim esquematizadas:

a) Os Estados Unidos exercem **virtualmente** seu domínio sobre uma área triangular compreendendo os 3/4 do Pacífico Norte e tendo o vértice ocidental, por nove anos ainda (1), nas Filipinas: para o Sul se extendem além do triângulo, até Samoa.

Em tal triângulo possuem os postos avançados insulares de Dutch Harbour (Aleutas), Pearl Harbour (Hawaí), Midway, Wake, Manilha e Cavite (Filipinas): muito afastados para poderem facilmente transformar o domínio virtual das águas em controle real.

b) O Japão está todo reunido na parte norte-ocidental, com possessões insulares na Sacalina meridional, Kuri-

(1) A partir de 1946 as Filipinas tornar-se-ão Independentes.

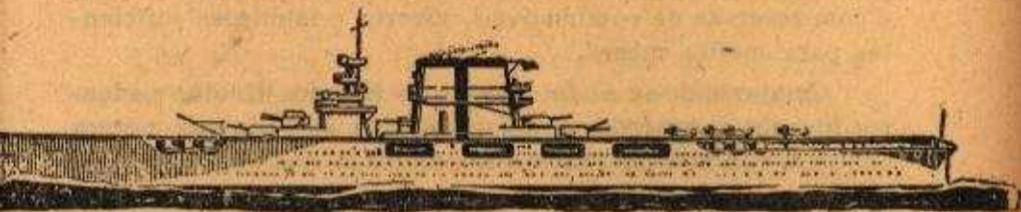
las, Formosa, Bonia, Marianas, Marshall, Carolinas, Palau e com uma faixa continental que partindo da Coréia e do Mandchu-Kuo se vai consolidando e extendendo sempre mais para o Sul.

c) A Inglaterra domina a parte sul-occidental com os Domínios da Austrália e da Nova Zelândia, de onde se irradia para o norte até Hong-Kong, com pontos intermediários no Arquipélago Malásio e para Leste até o meridiano 120° W Greenwich, através uma série de possessões insulares no grande sistema de arquipélagos da Polinésia.

Ao nordeste do Pacífico apresenta-se com o Canadá e tem em Singapura as chaves da porta de passagem do Pacífico para o Índico.

d) A Holanda se encaixa entre a Ásia e a Austrália com as suas possessões no Arquipélago da Malásia.

e) A França possue a Indo-China no continente Asiático e alguns arquipélagos na Polinésia que interrompem nesta zona a continuidade do domínio britânico.



f) A Rússia debruça-se com sua massa sobre o mar do Japão e atua com a sua insidiosa propaganda nos mares da China.

g) Portugal está representado pela parte oriental da ilha de Timor, de nenhum valor militar.

h) Os países da América do Sul limitam a Leste o Pacífico meridional mas só podem exercer uma influência indireta sobre seus destinos, visto serem muito fracos e estarem muito afastados de seus centros vitais. (Vê Carta).

Examinando-se esta, nota-se logo que a área japonesa se encaixa na Americana perturbando sua integridade e erigindo-se como que uma gigantesca muralha entre a Amé-

rica do Norte e a Ásia. Em particular, as Filipinas se acham situadas fóra do sistema de possessões americanas no Pacífico e Guam está cercada de ilhas japonesas.

Em tal situação a defesa das Filipinas contra uma eventual agressão japonesa é muito difícil. Se a fróta dos Estados Unidos não se tiver já deslocado (o que não é de esperar), deverá dirigir-se para Guam que dista das Filipinas mais do dôbro do que Formosa e 200 milhas mais do que Sasebo: não poderá, assim, impedir um desembarque japonês.

De qualquer modo ela deverá atravessar águas perigosas devido aos submarinos e ameaçadas por aviões, uns e outros apoiados nos arquipélagos que circundam Guam e as Filipinas.

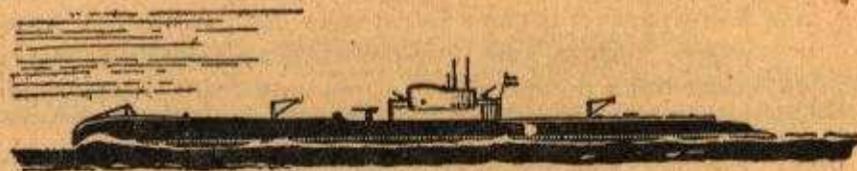
Se isso acontecesse, ela encontraria dificuldade em receber suprimentos dos Estados Unidos e assim deveria cessar logo toda atividade, a menos que nas Filipinas fosse criada uma grande base naval com um importante arsenal e com reservas de combustíveis, víveres e munições suficientes para muitos meses.

Compreende-se assim porque os Estados Unidos podem ser levados a conceder a independência às Filipinas, porém contra a vontade do Partido Republicano que representa no país a idéia imperialista (se é que seja lícito indicar com esta denominação uma concepção política que é essencialmente europeia). O motivo da decisão é sobretudo econômico (preocupações dos produtores de açúcar pela concorrência do das Filipinas, importado isento de impostos aduaneiros, uma vez que as ilhas são americanas, e do Estado da Califórnia pela imigração que não pode ser proibida à súditos americanos), mas é lícito supor também que considerações político-militares influiram para provocar a importante decisão.

Uma possessão afastada e dificilmente defensável, coabitada por uma nação de alta tensão demográfica e animada de um forte instinto de luta, como a japonesa, pode representar uma fraqueza e um perigo para um país como os

Estados Unidos, que não quer ser envolvido em conflitos, mas que deseja conservar, em qualquer ocasião, plena liberdade de atitude.

A situação estratégica já desfavorável aos Estados Unidos, devido à razões geográficas, foi agravada pelo Tratado de Washington, de Fevereiro de 1922, para redução dos armamentos navais, que no artigo 19 estipula, em síntese, que nenhuma nova base naval, nenhuma nova fortificação, nenhum aumento de potencialidade das bases navais existentes em 1922 pode ser levada a efeito em todas as possessões insulares atuais e futuras dos Estados Unidos, Inglaterra e Japão, situadas a Leste de 110º meridiano, com exceção para Hawaí, Austrália e Nova Zelândia.



Uma vez que em 1922 nenhuma ilha do Pacífico, exceto essas 3 últimas, possuia bases navais, em Washington foi, praticamente, decretada a desmilitarização do Grande Oceano durante a vigência do Tratado, que, em seguida à denúncia por parte do Japão, findou em 1936.

Nos últimos anos:

a) Os Estados Unidos aparelharam eficientemente Pearl Harbour, nas ilhas Hawaí; mas é claro que desta base, situada a 3400 milhas do Japão e a 4800 das Filipinas, a frota americana não pode operar eficazmente nos mares do Extremo Oriente. Não se deve esquecer que Hawaí tem quasi metade de sua população de cônjuges constituída por japoneses: o que pode constituir um elemento de insegurança.

b) O Japão não podia executar nenhuma obra de caráter militar nos arquipélagos que possue, mas, por vários indícios, há motivos para acreditar que tenha procedido a numerosos preparativos, aptos a serem utilizados em caso

de guerra, para sustentar a atividade de navios pequenos, de submarinos e esquadrilhas aéreas. (2)

De grande importância política é o fato do Japão, apesar de haver se retirado da Liga das Nações, não ter restituído ao areópago genebrino o mandato sobre as ilhas alemães ao norte do Equador (Marianas, Carolinas, Marshall e Palau) e que tal gesto para com a autoridade da Liga não haja suscitado a menor reação nas margens do Leman. (3)

c) A Inglaterra para proteção de seus interesses capitais no Pacífico possui 2 bases navais — Hong-Kong e Singapura — que flanqueam a linha de operações que do Japão desce até a Austrália, além das bases existentes nos 2 domínios: Austrália e Nova Zelândia. Mas, evidentemente, não é comparável o valor estratégico das 2 primeiras bases com o das últimas, pois que sómente ameaçando o flanco da citada linha de operações, é que uma frota inglesa pode eficazmente impedir quaisquer iniciativas inimigas.

A Inglaterra não pôde modernizar e reforçar a base naval de Hong-Kong, porque está ela situada a levante do meridiano 110° E: ela constitue o posto inglês mais avançado com relação ao Japão (acha-se a 1200 milhas de Sasebo) e assim é evidente que um reforço da base de Hong-Kong só seria efetivado no dia em que a Inglaterra assumisse uma atitude francamente hostil ao Japão.

Por ora ela decidiu sómente crear uma poderosa base naval em Singapura, não sem protestos amigáveis por parte dos japonêses. Mas Singapura, que dista 2400 milhas de

(2) Segundo R. Sandiford em "Os Estados Unidos e o Pacífico" artigo publicado na revista "As Forças Armadas" de 20-IV-1936, "não obstante a proibição de fortificar territórios sob mandato, parece que o Japão preparou diversas bases navais e aéreas: uma em Saipan, nas Marianas a 170 milhas ao Norte de Guam, uma outra em Weleni, nas Carolinas Ocidentais; uma outra em Ujelang, entre as Carolinas e as Marshall; outra em Angaur, nas ilhas Palau, e outras 4 em Kwajalang, Rongelab, Maloelab e Jaluit, respectivamente, situadas a Oeste, Nordeste e Sul das ilhas Marshall.

(3) A Liga das Nações tem sua sede à margem do Lago Leman (Nota do tradutor).

Sasebo, não pode ser considerada senão em função defensiva da Austrália e dos acéssos ao Oceano Índico. E' um direito que todo país tem o de precaver-se defensivamente das surpresas da política, sem que isso suscite suspeitas e provoque protestos. As vozes de alarma japonesas ràpidamente emudeceram.

A transformação de Singapura em base aéro-naval foi decidida em 1921 e iniciada em 1923, depois de um acordo financeiro com a Austrália, Nova Zelândia e Federação dos Estados Malaios. Com a chegada ao poder, em 1924, dos Trabalhistas, os serviços foram suspensos, mas com os Conservadores, guindados novamente ao poder, as obras prosseguiram.



Em Novembro de 1929, o governo — novamente Trabalhista — suspendeu os trabalhos pela 2.ª vez, na expectativa da Conferência de Londres, convocada para completar e ampliar os resultados da Conferência de Washington de 1922. Essa decisão, se bem que ditada pela preocupação política de crear uma atmosfera favorável à iminente Conferência, alem de razões de ordem financeira, suscitou inquietações e críticas especialmente nos Domínios Australianos, os quais ligavam grande importância à base de Singapura para sua defesa.

Finalmente, na Conferência Imperial de Outubro de 1930, foi decidido continuar os trabalhos até a ultimação do programa. Segundo as declarações oficiais do Almirantado Britânico as despesas feitas até 1935, o ano da criação da base de Singapura, subiam a mais de 6.100.000 libras esterlinas, exclusive as despesas necessárias à construção de oficinas aparelhadas para reparação dos navios.

A soma total das despesas pode ser avaliada em cerca de meio bilhão de liras italianas: 3/5 foram cobertos pela

Inglaterra e 2/5 pela Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos.

d) França, Rússia e Holanda, se bem que não estejam ligadas por nenhuma convenção, não têm executado trabalhos que modifiquem de modo apreciável suas posições estratégicas: a Rússia possue a base de Wladivostock, da qual não pode exercer nenhuma ação eficiente no Pacífico, uma vez que se acha em posição "naturalmente" bloqueada pelo Japão; a França possue a base indo-chinesa de Saigon, bem aparelhada e que pode ser considerada como fazendo sistema, sob o ponto de vista puramente estratégico, com Singapura, e pontos de apôio de pouca importância na Nova Caledônia e em Tahiti; a Holanda tem algumas bases em Java, Bornéo, Celebes, a serviço de uma pequena marinha com finalidade defensiva local.

Devemos recordar, dada a sua importância para a estabilidade da situação política — e de reflexo geográfico — estratégico no Pacífico — o Tratado assinado em Washington, em 13 de Dezembro de 1921, entre os Estados Unidos, Império Britânico, França e Japão, em virtude do qual as quatro maiores Potências "pacíficas" acordaram respeitar durante 10 anos, a contar da ratificação (ocorrida em Agosto de 1923), os seus direitos sobre suas possessões e domínios insulares, empenhando-se em eliminar, por vias amigáveis, quaisquer controvérsias referentes a tais direitos e a fazer frente comum contra uma ameaça externa. Em protocolo à parte, asseguraram, também, à Holanda, que seriam respeitados seus direitos sobre suas possessões.

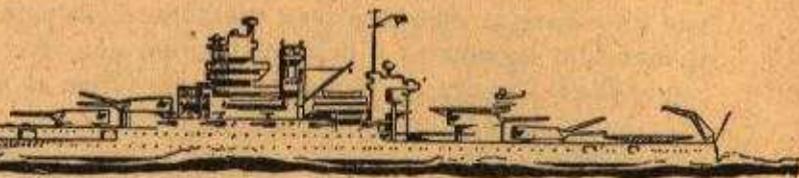
Este tratado, que constitue a base política do sucesso técnico das sucessivas Convenções limitativas das fortificações no Pacífico e dos Armamentos navais, está ainda em vigor, porque, não tendo sido denunciado continua a "produzir seus efeitos", como ficará previsto em uma cláusula especial.

E' importante assinalar que os Estados Unidos, no ato da ratificação, declararam "interpretar o Tratado como não implicando na obrigação de fornecer tropas, nem de contrair

alianças, nem de participar de nenhuma guerra defensiva". Isto está de acordo com a bem conhecida atitude Americana, desde Monroe, de reservar-se inteira liberdade de decisão em todos os setores da política mundial.

Merece uma menção à parte a questão das duas ilhas de Guam e Yap, que constituem duas chaves principais do sistema estratégico do Pacífico.

A ilha de Guam (a mais importante das Marianas e possuidora do bom ancoradouro de Port Apra) foi anexada pelos Estados Unidos em 1898, juntamente com os Filipinas. Distando 3300 milhas de Pearl Harbour e 1500 de Manilha, está ótimamente situada para constituir um posto intermediário de reabastecimento para a frota vinda de Hawaí com a missão de operar nas águas do Extremo Oriente em defesa das Filipinas.



Em 1922 não existiam organizações logísticas (4) e defensivas de valor apreciável, e desde então nada foi feito em Port Apra para melhorar suas condições, em virtude do Tratado de Washington.

Sobre a rota Guam-Filipinas se acha Yap, a mais importante das ilhas Palau, que está em mãos dos japonêsos. Os Estados Unidos obtiveram, como compensação da sua desistência de fortificar Guam (a única ilha sua, ao poente de Hawaí, de uma certa importância, pois Midway e Wake

(4) LOGISTICA — é um termo empregado outrora na França para designar a parte da arte militar relativa às marchas, aos estacionamentos e aos reabastecimentos dos Exércitos.

Na Itália, este termo designa o estudo e a execução das medidas destinadas a permitir aos Exércitos viverem, moverem-se, e combaterem. Designa, mais ou menos, o que na França, no Brasil, etc., denominam os "Serviços", no que diz respeito à sua concepção e execução.

A palavra é empregada quer como substantivo: a Logística; quer como objetivo; aparelho logístico, elemento logístico, etc. (Nota do tradutor).

têm espelhos d'água que não podem ser utilizados por navios de quaisquer deslocamentos) a instituição para Yap de um regime especial que lhe garanta contra surpresas. Assim, em 2 de Fevereiro de 1922, — isto é, cinco dias depois da assinatura do Tratado para redução dos armamentos navais — concluiram com o Japão um Tratado especial sobre Yap, que constitue uma espécie de condomínio nipo-americano sobre a ilha, o qual embora reconhecendo ao Japão o direito de soberania dentro dos limites do Instituto Mandatário, concede aos Estados Unidos e aos seus filhos todos os direitos para exploração e estadia em igualdade de condições com o Estado Japonês e seus súditos. Entre as potências cujas situações estratégicas examinamos a única que alimenta fins inovadores (para não dizer subversores) do estatuto é o Japão. As outras potências têm apenas a intenção de conservar suas posições, melhorando-as sem inovar. O mal-estar econômico e demográfico em que vive o Japão impõe-lhe a procura de uma solução pela força, se não pode achá-la por meio de negociações amigáveis. E' isto o que ele está fazendo. (5)

Por ora tem orientado suas energias para o poente, sobre o território chinês, rompendo de fato aquele equilíbrio de interesses cuja conservação era assegurada desde 1931 pelo Tratado das Nove Potências (Bélgica, China, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão e Portugal).

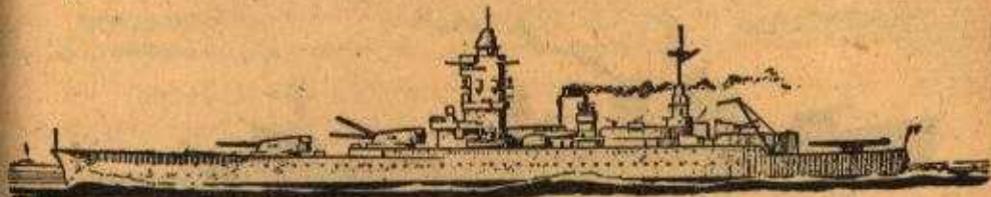
As cláusulas principais desse Tratado, que põe também a Itália, de modo mais direto e imediato do que o da redução dos armamentos navais, em contacto com os graves problemas do Pacífico, podem ser assim resumidas:

— Substituição, pelo princípio da "porta aberta", com livre concorrência econômica, do sistema das zonas de influência econômica, fonte de disputas pela impossibilidade prática de delimitação das zonas, dada a discordância que se verifica entre a geografia e a economia;

(5) Como dissemos este trabalho foi escrito em 1936 e depois disso o Japão, pela força, está procurando conseguir seus intentos. (Nota do tradutor).

- Respeito à integridade territorial da China;
- Obrigação desta de garantir com seus meios a segurança das comunicações ferroviárias;
- Obrigação desta de garantir com seus meios a segurança das comunicações ferroviárias;
- Eventual eliminação gradativa do regime internacional das "Capitulações".

A ação japonesa no continente Asiático não pode certamente ser considerada como estando conforme o espírito destas cláusulas, mas responde à fatal da incedere História no Extremo Oriente, da qual a Europa está ausente por fraqueza oriunda de crônicas discórdias internas, e no qual os Estados Unidos não estão em condições de apoiar com a força, suas grandes possibilidades político-económicas. A rapidez das comunicações marítimas entre o Japão e a China



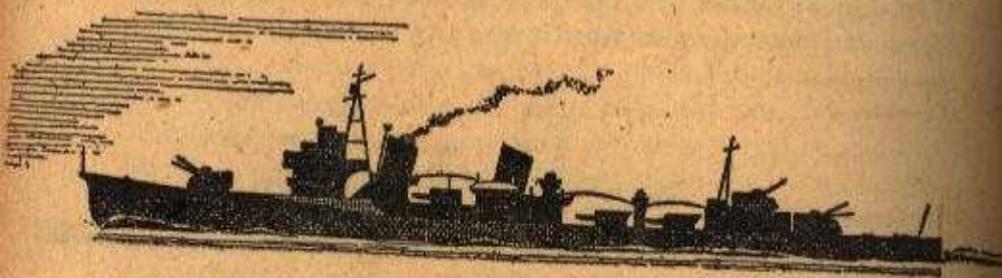
e a sua posição com relação às bases pertencentes às outras nações, simplifica o problema da sua defesa e dá por isso ao Japão a certeza de poder em quaisquer contingências trazer do território chinês as matérias primas que lhe faltarem.

Nesta sua ação o Japão se acha em oposição imediata com a Rússia, a qual aspira, como sempre aspirou, descer para zonas de terras e de mares mais hospitalares e mais livres ao tráfego. Mas não obstante quaisquer aparência em contrário, pode acontecer que a Rússia comunista-revolucionária (mas agora em vias de rever suas utopias sociais) e o Japão monárquico-conservador consigam chegar a um acordo para a repartição das suas zonas de influência na Ásia.

Se isso acontecesse, o Japão poderia encaminhar seu espírito empreendedor com maior segurança para outras direções, em face da necessidade de resolver o problema demo-

gráfico que não pôde encontrar solução adequada na Mandchuria e na China, exploráveis apenas como fontes de máterias primas e mercados de consumo da produção japonesa.

E' sabido que prescindindo de quaisquer declarações oficiais e de quaisquer induções sobre as intenções reais do Japão que são desconhecidas — a política nipônica provoca apreensões em toda a região australásica, a qual oferece amplas possibilidades — principalmente a Austrália — para colocação da crescente população japonesa. O empreendimento de conquista de parte ou de todas as ilhas, das Filipinas para o Sul, seria exequível na atual situação estratégica.

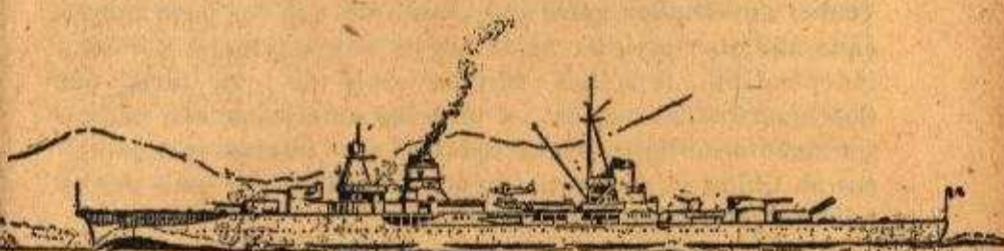


gica-política, uma vez que os Estados Unidos não têm bases de operações ao poente de Hawaí, e a Inglaterra — embora tenha quasi completado o aparelhamento de Singapura — está muito ocupada na Europa para poder concentrar todas as suas forças no Extremo Oriente.

Uma aliança com a Rússia (uma guerra vitoriosa contra esta, levada a efeito antes que as outras potências estivessem em condições de agir e que redundasse em uma conciliação) permitiria oportunamente ao Japão empregar seu Exército fora do continente asiático: este Exército que já estuda esse assunto, tanto quanto a Marinha, (e que também tem mostrado poder influir na política geral do país) porque de sua eficiência e da sua rapidez de mobilizar depende a possibilidade de empregá-lo em quaisquer direções antes que os

adversários possam impedí-lo de obter resultados importantes, sinão imediatamente decisivos. (6)

Dada a sua posição geográfica e a sua situação demográfico-económica o Japão é pois uma potência insular que diferentemente da Inglaterra e dos Estados Unidos (que são uma grande ilha entre dois oceanos) tem necessidade de um Exército forte e sobretudo dinâmico: mas este exército não pode cumprir sua missão sem o apóio de um forte poder marítimo.



Contra os Estados Unidos o Japão não tem nenhum interesse, nem possibilidade de tentar qualquer ação: o seu sistema geográfico-estratégico o coloca admiravelmente a coberto de qualquer iniciativa americana, mas como está todo ele concentrado no Pacífico Ocidental não permite ao seu poder marítimo fazer sentir seu peso fora das águas do Extremo Oriente, podendo, apenas agir sobre Hawaí.

(6) O Exército japonês baseado na conscrição obrigatória em um império de 90 milhões de habitantes não pode ser comparado com os dos Domínios Britânicos que contam apenas com 7 milhões de habitantes e compreendem em pé de paz poucas milícias a longo tempo e limitada a instrução dos homens válidos a pre-militar. É verdade que o Império Britânico poderia lançar mão, para defesa da Austrália, do Exército Indiano, forte em tempo de paz com efetivo superior a 250.000 homens e que pode ser facilmente elevado a mais de um milhão: mas nem todo ele é disponível, visto como uma parte deve permanecer na Índia para manutenção da ordem interna e ainda ser necessária uma laboriosa organização de transportes para ser empregado além-mar. O Exército Americano é também do tipo voluntário a longo prazo e, no caso de uma guerra transpacífica, os Estados Unidos deveriam resolver o problema de transportá-lo por milhares e milhares de milhas para além-mar, em meio a riscos importantíssimos dada a situação geográfica-estratégica. Portanto, a verdadeira defesa da Austrália e da Nova Zelândia deverá ser procurada no seu povoamento, obtido por meio de favorecimento de imigração de indivíduos de raça branca.

Em face dos objetivos prováveis do Japão, que possibilidades operativas se oferecem à América (prescindindo de suas reais intenções que parecem hoje orientados para um progressivo desinteresse das questões Asiáticas de um lado e Européas de outro) — para concentrar-se em um ideal pan-americano, e aos quais nos referiremos sumariamente apenas.

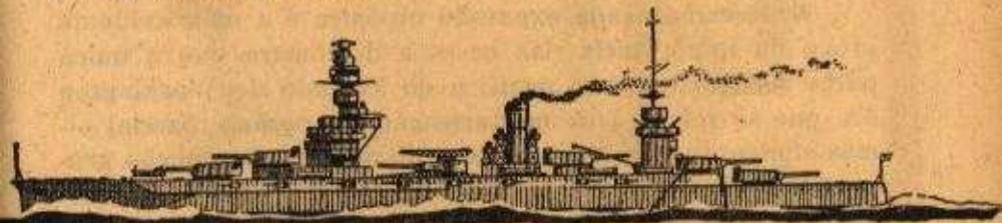
Depois da renúncia à soberania sobre as Filipinas e a declaração pública feita pelo Coronel Teodoro Roosevelt (então governador geral das ilhas) de que "o povo americano não quer arriscar no futuro os seus interesses por uma independente república filipina mais do que faria por quaisquer outras nações", a intensão americana não poderá ser sinão a de impedir que todos os seus interesses econômicos na China sejam praticamente destruídos por uma predominante influência japonesa.

A integridade da China e a "porta aberta" a todas as iniciativas econômicas têm constituido desde 30 anos para cá o eixo da política americana na Ásia (7) e se nestes últimos anos face a ação japonesa os Estados Unidos se têm contentado com protestos platônicos iniciais (1931-1932) e depois acabam por se calar, isto não pode ser considerado como uma renúncia, mas sim como uma atitude prudente

(7) As principais intervenções americanas nas regiões do Extremo Oriente tem sido as seguintes: Pedido expresso que a guerra russo-japonesa não se resolvesse com o desmembramento da China (1904); tomada de posição como intermediária entre a Rússia e o Japão (1905) durante as negociações de paz, que estatuiam o não desmembramento da China; convite às Potências para não intervirem nos negócios chineses durante a revolução de 1911; tomada de posição contra o Japão a propósito das 21 exigências apresentadas à China e que a reduziriam a uma espécie de feudo militar econômico japonês (1915); iniciativa da convocação da "Conferência de Washington" na qual se declara que "as potências signatárias concordam em não aprovar acordos entre os seus súditos, destinados a crear esferas de influência ou a assegurar o gôsio de concessões mútuas exclusivas em determinadas partes do território". O único ato amigável dos Estados Unidos para com o Japão se verificou em 1917, quando, entrando na guerra ao lado da Entente de que fazia parte o Japão, eles concordaram em reconhecer que este tinha interesses especiais na China e principalmente nos territórios limitados com a Coréa e com o Shang-Tung, considerando as relações especiais criadas pela continuidade territorial.

ditada pela sua transitória falta de preparação marítima e pela sua preocupação de não romper relações econômicas com o Império do Sol Nascente, que dão lugar a um movimento de negócios, em média, no valor de 10 bilhões de liras italianas por ano.

Conquanto seja claro, depois do que ficou exposto, que, até que possam aparelhar convenientemente Guam, os Estados Unidos não poderão opôr-se de modo decisivo à expansão japonesa, a sua renúncia às Filipinas faz desaparecer uma provável causa de conflito, porque essas ilhas poderiam constituir um dos objetivos do Japão, mas faz também com que desapareça um outro ponto avançado em posição estratégica melhor ainda do que Guam e de fácil reabastecimento (de acordo com a situação política) pelas vizinhas ilhas de Sonda, ricas de petróleo.



Para a Inglaterra o problema mais vital que se lhe apresenta é constituído pela defesa dos seus Domínios e dos acés-
sos ao Oceano Índico. Singapura desfruta uma posição capaz de cumprir a sua missão de base de operações para ambos os objetivos citados. E uma vez que as possessões Holan-
desas fazem sistema com Singapura, visto Sumatra consti-
tuir uma das margens do estreito de Malaca, a Inglaterra terá grande vantagem se puder contar com pontos de apoio oferecidos pelas colônias Holandesas; o que é provável. A França não tem, no Pacífico, interesses capazes de pro-
vocar um conflito, nem de obrigá-la a intervir. A França é, sobretudo, potência continental européia, e concebeu seu Império Colonial (e as suas alianças) em função das suas ne-
cessidades militares nas frentes continentais. Por isso, suas possessões do Pacífico se achariam em estado de beligerân-

cia sómente em virtude de acontecimentos em outro tabuleiro, ou então, em caso de ameaça direta, não provocada, contra elas. Também razões de solidariedade européia poderiam levá-la a intervir, servindo-se da Indo-China como base de operações.

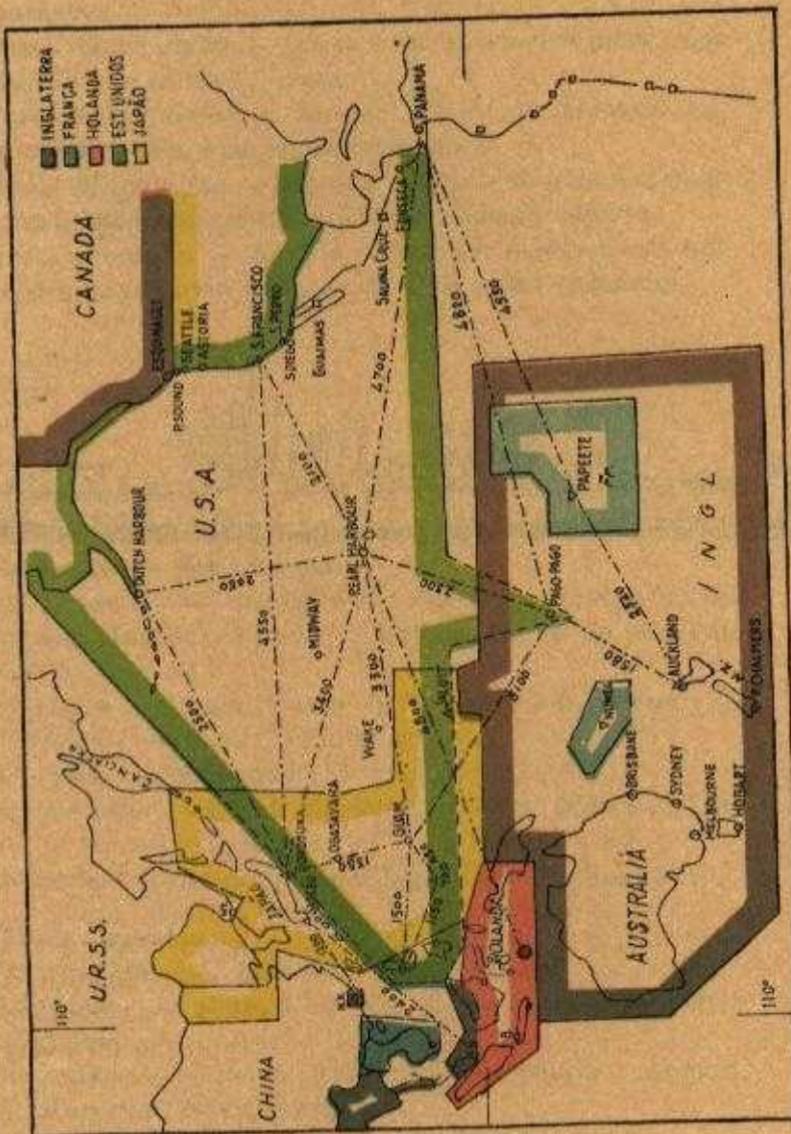
Esta solidariedade européia parece, todavia, bem longe da sua realização. Mas no dia em que se tornasse um fato consumado, não poderia manifestar-se de modo eficiente no Pacífico, sem primeiro ter providenciado sua aparelhagem militar marítima.

Pode-se, com efeito, asseverar que a razão profunda da liberdade de ação que o mundo está concedendo ao Japão no Extremo Oriente, é a falta de bases no Pacífico por parte das potências que têm atualmente interesse e força para poder enfrentá-lo.

A desembaraçada expansão nipônica é a mais evidente prova da importância das bases e demonstra que a única parte verdadeiramente pacífica do Tratado de Washington é a que se refere à desmilitarização temporária parcial — mas eficiente — do maior oceano do mundo. A redução proporcional dos armamentos poderá ser um "negócio" econômico, mas não uma garantia de paz justa e duradoura: dada uma certa relatividade de forças, uma guerra pode ser sempre intentada, não levando em conta seu valor absoluto, contanto que tais forças sejam postas em condições ambientais que permitam seu emprêgo. A não existência da premissa ambiental — isto é, as bases — o emprêgo se torna impossível e, com isso, a guerra. Podemos dizer, concluir que o desejo de paz e de não violência, recíproco, das Nações (principalmente das mais fortes) pode ser avaliado pela tregua de boa vontade que queiram demonstrar, não só reduzindo os armamentos marítimos, mas também reduzindo as bases navais, centros de irradiação da energia humana sobre os mares.

II

Passamos a indicar as bases navais do Pacífico, que são classificadas em cinco categorias:



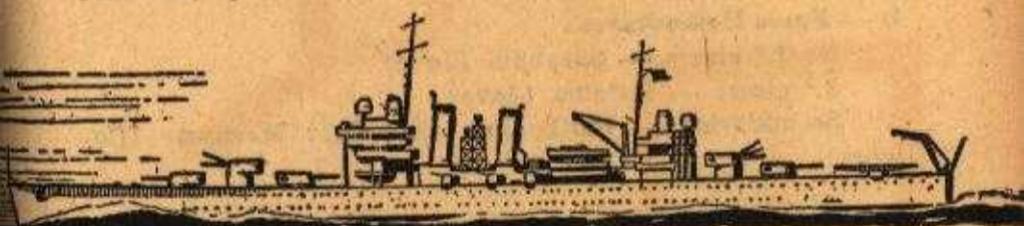
Bases de 1.^a classe — As que estão munidas dos mais eficientes e amplos meios de defesa, de reabastecimento e de reparações.

Bases de 2.^a classe — As que são um pouco menos aparelhadas do que as de 1.^a classe.

Bases de 3.^a classe — As que geralmente possuem apenas meios de defesa e de reabastecimentos.

Bases secundárias — As que possuem deficientes meios de defesa e modesta aparelhagem de reabastecimento.

Bases eventuais — As que podem ser rapidamente aparelhadas, aproveitando os recursos civis nelas existentes.



A — Bases Norte Americanas:

De 1.^a classe — Seattle e S. Francisco, (Estados Unidos); Pearl Harbour, (Hawai), Balboa (Zona do canal de Panamá).

2.^a classe — Puget Sound, — S. Pedro e S. Diogo (Estados Unidos) — Cavite (Filipinas).

3.^a classe — Olongapo (Filipinas).

Secundárias — Dutch Harbour — Apra (Guam); Fonseca.

Eventuais — Astória, Pago-Pago, Cebu (Filipinas).

B — Bases Japonesas:

De 1.^a classe — Iokosuka, Kure, Sasebo.

2.^a classe — Makum, Chin-Kai (Coréa), Maizuru e Ominato (Japão).

Secundárias — Porto Arthur (Mandchuria) Aomori, Beppu, Muroram, Naze, Agasavara.

Aéro-Navais — Kasumigaura, Tateiana, Omura.

O Japão conta também com muitos pontos de apoio existentes nas ilhas ex-alemães situadas ao Norte do Equador.

C — Bases Britânicas:

De 1.^a classe — Singupura (Demnoule Maloca), Hong-Kong (China).

2.^a classe — Sidney (Austrália), Auckland, (Nova Zelândia); Esquimault (Columbia Britânica).

3.^a classe — Melbourne (Austrália).

Secundárias — Kuching (Bornéo); Brisbane (Austrália); Hobart (Tasmania); Port-Chalmers (Nova Zelândia).

Eventuais — Sandakan (Bornéo); Port Darwin (Austrália).

D — Bases Holandesas:

De 1.^a classe — Surabaia (Java).

2.^a classe — Batavia (Java).

Secundárias — Balikpapan (Bornéo); Macassar (Célebes).

E — Bases Francesas:

De 2.^a classe — Saigon (Indo-China francesa).

3.^a classe — Numéa.

Secundárias — Haifong (Indo-China francesa); Pa-peeté.

Eventuais — Kang-Ceu.

F — Bases Chinesas:

De 1.^a classe — Taku e Shangai (China).

2.^a classe — Foochow e Whampoa (Cantão) (China).

G — Bases Mexicanas:

De 3.^a classe — Salina Cruz.

Eventual — Guaimas.

H — Base Colombiana:

Secundária — Buenaventura.

I — Bases Peruanas:

De 2.^a classe — Calláo.

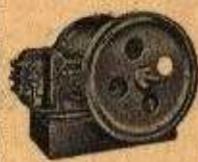
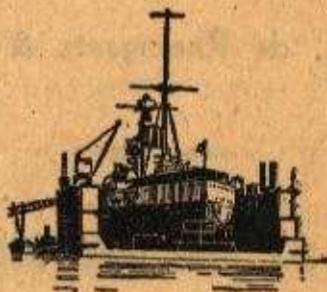
Secundária — Paita; Mollendo.

J — Bases Chilenas:

De 1.^a classe — Talcahuano.
 2.^a classe — Valparaiso, Punta Arenas.
 Eventuais — Arica; Puerto Montt.

K — Base Equatoriana:

Secundária — Guayaquil.



Motores Diesel Blackstone

DE 3 a 50 H. P.

Entregas imediatas de Stoque

Comp. Aux. Viação e Obras

Rua Frei Caneca, 399 — Rio de Janeiro

Filiais: SÃO PAULO — CURITIBA — BELO HORIZONTE



LIVROS DO EXÉRCITO

AUTORES MILITARES

Pelo 1.º Ten. UMBERTO PEREGRINO

General Pedro Cavalcanti — SEGUINDO A TRILHA . . .
— 1940.

“*Seguindo a trilha . . .*” é o título de um volume em que o general Pedro Cavalcanti reuniu “*orações, conferências e trabalhos congêneres*”. Batismo bastante significativo. Ao cabo da leitura esta impressão, que vinha se acentuando através de cada página, apresenta-se nítida, forte, dominadora. Com efeito, um volume, que por sua natureza, se podia esperar dispersivo, fragmentário, prima, impressionantemente, pela unidade. Na verdade, os trabalhos nêle enfeixados correspondem todos à atividades diretas ou indiretas, do General Pedro Cavalcanti na sua função de Inspetor Geral do Ensino. Não devemos, porém, considerar suficiente esta explicação. Os trabalhos são por outro lado de diferentes datas, sobre diversos temas, para público variado, o que os desligaria uns dos outros, se não houvesse um elemento supremo, que o próprio autor indica logo na capa — *uma trilha*.

E não é uma trilha qualquer. Foi escolhida pelo estudo e pela meditação e é seguida com a energia e a segurança dos sinceros. Por isso, quer o general Pedro Cavalcanti se dirija a estudantes do Colégio Pedro II, a cadetes do Realengo, a oficiais de Escolas de aperfeiçoamento, a diplomatas, ou a generais como él, quer fale de Osório ou de Machado de Assis, o sentido da sua palavra é sempre o mesmo, de fé, de encorajamento, de orientação em torno do problema educacional brasileiro. Contudo não o isola. Antes proclama que "no complexo da vida de um povo não é possível concluir isoladamente sobre qualquer dos seus problemas". E a seguir traça o quadro das nossas dificuldades: "Há fatores diferenciais do nosso desenvolvimento econômico intimamente ligados todos, de um lado, ao aspecto da formação étnica e, de outro, à extensão superficial do país, que ambos dificultam a ação do homem e o progresso, subordinando-os a uma marcha de vagaroso compasso da periferia para o centro, isto é, de certos pontos do litoral para o interior. Tudo isso criou condições de desigualdade para cada região do país, a que não podem ser estranhos os núcleos da sua população".

A cada passo vamos encontrando conceitos em que nos deteremos, por força, refletindo.

Nestes melancólicos tempos de subversão dos valores, de entronização do primarismo, de sombras insondáveis, é extraordinário e consolador ouvir um general falar assim: "Os guias geralmente não ponderam em relação aos males não sofridos; e apenas refletem quanto aos bens não gosados. E' preciso confiar nos poderes inherentes à cultura para que não experimentemos amanhã os desenganos atrozes da desesperação total". Mas se recolhemos esta lição de fé nos valores espirituais, também recebemos a advertência do chefe militar, penetrado das suas responsabilidades, e que não perde de vista as ásperas realidades do momento: "Tudo nos mostra o aniquilamento dos fracos diante dos fortes e que só triunjam perante a civilização os povos menos inertes, menos ociosos e menos imprudentes". E adiante: "Estrangeiros teem assentado alhures a sua tenda entre gentes de civilização milenar a que arrancaram um dia o ideal e a sua mística e tornaram um corpo sem alma".

A meu ver, porém, as páginas mais densas do volume todo, páginas verdadeiramente definitivas, são aquelas em que se desenvolve uma "palestra" realizada na "Associação dos Pais de Família". De comêço,

a comparação do lar antigo com o lar moderno. Sente-se aí um tênuo perfume de evocação, talvez uma ponta de saudosismo, mas que não chega a prejudicar a análise: "Uniforme era o sentimento de veneração pelo teto paterno. O progresso material não havia tanto avançado nem o ambiente moral em que a existência hoje se desdobra. Era tudo mais modesto, mais humilde, e mais complacente". — "O seio do lar não estava no transitar passageiro de alguns minutos. Era a atração de todos os momentos". Depois passa em revista o problema da mocidade contemporânea, sob a despótica influência do cinema e do rádio. A muitos afigurar-se-á demasiado rigoroso o seu conceito de ambos. O rádio entre nós, de parte escassas excessões para cima e para baixo, é apenas mediocre. Nem o instrumento altamente melhorador do nível geral, como era de desejar, nem a entidade degradadora. Quanto ao cinema, suponho que não é justo condená-lo por culpas que não lhe pertencem particularmente. O fenômeno é universal. Em todas as artes, no teatro, na literatura, na música, na pintura, em todas, sempre houve o que reprovar. Se no cinema a carga é maior, reflete-se no volume da sua contribuição global. E não se esqueçam os serviços que presta com os jornais, os tapetes mágicos, o prodigioso e muitas vezes profundo dos desenhos animados, as reconstituições históricas, a reprodução das grandes obras literárias. Aí estão, para só falar das películas modernas, Juarez, Maria Antonieta, Zola, Pasteur, Roberto Koch, A Vida do Dr. Ehrlich, Tomas Edson, o Jovem Abraão Lincoln, E o Vento Levou, Suez, Cidade do Pecado, A Mulher faz o Homem, De Braços Abertos, Mulheres sem Homens, O Mágico de Oz, Romeu e Julieta, Vinhas da Ira, Pinoquio e tantas outras. De qualquer forma a crise do homem moderno tem fundamentos mais gerais e mais profundos, como indica o general Pedro Cavalcanti ao referir-se às gerações "trumatizadas" e ao turbilhão quotidiano que "não deixa à mocidade intervalos de descanso para o olhar e o pensamento". As advertências angustiadas de Carrel assumem dia a dia maior importância, são agora impressionantemente atuais e verdadeiras. Ele assinalou tudo — o avanço da ciência das coisas inanimadas sobre a dos seres vivos, resultando em desajustamento entre o meio construído pela inteligência do homem e o próprio homem; a tragédia da civilização industrial, grosseira e vulgar, que dispensa o homem do uso da inteligência e lhe suprime o senso estético, em fim o primado da matéria, o utilitarismo,

que conduzem ao desprêzo da cultura intelectual, da beleza e da moral. Então Carrel reclama o restabelecimento do grupo familiar: "C'est également grâce à son ignorance d'individu que la société moderne atrophie les adultes. L'homme ne supporte pas impunément le mode d'existence a le travail uniforme e stupide imposé aux ouvriers d'usine, aux employés de bureau, a ceux qui doivent assurer la production en masse. Dans l'immensité des villes modernes, il est isolé et perdu. Il est une abstraction économique, une tête du troupeau. Il perd sa qualité d'individu. Il n'a ni responsabilité, ni dignité". Ainda em Carrel, nas suas páginas afiadas, às vezes desesperadas, vamos encontrar o princípio da formação da mocidade moderna: "Au lieu de former des athlètes, nos devons former des hommes modernes. Et les hommes modernes ont besoin d'équilibre nerveux, d'intelligence, de résistance à la fatigue e d'énergie morale, plus que de puissance musculaire".

Aquela preocupação de restituir a mulher ao seu verdadeiro destino, nada tem de ingênuo ou reacionário, antes corresponde a um imperativo biológico e social, que o autor de "L'Homme, cet inconnu" denunciou: "En réalité, la femme est profondément différente de l'homme. Chacune des cellules de son corps porte la marque de son sexe. Il en est de même de ses systèmes organiques, et surtout de son système nerveux". E ei-lo reclamando o mesmo que o General Pedro Cavalcanti: "Les éducateurs doivent prendre en considération les différences organiques et mentales du mâle et de la femelle, et leur rôle naturel".

Examinando as mazelas do ensino brasileiro o General Pedro Cavalcanti formula observações muito agudas, como ao apontar a causa das deficiências do ensino secundário no seu rápido e descompassado aulastramento, sem que tivesse havido previsões para a formação do magistério. O vício dos programas, "armaduras geralmente artificiais, estabelecendo "um só modelo para meios e capacidades os mais diversos", também está definido com toda justiça. Considerações merecedoras de particular estudo são as tecidas em torno do aparelhamento educacional da gente destinada à atividade rural. Muito fácil inácar o campo, acenar com as riquezas da terra, encher a boca de grandezas. Há um nacionalismo, fruto quasi sempre de ingenuidade, às vezes de ignorância, que vê em tudo nosso, na terra, no homem, nas águas, no céu, apenas dotes, força, fatores de riqueza e de orgulho. Não concede nenhuma atenção às realidades, que entretanto são violentas. Não acha

que muitas das nossas fraquezas, vem, paradoxalmente, das grandezas que nos tocaram. Ora, tal nacionalismo, pretensamente saudável, em verdade presta-se a graves deduções sobre a nossa psicologia social. Parecerá que somos uns descuidados, incapazes, recheiados de suficiência. Pois é contra tudo isso que se processa agora um intenso movimento de estudos brasileiros, em que, como assinala Nelson Werneck Sodré, "os grandes problemas têm encontrado, da parte de alguns homens cultos e que amam reduzir a uma escala positiva os conhecimentos adquiridos nas fontes estrangeiras, uma compreensão, uma análise nítida e segura". E Rocha Pita substituído por Euclides da Cunha, a paisagem pelo sub-solo, o horizontal pelo vertical, o lírico pelo concreto, o estabelecimento, em suma, de uma visão positiva da terra, única, de resto, capaz de conduzir qualquer povo a um alto destino. Os que assim pensam estão na ilustre companhia do General Pedro Calvanti, que com o peso da sua autoridade de chefe militar e homem de cultura, denuncia as nossas debilidades, com a segurança de quem tem consciência do que está dizendo e sabe que a primeira condição de cura é conhecer o mal. Referindo-se à nossa população rural eis o seu depoimento: "São entes humanos, inclusive mulheres e crianças, que arrastam uma vida depauperada, sem higiene, sem alimentação adequada, sem habitação que mereça o nome, sem conhecimentos comezinhas para o labor da terra e sem regime de trabalho". E generalizado, o que eu afirmava outro dia, à luz de testemunhos autorizados, com respeito ao nordestino pulverizado no mundo dágua, mato e bichos da Amazônia, homem verdadeiramente extraordinário porque ainda não sucumbiu, mas cujo valor biológico e econômico se anula dia a dia no abandono, na hipo-nutrição, no primarismo higiênico. E o quadro tem, de fato, extensão nacional, guardadas apenas as peculiaridades relativas a cada região. Sobre o barbanqueiro do S. Francisco, por exemplo, depõe Orlando N. Carvalho que "só encontra prazer no balançar da sua rede que deixa somente obrigado pela fome, a procurar algum alimento com a venda de um pouco de peixe ou de caça". Roy Nash, citando dados do Conselho Internacional de Saúde Pública, ao começo de seus trabalhos, em 1917, informa que "da Baía para o Norte, 100% das populações rurais estavam atacadas" de verminose. Segundo cálculos de Belisário Pena a malária atormentava 40% da população mineira, e agora mesmo devasta e debilita a massa dos nor-

destinos, já se instalou no sertão, que era imune. Em conferência de um abalisado Proj. da Politécnica, realizada na Escola Técnica do Exército, vi documentário de certa localidade goiana cuja população inteira sofre de bôcio. Retiro ainda de Belisário Pena a estimativa de que mais de metade dos trabalhadores brasileiros apresentam a sua eficiência normal reduzida de 50% (1). Roy Nash tem notícia de tudo isso e tem, sobretudo, a observação pessoal, varou detidamente o Brasil em todas as direções. Assim, num livro que talvez nos seja cruel, mas que em boa compreensão é justo e precioso, ele pode exclamar: "Existe no Brasil uma massa desarticulada que chamarei Povo. E' completamente analfabeto. Por isso, não tem padrão próprio de agricultura, zootecnia ou arquitetura. Essa gente nunca viu uma estrada larga, pavimentada, com pontes franqueando rios. Nunca viu um campo arado e adubado. Não sabe que existem outras raças de gado a não ser as que pastam em seus campos". Não há que estrebuchar. Uma palavra mais forte, uma expressão mais ferina, não inutilizam a verdade essencial. Jú há vinte anos atrás Oliveira Viana falava duro e desassombrado: "Esse feitio ingenuamente ditirâmbico, com que acarinhamos o nosso melindroso patriotismo e para o qual o nosso céu tem mais estrelas e a nossa terra mais amores, nos tem entretecido uma radiante teia de presunções sobre as nossas aptidões e grandezas, muito caprichosa e bela na sua trama de prata e ouro, não há dúvida, mas que as duras realidades, com que temos que defrontar dentro em breve futuro, hão de romper com impiedade e bruteza, se não tivermos a previdência de nós mesmo espanejá-la, quanto antes, no desejo muito honesto de ver claro o que se passa dentro de nós e em torno de nós para maior segurança da nossa própria existência coletiva". Estas considerações continuam oportunas e necessárias, enquanto esteja muito desfalcada aquela unanimidade deslumbrada... A palavra do General Pedro Cavalcanti, pela autoridade e pela sabedoria, tem sentido especial e repercutirá longe.

Sobre Bilac há em "Seguindo a trilha..." páginas aquecidas pelo entusiasmo de quem viveu intimamente os instantes de vibração cívica criados pelo poeta. Haveria, talvez, uma poderosa predestinação na

(1) Em conferência recente, o Exmo. Sr. Ministro da Guerra, Gen. Eurico Dutra, denuncia que "as inspeções de saúde rejeitam anualmente para o serviço das armas, por incapacidade física, mais de 50% dos nossos patrícios!"

quele que veio ao mundo em fins de 1865, entre a batalha do Riachuelo e a batalha de Tuiuti. O pai estava ausente, na guerra. Por tôda a parte a aflição e o luto, o desamparo e a tristeza, o sacrifício e a fé. Depois o menino embeberia os olhos na apoteose da vitória — o desfraldar das bandeiras gloriosas, o desfile dos herois, o vistoso das decorações, o entoar dos hinos guerreiros, o delírio de todos os patriotas. E se faria homem nesse ambiente de uma pátria forte e respeitada, onde tudo era orgulho dos feitos recentes e confiança para o futuro. Bilac por tudo isso, e pela sua sensibilidade aguda, pela inteligência lúcida, havia de ser o que foi, havia, necessariamente, de construir o que construiu. A sua campanha em prol do serviço militar, inteligente, vibrante, incansável, fez dele um apóstolo. Só não era maior no ardor do que na sinceridade, e sacudiu tôdas as energias, despertou todos os corações, convocou tôdas as inteligências.

A voz de um dos mais legítimos expoentes do Exército nas comemorações do centenário de Machado de Assis, significa a nossa plena identificação com a inteligência e a cultura do Brasil. Na verdade o interesse de Machado de Assis é geral, abrange tôdas as camadas, a sua influência não tem fronteiras. Gosta-se de vê-lo desmontar a alma humana, revirar-lhe as paixões, fixar a agitação dos homens na sua desesperadora aparência de inutilidade, buscar explicações, interrogar a vida, para chegar — quantas vezes! — a reflexões desenganadas. Mas fossem quais fossem as suas dúvidas, fosse qual fosse a sua atitude perante a vida, e se sua obra não encerrasse um interesse humano tão profundo, teria ainda esse interesse geral que vem da inteligência e da beleza. Porém Machado de Assis, além de tudo, vale para nós como um símbolo. Encarna a língua, este poderoso veículo da nacionalidade. Encarna a inteligência e a cultura do Brasil. Manejando a língua nem um mais puro nem mais brasileiro. Falou-nos em uma linguagem castiça, mas extrema do ranço clássico português. Com ele, pela primeira vez, se encontra o equilíbrio da língua nova. Que brandura, que sobriedade e que energia na sua frase musical! A língua é sempre, na pena de Machado de Assis, um instrumento dócil e belo. Retira-lhe das entradas misteriosas, segredos imprevistos. E assim tece uma linguagem que chega a todos, eterna pela pureza e pela força, pela clareza e pela harmonia. O mágico da palavra só não excede o artífice do pensamento, porque Machado de Assis é também a expressão máxima

de nossa cultura. É uma altitude soberanamente dominadora. Constitue referência obrigatória para qualquer plano de vida intelectual brasileira. Assim, cristaliza-se nêle, a um tempo, o artista na língua, no estilo puro e harmonioso, a inteligência da raça no espírito inquieto e sutil, e a cultura dessa inteligência no legado das suas construções imperecíveis. Machado é um símbolo. O seu interesse para nós é do tamanho do que ele significa para o Brasil.

Um extraordinário aspecto da personalidade do autor de "Quincas Borba", e que não escapou ao General Pedro Cavalcanti, foi o da sua origem. Nasceu num morro do Rio de Janeiro. O pai era operário, pintor de casas, e a mãe lavadeira, ambos gente de cõr e o próprio Machado de Assis era pardo. Foi muleque de pés-no-chão, a "caçar ninhos de pássaros, ou perseguir lagartixas nos morros do Livramento e da Conceição", como fazia Braz Cubas. Teve madrasta, uma autêntica mulata doceira, que o botou de tabuleiro à cabeça vendendo alfinis, cocadas, puza-puxa. Andou pela sacristia da Lampadosa ajudando missas, até que se fez aprendiz de tipógrafo na Imprensa Nacional, ganhando um cruzado por dia. Sua ascenção é toda assim. Vemô-lo pobre, desajudado, fazendo-se pouco a pouco, sem ter, ao menos, por si o vigor físico. Foi um menino doente, atacado, de vez em vez, por "umas coisas esquesitas", como ele próprio revela, e que seriam, sem dúvida nenhuma, os primeiros sinais da epilepsia que o atormentou a vida toda. Era gago. Tudo isso, todavia, só o engrandece aos nossos olhos. A sua vida fica sendo também uma lição, e o General Pedro Cavalcanti a invoca perante os moços a quem fala. E o exemplo daquele que emergindo da mais raza obscuridade, interceptado por todos os obstáculos, escalou a culminância da glória nacional.

Encerrando, transportarei para aqui um dos instantes mais felizes de "Seguindo a trilha..."

"Transpunhamos o portão deste Colégio (Colégio Militar) e subímos a alameda entre as mesmas filas de palmeiras.

Galgamos as escadas do pavilhão central. No seu gabinete acolheu-nos, bondoso e fidalgo, o coronel Alípio Costalat.

Descemos apôs e ganhamos a mesma alameda.

Tudo em roda era igual como agora.

A despedida ouvi:

— Neste Colégio há uma tradição e há um educador. Você aqui vai educar-se para a carreira militar.

Assim foi. Era em 1896. Havia no Colégio Militar, realmente, um educador exemplar em tudo. Cinco anos após matriculava-me na Escola da Praia Vermelha.

Estavamos ao tempo em que a advertência paterna era uma palavra de ordem".

Há aí o delicado evocativo de uma grande sensibilidade e um sentido profundo que subjugava imediatamente. Lembra aquela sugestiva página de abertura de "O Ateneu".

Livros recebidos:

Ribeiro Couto — *Prima Belinha* — Civilização Brasileira — 1940.

Antonio Fagundes — *Educação e Ensino* — 1940.

Cap. João de Deus Mena Barreto — *A Instrução na Cavalaria* — 1.º volume — 1939.

Centenário do Marechal Bitencourt — *Coletânea das Celebrações Comemorativas* — 1940.

Davi Carneiro — *Duas Histórias em Três Vidas* — Papelaria Universal, Curitiba.

NOTA: a remessa de livros deve ser endereçada ao redator desta coluna, na redação de A DEFESA NACIONAL.

MINA DO MORRO VELHO

A St. John d'El Rey Mining Co. Ltd., conhecida pela designação de COMPANHIA DO MORRO VELHO, foi fundada em Londres em 1830, tendo por objetivo a exploração da mineração de ouro e outros metais.

Iniciou sua atividade nas imediações de São João d'El Rey, no Estado de Minas, motivando este fato o nome que tomou e ainda hoje conserva. Os trabalhos, porém, naquela localidade não foram bem sucedidos razão pela qual em 1834 adquiriu a mina do Morro, Velho situada no flanco leste da Serra do Curral, no então arraial de Congonhas de Sabará, hoje cidade de Nova Lima.

Presume-se que a mina do Morro Velho venha sendo explorada desde 1725, tendo sido comprada ao Capitão Lyon, ex-diretor da Companhia do Gongo Socco, em 1834. Os trabalhos de exploração prosseguiram sem maiores novidades até 1867, quando então se deu um grande incêndio cujos estragos paralisaram a exploração até 1873, sendo que, em 1886, a mina ruiu completamente. As energicas providencias da direção da Companhia determinaram o restabelecimento do serviço no ano de 1892 que continuou acurado, vigilante e produtivo tendo sido adotados novos processos de mineração.

Para obter o resfriamento do ar nas galerias e eliminar a humidade atmosférica, a Companhia construiu com elevadissimo dispêndio uma vasta instalação, de modo a proporcionar aos trabalhadores o maximo conforto possível quanto ao condicionamento do ar. A primeira instalação entrou em funcionamento em 3 de Dezembro de 1920, isto é, há 19 anos, sendo de se notar que foi esta a primeira instalação no genero verificada em qualquer outra parte do mundo. Mais tarde nova instalação foi montada para maior eficiencia.

A Companhia do Morro Velho ocupa em seus diversos serviços cerca de oito mil empregados, ou sejam 3.000 no sub-solo e 5.000 no solo, aproximadamente, sendo que do total 98% são brasileiros. Além dos serviços da mina propriamente ditos, existem os subsidiarios, como sejam os de mecanica, electricidade, agrimensura, engenharia, transporte, contabilidade, etc., os quais se constituem em verdadeira escola de trabalho para numeros moços, devido não só à amplitude de elementos técnicos como sobretudo ao caracter acentuadamente prático, que oferece um vasto campo de aprendizagem.

A assistencia social aos trabalhadores foi sempre tomada na maxima consideração pela Companhia desde os primórdios, tendo a legislação social, ocorrida depois da revolução de 1930 já encontrado uma eficiente proteção ao operariado.

O problema de habitação é também cuidado com o maior desvelo pela direção da Companhia, que não tem poupad esforços no sentido de proporcionar aos seus trabalhadores habitação higienica, barata e confortável. Nas numerosas vilas construídas na vizinhança do trabalho estão localizadas as casas dos mineiros, dotadas de boas instalações.

E' digno de menção o fato de ser a maior fornecedora de ouro de mina ao Governo, contribuindo desta forma apreciavelmente para o incremento e prosperidade da economia nacional.

Os Poderes Públicos, por outro lado, tem demonstrado o maior interesse em incentivar, aumentar e auxiliar a industria da mineração do ouro com toda uma série de providencias legislativas no intuito de evitar maiores entraves ao seu desenvolvimento.

Noticiário & Legislação

DIRETOR DE PUBLICIDADE

O Sar. Cel. Orozimbo Martins assumiu o cargo de Diretor de Publicidade desta Revista.

AOS ARTILHEIROS

Capitão Salomão da Rocha — 3 de Março de 1897

Pelo Cap. JOSE' H. DA C. GARCIA

Quem não conhece através à lenda ou pelas páginas encantadoras de Euclides da Cunha o episódio tristíssimo e o fim desolador da terceira expedição contra Canudos?

No horrível quadro geral que fugimos de apreciar há um detalhe; neste sobressai a figura heróica de um artilheiro, o Capitão Salomão da Rocha.

Reunidos, desorientados, os componentes da expedição Moreira Cezar, no Alto do Mario, às portas da povoação, quebradas já há horas a esperança na vitória fácil, morto o chefe no qual confiavam desmedidamente, resolvem retirar-se...

Dai... fogem, sendo caçados pelos jagunços ao longo da estrada que os levaria a Monte Alto e Queimados, se não fôra o faro perspicaz d'estes, seguindo-os até derribá-los com golpes certeiros.

Garante-lhes por algum tempo a debandada, uma divisão de dois krupes com alguns elementos de infantaria, denodadamente chefiados por Salomão Rocha.

Após, também atacados por todos os lados, retiram, e com os seus tiros, que incendeiam o matagal onde se amoitam sequiosos de vingança os habitantes de Canudos, mais aumentam-lhe a firmeza do braço no brandir a faca afiada e mais aguçam-lhe o olhar na pontaria certeira...

Heroicamente, só restando em seus pensamentos a idéia do dever honrosamente cumprido, sacrificam-se as guarnições de duas peças de artilharia, nem se podendo imaginar naquela debandada louca e assombrada o que mantinha ainda forte e decidido êste punhado de mescla artilheiros-infantes... se a confiança e o amor de uns no chefe amigo, se o deslumbramento de outros pelo herói, se a consciência do dever cumprido...

Salomão Rocha podia ter fugido em doida correria, deixando na estrada os seus canhões e os seus soldados alucinados, mas preferiu medir-se com a grandeza d' alma que o seu feito caracteriza; algo o prendia àquele material e àqueles homens, algo tão grande que o levou ao sacrifício supremo...

Numa volta da estrada não mais andam os canhões; um a um tombam varados à bala os serventes; os últimos, em torno do capitão caem com este por sobre o material retalhados à foice.

COMPANHIA NACIONAL DE FERRO PURO

Acompanhando o Exmo. Sni. General Eduardo Guedes Alcoforado, Sub-chefe do Estado Maior do Exército, seguiu para São Paulo um dos Diretores da "A Defesa Nacional" integrando a caravana de Oficiais de E. Maior e técnicos convidados a visitar as instalações da Companhia Nacional de Ferro Puro.

Foi assim que o nosso representante assistiu, em Jaguari, o funcionamento do "Forno Independência" em que foi obtido o ferro esponja pela redução do "olegisto compacto" e do carvão vegetal, por métodos e processos puramente nacionais; e, depois na Uzina Brasil, da mesma Companhia, este mesmo ferro transformado em aço no forno rotativo e, finalmente, o aço, usinado, tornando a forma das diversas máquinas que irão impulsionar o nosso futuro parque industrial.

O espetáculo que nos foi dado presenciar, culminando no exame detalhado das plainas e tornos mecânicos, das perfuratrizes, dos marteletes e de toda uma variada maquinaria, preparada com aço nosso, com gente nossa, sob a direção de nossos técnicos, veio nos trazer uma grande satisfação cívica.

A este pugilo de brasileiros que tão objetivamente trabalha para o engrandecimento do país, a nossa entusiástica homenagem.

EXCURSAO DE BRASILIDADE

Pelo Major IGNACIO ROLIM
Chefe de Delegação

A criação da Juventude Brasileira, evidenciada pelo decreto n.º 2072, determina a "obrigatoriedade da educação cívica, moral e física, a fim de crear no espírito das crianças e dos jovens o sentimento de que cada cidadão cabe uma parcela de responsabilidade pela segurança e pelo engrandecimento da Pátria, e de que é dever de cada um consagrar-se ao seu serviço com o maior esforço e dedicação".

A incorporação da União dos Escoteiros do Brasil à Juventude Brasileira, mantendo integralmente a sua feição própria, é, consequentemente, uma demonstração eloquente do reconhecimento da identidade da forma pela qual se deve conduzir a aprendizagem da Juventude.

Assim sendo, a Confederação Brasileira de Escoteiros de terra, resolveu submeter à apreciação de S. Excia. o Sr. Presidente da República, um programa de exercícios de aprendizagem, visando não só a integração da personalidade dos seus elementos, como também, evidenciar de público como deve ser orientada a aprendizagem da Juventude.

Esta ação da C.B.E.T. é consequente da intenção do Exmo. Sr. Presidente da República fixada nos últimos instantes do ano 1940, dizendo: "Estamos na fase da formação social em que os destinos da nacionalidade tomam rumos definitivos. Produzir, industrializar, conver-

ter em riqueza efetiva a nossa riqueza potencial; abrir caminhos, estender a rede de comunicação, estabelecer ligação permanente entre as diversas regiões do país, educar, preparar moral e tecnicamente os moços, fazê-los fortes de espírito e de corpo, dar às novas gerações a consciência das suas responsabilidades tudo isso é tarefa fundamental e urgente que nos cabe levar a termo, para transformar em realidade o ideal de engrandecimento crescente da Pátria, dentro da ordem, do trabalho e de paz".

Esta intenção de S. Excia. é urgente e imperativa quanto à consciência das responsabilidades de gerações novas.

Isto posto, apesar da regulamentação da organização da Juventude Brasileira ainda não estar em execução, a C.B.E.T., obedecendo às diretrizes do decreto n. 2072, submeteu à aprovação de S. Excia. Sr. Presidente da República o programa desta excursão de brasiliade e mereceu a distinção honrosíssima do patrocínio de S. Excia.

Este significativo patrocínio objetivou-se de forma absoluta nas múltiplas providências para sua preparação material e, principalmente, recepcionando a delegação na véspera da partida e recomendando-a aos interventores federais para integral apóio.

A C.B.E.T., nesta excursão, orientou a consciência das responsabilidades da juventude para o conhecimento da gente, da flora, da fauna, da topografia, dos fatos históricos e variados problemas nacionais ligados às regiões a percorrer, isto é, aprendisagem adequada, proporcionada nas melhores condições possíveis.

Este programa materializou-se, integralmente, num percurso de 2.600 quilômetros percorridos de caminhão, 1.200 de via férrea e regresso do R. G. do Sul por via marítima.

A fronteira da Pátria — Rio Uruguai — atingiram e transpuzeiram-no 150 jovens. Estes jovens, percorrendo o Distrito Federal e os Estados do Rio de Janeiro — S. Paulo — S. Catarina e Rio Grande do Sul, foram aráutos na propaganda seguinte: de Brasiliade na região colonial — Japonesa — Polaca — Ucraniana — Alemã — Italiana, pela exaltação conciente das glórias nacionais; do regime 10 de Novembro; da proteção da infância e da maternidade; da alfabetização; da instrução pré militar; da defesa da raça na valorização do homem brasileiro; das responsabilidades da Juventude Brasileira; do emprégo do gazogênio no transporte de produção no interior; da efetivação do que prescrevem os Códigos de reflorestamento e caça.

Os escoteiros que representaram a Juventude Brasileira nesta excursão, compreenderam perfeitamente as suas responsabilidades nesta representação e esta responsabilidade sentiram-na através do gesto do Exmo. Sr. Presidente da República ofertando, à delegação, o Pavilhão Nacional.

Convictos e orgulhosos conduziram-na por toda parte, fazendo-a

tremular juntamente com a Bandeira da Cruzada Nacional de Educação e as bandeiras que marcam a evolução do símbolo da nossa Pátria.

Enfrentando imprevistos, dificuldades, intempéries e privações, sempre dentro da jovialidade escoteira, estes jovens tiveram oportunidades felizes de sentir as pulsões das forças vivas da nação. São 150 jovens de 8 estados do Brasil, 150 aráutos das promessas grandiosas e das realidades cabais da pujança sem par da nossa terra. Eles saudaram com gritos de aclamação, em intensa vibração cívica, corridas de ferro e de aço. Viram fiar e tecer o ouro branco, orgulhosos da afirmação de que o nosso é dos melhores do mundo. Tiveram a felicidade de saber, nos parques industriais, que as matérias primas mais elementares que eram importadas do estrangeiro são, com vantagem desmedida, substituídas pelas nossas. Que as máquinas imaginadas, desenhadas, fundidas e modeladas no Brasil, hoje, já são conhecidas, no estrangeiro, como fruto do nosso labôr. Extasiados acompanharam os tratores e arados nos campos experimentais de trigo, conhecendo a adubagem, a progressão crescente da produção, o número de grãos de cada espiga e o valor da drenagem de ouro para o estrangeiro decorrente da sua, ainda deficiente cultura. Entre as mais emocionantes manifestações patrióticas viram minas de ferro, chumbo, ouro e carvão, nas quais indagaram, com grande curiosidade, da produção e das reações dos mercados consumidores. Nas câmaras congeladas dos frigoríficos viram milhares de toneladas de carne e de conserva para exportação e tiveram ainda oportunidade de conhecer a razão de ser da seleção dos rebanhos que povoam os campos do Rio Grande.

Esta excursão teve ainda, a grande ventura de merecer do Exmo. Sr. Ministro da Guerra a determinação de amplo amparo aos comandantes de Regiões Militares pela forma seguinte: "Partirá, amanhã, desta Capital, sob a direção do Major Inácio Rolim e Capitão Emanuel Moraes, rumo Uruguaiana, uma caravana rodoviária de mais de uma centena de escoteiros que, oriundos de diversas zonas norte e centro do país, se dirigem numa excursão patriótica ao Rio Grande, através campos e cidades do interior, numa prova vigor e civismo juventude, objetivando melhor conhecimento da terra e entrelaçamento da gente brasileira. Solicito vosso apoio e amparo esta caravana no território de vossa Região, a fim possa ser completo êxito desta iniciativa, que filia estes moços aos velhos bandeirantes que pelo valor e intrepidez, desbravaram a grande Pátria que nos legaram".

A expressão do Exmo. Sr. Ministro "filiando os moços de hoje aos velhos bandeirantes que pelo seu valor e intrepidez desbravaram a grande Pátria que nos legaram" criou no espírito dos jovens escoteiros uma compreensão nítida das suas responsabilidades.

Hoje, eu me sinto feliz podendo afirmar, categóricamente, que foi deveras uma bandeira que percorreu as mesmas rótas dos bandeirantes

do passado até as fronteiras da Pátria e que viu as esmeraldas da nossa riqueza inexaurível.

A estátua do Duque de Caxias no Rio de Janeiro e a estátua de Rio Branco em Uruguaiana, na fronteira com a Argentina, foram dois marcos inconfundíveis que balisaram o itinerário desta excursão.

Entre estes dois marcos que medeiam 3.200 quilômetros, foram irradiadas, de recanto em recanto, no espírito da mocidade, a necessidade da fé e da moral cristã como norma perfeita de solidariedade humana; o culto da independência da Pátria e da sua unidade territorial; a viva admiração pelas glórias do passado, e conhecimento das responsabilidades delas resultantes e a beleza moral do lema que subordina os interesses individuais aos ditames imperativos das necessidades nacionais.

No itinerário percorrido a delegação da Juventude Brasileira viu em diversos lugares, uma juventude explendorosa de olhos azuis e cabelos louros, filhos da nossa Pátria, falando outras línguas e com outros sentimentos e outros ideais. Nestas paragens, enaltecemos o labôr construtivo dos estrangeiros em benefício da nossa terra e repetimos com a máxima energia as palavras de Lauro Müller: "Quem nasceu no Brasil e não se considera brasileiro é traidor".

Cartazes e prospectos de propaganda, em profusão, selaram a rota percorrida e, em cerimônias cívicas realizadas em torno do fogo simbólico foi feito o apostolado para catequeses da mística da Pátria.

Na praça da Rendição em Uruguaiana enaltecemos os feitos heróicos e a bravura dos nossos antepassados, reconhecemos o valor guerreiro dos nossos adversários e manifestamos profunda gratidão aos nossos bravos aliados.

Transpondo ao Rio Uruguai em Passo de Los Libres, prestamos significativa homenagem, ao Regimento 11 de Cavalaria, do Exército Argentino, nosso aliado da Guerra da Tríplice Aliança.

De regresso recebemos, em Pôrto Alegre, como dádiva sagrada, uma bandeira dos voluntários da Pátria da Guerra do Paraguai. Esta bandeira, expressão do heroísmo e da bravura dos nossos antepassados, terá, para a Juventude Brasileira, a significação do sacrifício total, como condição fundamental para garantia da honra e da integridade nacional. A cerimônia da entrega desta relíquia foi feita num ambiente de grande exaltação patriótica. As tropas escoteiras, após o recebimento, desfilaram e religiosamente beijaram o pavilhão guia da intrepidez e do valor dos nossos avós nos campos sangrentos da luta. Este gesto emocionou de tal forma aos presentes, que as autoridades militares, cívicas e eclesiásticas e povo secundaram os escoteiros.

Assim, após trinta e seis dias de atividades constantes, cento e cinquenta jovens de origens étnicas de todas as raças, ligados, por um só pensamento e um só ideal, regressaram aos seus lares com a satisfação do dever cumprido, convictos de terem colaborado eficientemente

na grande obra de reconstrução nacional e julgando terem correspondido honroso patrocínio do Chefe da Nação.

Major IGNACIO ROLIM
Chefe da Delegação

BANDEIRANTE DA FE' CIVICA

Por J. ANTUNES DE MATTOS

Para o Major Inacio Rolim — bandeirante da linda bandeira que visita os Estados do Sul do Brasil, com uma bela e arregimentada tropa de Escoteiros, representando a Juventude Brasileira, acordada num canto de Fé, semeando civismo pelos recantos da Pátria e procurando despertar uma grande onda de amor sincero, que eleve e exalte os filhos deste País grandioso e belo, às mais sagradas regiões de sadia devoção no íntimo de cada um, para que se cumpra seu destino maravilhoso numa afirmação de Paz, Trabalho e Crença — dignos de um Povo que vai pautando galhardamente tódas as etapas de uma avançada gloriosa no caminho da Civilização.

Para seus Oficiais e seus Escoteiros !

Bandeirante da Fé — eu bendigo
A Bandeira que levas contigo!
A Bandeira de Moços, prendados,
Do Civismo no culto educados !
A Bandeira de jovens, queridos,
Na jornada patriota reunidos!
A Bandeira de lindas crianças
Que prometem cem mil esperanças!
A Bandeira de bons Brasileiros
Acendendo civismo aos braseiros!
A Bandeira, encantada, da Fé
Que repisa o Brasil com seu pé!
A Bandeira, feliz e sadia,
Que tão lindas lições irradia!
A Bandeira que o vento desfralda
Num sorriso de verde-esmeralda!
A Bandeira que afirma o presente
Com valores ideais de torrente!
A Bandeira fecunda e sagrada
Aos destinos da Pátria ligada!
A Bandeira dos fortes! Dos crentes!
Dêstes jovens sadios e valentes!
A Bandeira dos dias de guerra
Desenhada com sangue na terra!

A Bandeira dos dias serenos
 Enfeitada de amor sem venenos!
 A Bandeira de Paz e Trabalho
 Abençoada de flores e orvalho!
 A Bandeira que vem do passado
 Como chama de Fogo Sagrado!
 A Bandeira que anima e ensina
 As virtudes da mais sã doutrina!
 A Bandeira dos bons operários
 Pelos cantos da Pátria aos rosários
 A Bandeira de leais servidores
 Desta terra, feliz, de esplendores!
 A Bandeira das mãos que semeiam
 E que os montes de trigo alteiam!
 A Bandeira dos bons Bandeirantes
 Que abrillantam da Pátria os instantes!
 A Bandeira dos bons garimpeiros
 De virtudes p'ra bons Brasileiros!
 A Bandeira que trilha os caminhos
 Desbravados de abismos e espinhos!
 A Bandeira de rara virtude
 Consagrando alegria e saude!
 A Bandeira da crença, exaltada,
 Nos destinos da Pátria estremada!
 A Bandeira que une e congrega
 Co'as belezas ideais que carrega!
 A Bandeira de Amor do presente
 Revelando o Brasil à sua gente!
 A Bandeira de tão lindas côres
 Exaltando civismo e valores!
 A Bandeira galhada de um Povo
 Que óra trilha caminho tão novo!
 A Bandeira de amor e união
 Que deseja estreitar a Nação!
 A Bandeira que alegra os espaços,
 Com acenos! Com beijos e abraços!
 A Bandeira triunfante da Fé
 Que nas terras do Sul pôz o pé!
 A Bandeira que andou nos Estados
 Despertando elementos sagrados!
 A Bandeira de luz e de Glória
 Vencedora de Linda Vitória!
 Bandeirante da Fé — eu bendigo
 A Bandeira que levas contigo!

ATOS OFICIAIS DO MINISTÉRIO DA GUERRA
De 25 de Janeiro a 24 de Fevereiro de 1941

AERONAUTICA (Justiça Militar)

— Fica prorrogada à Aeronautica a jurisdição da Justiça Militar do Exército, nos termos do Decreto-lei n.º 925 de 2-12-938.
 (Dec.-lei n.º 3.020 de 1-2-941 — D.O. de 4-2-941).

BELIGERANTES (internação)

— Dispondo sobre a internação de beligerantes da atual guerra europeia, no território nacional.
 (Dec. n.º 2.982 de 25-2-941 — D.O. de 28-2-941).

CAIXA GERAL DE ECONOMIAS DA GUERRA

Aprovadas as Instruções reguladoras das operações de Contabilidade e Escrituração bem como os modelos e fórmulas.
 (D.O. 25-1-41).

CARGA DE SUB-UNIDADE (Passagem de Comando)

— Em solução a uma consulta do Fiscal Administrativo do 15.º B.C., declara o Sr. Ministro que não é obrigatória a lavratura do "termo de responsabilidade" na transferência de Comando de sub-unidade, bastando a comunicação em "parte" de que a carga foi devidamente conferida, por ocasião da passagem do Comando.
 (Aviso n.º 416 de 15-2-941 — D.O. de 18-2-941).

CARTEIRA DE IDENTIDADE (fornecimento)

— É autorizado o G.I.E. a fornecer carteira de identidade às pessoas da família de Oficiais (da ativa reserva ou reformados).
 (Aviso n.º 329 de 7-2-941 — D.O. de 10-2-941).

CENTRO DE INSTRUÇÃO DE DEFESA ANTI-AÉREA

— Não funcionarão no corrente ano os Cursos da Categoria "D".
 (Aviso n.º 266 de 3-2-941 — D.O. de 6-2-941).

CIRCUNSCRIÇÕES DE RECRUTAMENTO MILITAR

— Ficam os Chefes das 1.ª, 2.ª, 3.ª C.R.M., autorizados a receber voluntários, como burocratas, para preenchimento de vagas existentes nas aludidas Circunscrições.
 (Aviso n.º 414 de 15-2-941 — D.O. de 18-2-941).

CLUB MILITAR (contribuição)

— Foi mandado providenciar para que seja entregue à tesouraria do Club, no inicio de cada mês, a importância de 300.000\$000 como adiantamento de contribuições devidas por associados do mesmo Club.
 O ajuste de contas será feito no fim de cada trimestre.
 (Aviso n.º 364 de 11-2-941 — D.O. de 13-2-941).

CURSO ESPECIAL DE EQUITAÇÃO

— Não funcionará no corrente ano.

(Aviso n.º 444 de 18-2-941 — D.O. de 20-2-941).

CURSO DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA — (solução de consulta)

— Em solução a consulta feita pelo Diretor do C.P.O.R. da 4.ª R. M., declara o Sr. Ministro que: "Os alunos desligados de acordo com o artigo 53 deverão requerer obrigatoriamente matrícula no ano seguinte ao de seu desligamento para que o curso seja continuo, facilitando assim a fiscalização do cumprimento da Lei do S.M. pelos alunos dos cursos secundários e superiores.

(Aviso n.º 244 de 31-1-941 — D.O. de 4-2-941).

— É permitido aos alunos do Curso Complementar e Superior que frequentam os C.P.O.R. e que tenham frequência em mais de duzentas aulas durante o ano, prestem exame em 2.ª época caso tenham média global superior a 3.

(Aviso n. 196 de 27-1-941 — D.O. de 29-1-941).

— É fixado em mil o número de alunos do Curso A, em 1941, distribuídos do seguinte modo:

Infantaria	563
Cavalaria	289
Artilharia	128
Engenharia	20

(Aviso n. 415 de 15-2-941 — D.O. de 18-2-941).

DIÁRIA DE ALMOÇO E ADIANTAMENTO PARA FARDAMENTO —

— Na execução do orçamento do M.G. para o corrente ano, serão obedecidas as seguintes recomendações:

- é fixada em 3.000 a etapa diária de almoço para Oficiais;
- os adiantamentos para fardamento dos Oficiais promovidos, de que trata o art. 176 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército, serão concedidos a conta de sub-consignação I — verba 1 — pessoal.

(Aviso n. 266 de 3-2-941 — D.O. de 6-2-941).

DIRETORIA DE AERONAUTICA DO EXÉRCITO — (Denominação)

— Até a organização definitiva das Forças Aéreas Nacionais, a Diretoria de Aeronautica do Exército passará a ter a denominação de Diretoria de Aeronautica Militar do Ministério da Aeronautica.

(Des. lei n. 3.021 de 1-2-941 — D.O. de 4-2-941).

DIRETORIA DO MATERIAL BELICO DO EXÉRCITO (Regulamento).

Aprova o Regulamento do S.M.B.E. (publicado na íntegra).

(Dec. n. 6.757 de 29-1-941 — D.O. de 31-1-941).

DIRETORIA DE MOTO-MECANIZAÇÃO (Regulamento)

Aprova o Regulamento para a D.M.M. (Publicado na íntegra).

Dec. n.º 6.789 de 31-1-941 — D.O. de 3-2-941).

DOCUMENTOS (Andamento).

— Para evitar atraso no serviço e economizar pessoal e tempo resolveu o Sr. Ministro:

I — Todos os documentos entrados no Gabinete do Ministro, Estado Maior do Exército, Secretaria Geral, Diretorias das Armas e Serviços e que, para seu estudo, emissão de parecer ou decisão final, exijam informações complementares, esses órgãos deverão pedi-las diretamente ao Corpo, Estabelecimento ou Repartição que possa fornecê-las.

II — Sempre que um Corpo, Repartição ou Estabelecimento não puder prestar a informação solicitada por se acharem os dados necessários no arquivo de outro Corpo, Repartição ou Estabelecimento, encaminhará diretamente o documento a ser informado à entidade que se acha na posse dos referidos dados, participando-lhe que a informação seja encaminhada à autoridade que a pediu, salvo se houver ordem explícita em contrário.

III — Nas informações prestadas deverá ser observado obrigatoriamente o disposto na alínea 2.º do item II, do Aviso n.º 195, de 21-3-939: "Estudo fundamentado e sintético da autoridade informante, a qual deverá concluir, taxativamente se, na sua opinião, o requerente deve ou não ser atendido, e de que forma".

(Aviso n. 451 de 18-2-941 — D.O. de 20-2-941).

ENGAJAMENTO E REENGAJAMENTO DE PRAÇAS.

A ideia contida no Aviso n. 37 de 11 de Janeiro de 1941, é não permitir que engajem ou reengajem os soldados de fileira e empregados, que termi-

narem, no corrente ano, os respectivos tempos de serviço. Os claros de en-gajados e reengajados podem ser preenchidos com praças mobilisaveis (volun-tários e mesmo conscritos).

(Aviso n.º 182 de 24-1-941 — D.O. de 27-1-941).

ESCOLAS DAS ARMAS (Matrícula).

— É autorizada a matrícula de quatro Sargentos da Polícia Estadual do Maranhão no Curso B. Esses sargentos devem satisfazer as mesmas condi-cões para os Sargentos do Exército.

(Nota n.º 57, de 3-2-941 — D.O. de 6-2-941).

ESCOLA DE ARTILHARIA DE COSTA (Matrícula).

— É fixado do seguinte modo o numero de matrículas em 1941:

A) — Curso de Oficiais:

Categoria A — 10 Capitães e 1.º Tenentes.

Categoria B — 5 Oficiais superiores.

B) — Curso de Sargentos:

20 Segundos e terceiros sargentos.

Os Oficiais superiores e Sargentos devem pertencer à guarnição da Capital Federal; os candidatos da categoria A, à Artilharia de Costa.

(Aviso n.º 307 de 6-2-941 — D.O. de 8-2-941).

ESCOLA DE EDUCACÃO FÍSICA.

— É prorrogado para 1.º de Abril o inicio do ano letivo.

(Aviso n.º 62 de 5-2-941 — D.O. de 7-2-941).

ESCOLAS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS.

— Os alunos dos Colegios Militares e da Escola Preparatória de Cadetes ex-cluidos por questões de ordem moral ou por não terem revelado pendor pela carreira das armas, não se podem candidatar a essas Escolas.

(Nota n.º 58 de 3-2-941 — D.O. de 6-2-941).

ESCOLA DE GEOGRAFOS DO EXÉRCITO (extinção).

— Fica extinta a E.G.E., criando-se, na Escola Técnica do Exército, o curso de Geodésia e Topografia.

(Dec.-lei n.º 3.055 de 17-2-941 — D.O. de 18-2-941).

ESTÁGIO PARA PROMOÇÃO (Técnicos).

— O estágio de que trata o art. 48 da Lei de Promoções, deverá ser reali-zado em Corpos de Tropa sediados nas guarnições onde estiverem servindo por força de suas especialidades ou funções, os Oficiais Técnicos da categoria A. (Aviso n.º 386 de 12-2-941 — D.O. de 15-2-941).

ESTRADAS DE FERRO NO SUL DO PAÍS (Comissão).

— Criada a Comissão Construtora de Estradas de Ferro no Sul do País, tendo como elementos de execução os 1.º e 2.º Btl. Ferroviários.

(Dec.-lei n.º 3.025 de 6-2-941 — D.O. de 8-2-941).

FÉRIAS (Solução de consulta).

— Em solução à consultas feitas pelo Cmt. da 4.ª R.M. e D.E., declara o Sr. Ministro que o gosto de férias obedece às disposições contidas nos artigos 322 e 330 do R.I.S.G.. Não devem ser cassadas as férias por motivo de transferência, nomeação ou classificação do militar, sendo o desligamento deste feito, então, no dia da apresentação por conclusão de férias.

(Aviso n.º 2 de 1-2-941 — D.O. de 5-2-941).

FORMAÇÃO SANITARIA REGIONAL (Organização).

— São organizadas, para instalação imediata, a 5.ª Formação Sanitaria Re-gional e o Depósito do Material Sanitário da 5.ª R.M..

(Dec.-lei n.º 2.989 de 27-1-941 — D.O. de 29-1-941).

LEI DO SERVICO MILITAR (Multas).

— A graduação da multa prevista no art. 2.º do Dec.-lei n.º 2.673 de 4 de Novembro de 1940, que modificou o art. 201 da Lei do S. M., obedecerá ao seguinte critério:

I — Todo aquele que se alistar fóra do prazo regulamentar e até atingir a idade de 20 anos, pagará a multa de 10\$000. Essa multa será acrescida de tantas vezes 10\$000 quantos forem os anos de idade excedentes de 20, não podendo ultrapassar de 100\$000.

II — A multa será sempre de 10\$000 para as pessoas que não disponham de recursos suficientes para, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, pagarem multa maior em que tenham incorrido.

III — As chefias de Circunscrições de Recrutamento alertarão os interessados para as penalidades constantes dos artigos 183 letra "b" e 189 letra "a", da supracitada lei, nas quais incorrerão quantos atestarem falsamente. Fica sem efeito o Aviso n.º 4.474-X-51 de 11-12-940.

(Aviso n.º 185 de 25-1-941 — D.O. de 28-1-941).

PELOTOES INDEPENDENTES DE FRONTEIRA

É autorizada a distribuição da sunga de mescla azul às praças, de acordo com as 6.ª e 7.ª observações da tabela n.º 1, das Instruções para Distribuição de Fardamento.

(Aviso n.º 159 de 24-1-941 — D.O. de 27-1-941).

PESSOAL CIVIL DO MINISTÉRIO DA GUERRA (Quadro Suplementar)

— Ficam incluídos no Q.S. os Oficiais honorários Professores catedráticos dos Estabelecimentos Militares de Ensino (Padrão 27 e 24) e na classe de Oficiais Administrativos os Oficiais honorários da extinta Contabilidade Geral da Guerra.

(Dec.-lei n.º 3.042 de 11-2-941 — D.O. de 13-2-941).

PROMOÇÕES NO EXÉRCITO

— Por Decreto de 23 de Janeiro de 1941, foram promovidos a General de Divisão o Gen. de Brigada Pedro Cavalcante de Albuquerque e a General de Brigada o Coronel Deniz Desiderato Horta Barbosa.

REENGAJAMENTO.

— Nenhum engajamento ou reengajamento poderá ser concedido sem que o candidato satisfaça integralmente as exigências do Dec. lei n. 1.187 de 4-4-939. Ficam sem efeito todos os Avisos, notas, etc. que contrariem o disposto acima.

(Aviso n. 310 de 6-2-941 — D.O. de 8-2-941).

TRANSPORTE DE OFICIAIS (transferidos)

— Levando-se em conta as dificuldades encontradas pelos Oficiais que demandam as Regiões Militares do Sul do País, ocasionadas por falta de acomodações nos navios que servem áquelas Regiões, é autorizada a utilização dos transportes terrestres (Estradas de Ferro).

(Aviso n. 274 de 5-2-941 — D.O. de 7-2-941).

VACINAÇÃO (consulta).

— Em solução à consulta feita pelo Chefe do S.S. da 7.ª R. M., declarou o Sr. Ministro que os Oficiais são obrigados a se submeterem às exigências das vacinações anti-variólicas e anti-tifílicas e a radio-fotografia, quando as mesmas tenham sido estabelecidas para o Corpo ou Estabelecimento em que sirvam.

(Aviso n. 221 de 29-1-941 — D.O. de 31-1-941).

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

A DEFESA NACIONAL, recebeu durante o periodo de 25 de Janeiro a 25 de Fevereiro de 1941, as seguintes publicações:

“Novas Diretrizes”, n.º 28, Fevereiro de 1941, Rio. “Liga Marítima Brasileira”, n.º 403, Janeiro de 1941, Rio. “Revista de la Escuela Militar”, Novembro de 1940, Chorrillos, Perú. “Foi a Alemanha derrotada em 1918?”, n.º 35, Publicações Oxford. “Revista Militar del Perú”, n.º 7, Julho de 1940, Perú. “Ejercito, Marina, Aviación”, n.º 5 de 1940, Berlim, Alemanha. “Revista de la Escuela Militar”, Setembro de 1940, Chorrillos, Perú. “Memorial del Ejército de Chile”, n.º 170, Setembro e Outubro de 1940, Chile. “Nação Armada”, n.º 15, Fevereiro de 1940, Rio.

- AS MELHORES MATERIAS PRIMAS
- OS MAIS MODERNOS MÉTODOS DE FIAÇÃO, TECELAGEM E ACABAMENTO DOS TECIDOS.
- CÓRTE ESMERADO.
- CAPRICHO NA CONFECÇÃO DAS ROUPAS.
- PREÇOS BAIXOS.
- SÃO CARACTERÍSTICOS DAS CONFECÇÕES

RENNER



Redação e Administração:
QUARTEL GENERAL DO EXÉRCITO
Rio de Janeiro — Telefone: 43-0563

EXPEDIENTE

Diariamente das 14 às 18 horas
O Gerente é encontrado diariamente das 14 às 17 horas.

BIBLIOTECA

VENDAS DE LIVROS — Na séde da Sociedade (Quartel General) — Diariamente, das 9 às 12 hs. e das 14 às 17 hs.

LIVROS EM CONSIGNAÇÃO — Os Snsr. consignatarios poderão receber os saldos dos meses anteriores, diariamente na séde da Revista durante o expediente da Biblioteca.

ENCOMENDA DE LIVROS — A Biblioteca de "A Defesa Nacional" se encarrega da aquisição de livros nacionais e estrangeiros que não existem em depósito em sua séde, mediante encomenda dos Srs. Oficiais.

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

"A Defesa Nacional" mantém uma secção de informações destinada a atender aos Snsr. Socios e Assinantes que servem fóra da guarnição do Rio-de-Janeiro.

a) — Fornecer-lhes todas as informações solicitadas sobre interesses pessoais ou militares.

b) — Fazer, mediante encomenda, a aquisição de objetos na praça do Rio-de-Janeiro.

SECÇÃO DE PUBLICIDADE

Director: Cel. Orozimbo Martins Pereira

Diariamente — das 9 às 12 horas e das 14 às 16 horas.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa à Gerência deve ser remetida para a Caixa Postal 32, Ministério da Guerra. As colaborações deverão ser endereçada ao Major Djalma Dias Ribeiro, Caixa Postal 32, Ministério da Guerra, Rio, ou Escola de Estado Maior — Praia Vermelha.

P R E Ç O S

Oficiais e sub-tenentes	ano	30\$000
Sargentos		15\$000
Sargentos	ano	25\$000
	semestre	14\$000

Os assinantes avulsos caso desejem que a revista siga registrada devem pagar mais 25\$000 por semestre.

Os oficiais que desejarem ser sócios de "A Defesa Nacional", deverão pagar uma joia de 50\$000 de uma só vez ou em diferentes prestações durante um ano comercial.

Colaboraram neste número:

Cel. Renato Baptista Nunes
Cel. A. J. Pamphiro
Cel. T. A. Araripe
Cel. Anapio Gomes
Ten. Cel. Henrique Marcial Valin
Ten. Cel. Alcindo Nunes Pereira
Maj. Jair Dantas Ribeiro
Maj. Nilo Guerreiro Lima
Maj. Ignacio Rolim
Cap. Hoche Pulcherio
Cap. Eduardo Peres Campello
Cap. Luiz Gomes Pinheiro
Cap. Malvino Reis Neto
Cap. Antonio Martins de Almeida
Cap. João de Deus Menna Barreto
Cap. Breno Borges Fortes
Cap. Amyr Borges Fortes
Cap. Mário Imbiriba
Cap. Paulo Vieira da Rosa
Gerardo L. Amaral
Cap. José H. da C. Garcia
1.º Ten. Umberto Peregrino



4 \$000